

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS E GARANTIAS
FUNDAMENTAIS
DOUTORADO EM DIREITO

MARISTELA LUGON ARANTES

CORPOS OBJETIFICADOS: UMA PERSPECTIVA BIOÉTICA DA INVISIBILIDADE,
SILENCIAMENTO E DESCREDIBILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

VITÓRIA
2024

MARISTELA LUGON ARANTES

**CORPOS OBJETIFICADOS: UMA PERSPECTIVA BIOÉTICA DA INVISIBILIDADE,
SILENCIAMENTO E DESCREDIBILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Direito, na área de concentração Direitos e Garantias Fundamentais.

Orientadora: Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

VITÓRIA

2024

MARISTELA LUGON ARANTES

**CORPOS OBJETIFICADOS: UMA PERSPECTIVA BIOÉTICA DA INVISIBILIDADE,
SILENCIAMENTO E DESCREDIBILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA
SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Direito, na área de concentração Direitos e Garantias Fundamentais.

Orientador: Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer.

Aprovada em:

COMISSÃO EXAMINADORA:

Profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo
Bussinguer
Orientadora
Faculdade de Direito de Vitória

Profa. Dra. Leilane Serratine Grubba
Atitus Educação/RS

Prof. Dr. Thiago Rocha da Cunha
Pontifícia Universidade Católica/ PR

Profa. Dra. Gilsilene Passon
Picoretti Franscichetto
Faculdade de Direito de Vitória

Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira
Faculdade de Direito de Vitória

*À minha mãe, Magda Lugon,
pelo exemplo de vida,
amor incondicional e
por acreditar em meus sonhos e
em meu potencial!*

*À Luiz Carlos de Castro Lugon,
meu querido Tio Cainho,
você é luz em meu caminho!*

*Ao professor André Felipe dos Santos (in memoriam),
por toda sabedoria e conhecimento compartilhados!*

AGRADECIMENTOS

Neste momento de tanta alegria, é preciso agradecer a todas as pessoas que, de alguma forma, estiveram presentes em minha vida durante toda a minha caminhada acadêmica. Uma tese não se faz em apenas quatro anos, ela se constrói ao longo de nossa vida de acadêmica e profissional.

A Deus, pela vida, saúde e coragem!

Aos guias espirituais por me acompanharem nessa jornada de descobertas, nunca me deixando esmorecer.

À minha mãe, Magda Lugon, pelo carinho, incentivo, apoio, incansáveis leituras de textos, artigos e pelos bons debates sobre a temática da pessoa com deficiência. Aprendemos juntas!

Aos meus filhos Priscila e Paulo, pelo carinho, por entenderem a importância do meu trabalho e sempre me incentivarem a seguir em frente. Vocês são meus mais preciosos tesouros! Ao Marcelo, meu genro, pelo carinho, incentivo e apoio. Vocês são parte desta conquista!

Aos meus irmãos Estêvão, Carlos José e Cíntia, pelo incentivo, carinho e apoio durante todo o meu processo de formação acadêmica.

Aos meus irmãos Paulo de Tarso e Ricardo, pelo apoio incondicional, pelas horas de discussões e bons debates na área dos Direitos Humanos. Obrigada, também, por ouvirem minhas angústias, mas também por compartilharem os momentos dessa vitória. Vocês me ensinam muito!

Aos meus netos Níkola e Pedro, por tornarem nossos dias mais alegres, mais lindos e divertidos. Ainda que eu não tenha estado com vocês o tempo que gostaria, aproveitamos com muito amor todos os momentos juntos! A vovó Telinha ama vocês!

Ao José Antônio, que entrou em minha vida sem pedir licença. Tal qual um *tsunami*, bagunçou minha rotina, balançou as estruturas, quebrou as barreiras do meu coração e já faz parte de minha vida! Você me mostrou que o amor se traduz em respeito, em apoio, companheirismo, vitória e crescimento conjuntos! Eu amo você!

A minha orientadora, Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, por aceitar mais esse desafio ao meu lado. Esta pesquisa não seria possível sem a sua coragem, sabedoria, persistência e entusiasmo por debater um tema tão sensível. Obrigada pelos momentos de paciência, de compreensão e de carinho maternal ao longo desses anos. Sem a senhora nada disso seria possível.

Aos professores e professoras que estiveram presentes nas bancas de qualificação do projeto e desta tese, Dra. Edilene Lôbo, Dr. Thiago Rocha Cunha, Dra. Gilsilene Passon Francischetto, pelas valiosas contribuições. Aos professores do PPGD FDV, pelos constantes ensinamentos.

Ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Direito à Saúde e Bioética (**BIOGEPE-FDV**) por todas as contribuições e bons debates em torno da temática dos direitos fundamentais.

Aos amigos da Faculdade de Direito de Vitória, Shayene Salles Machado, Fernando Poltronieri, Lara Lorenzoni, Elis Pilon, Ana Cláudia Garcia, Raissa Lima e Salvador, Clarissa Lima e Salvador, Andréa Carvalho, Cláudia Michelly, Brenda Lima, Maria José Souza (Lindinha) e Keren, sem o apoio dos quais eu não teria tido coragem para seguir em frente. Agradeço pelos momentos de sonhos, enfrentamentos e vitórias vivenciados em conjunto! Vocês são parte desse caminhar!

Aos colaboradores da Faculdade de Direito de Vitória, Ana Paula Galdino, presença marcante na biblioteca e fora dela, uma amiga sincera, por colaborar, da melhor forma possível, com esta pesquisa. À querida Dirlene Dutra, pela paciência inesgotável, pelo carinho e dedicação.

Ao professor Diego Zanella, pela atenção e envio de tão valiosas obras que serviram para enriquecer este trabalho.

À querida Vanusa, nossa Vavá, pelos inúmeros e sempre festivos “Bom dia, minha flor”! Serginho da informática, pela paciência e prontidão em me atender. A todas as pessoas que, diariamente, fazem da FDV um lugar diferenciado. Ao seu Airton e dona Jane, da copiadora, pelo respeito, carinho e confiança.

A todas as mulheres que tiveram a coragem de participar desta pesquisa e compartilharam comigo os momentos mais difíceis de suas vidas! A todas as pessoas com deficiência. Seguiremos em frente, sempre na luta por um mundo sem violência!

A Nara Borgo, querida amiga, por compreender a importância desta pesquisa para a luta em prol dos direitos de todas as mulheres!

Ao Renan Matos e todas as pessoas da Secretaria de Estado de Direitos Humanos pelo carinho, paciência, apoio, acolhimento e contribuições para minha pesquisa. Estamos juntos na afirmação dos direitos humanos!

Às mulheres do coletivo Frente Nacional de Mulheres com Deficiência (FNMD), minhas companheiras na luta contra a violência contra as mulheres com deficiência, em especial, a Rita Luz, Rosana Lago, Patrícia Almeida, Anna Paula Feminella, Liduína Carneiro e Gisele Costa por dividirem comigo muitos momentos deste trabalho.

Aos colegas, amigos e todas as pessoas que, de qualquer forma, contribuíram para que meu sonho se tornasse uma realidade.

Ao Fundo de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo – FAPES, pelo apoio a esta pesquisa.

RESUMO

A violência sexual é um problema vivenciado por centenas de mulheres no Brasil, diariamente. O sistema patriarcal, trazido para o país pelos colonizadores europeus, tem em seu bojo a produção compulsória de uma masculinidade construída na ideia de superioridade do homem sobre a mulher, a qual é vista como objeto de posse de homens, sejam seus pais, companheiros, namorados ou meros desconhecidos. As políticas públicas de prevenção e combate a esse tipo de violência mostram-se inadequadas para o grupo de mulheres com deficiência que, segundo os dados oficiais, têm 10% a mais de chance de serem estupradas. Partindo da hipótese de que a Bioética, em especial a Bioética feminista e decolonial, uma possível ferramenta a ser utilizada na elaboração de uma política pública de enfrentamento à violência sexual contra mulheres com deficiência, esta pesquisa traz um olhar do feminismo decolonial, tendo como referências teóricas Rita Segato e Heleith Saffioti. Optou-se pela pesquisa qualitativa, dentro do território nacional, na qual foram utilizadas entrevistas abertas com sete mulheres com deficiência, que declararam ter sofrido violência sexual, como meio mais adequado para a aproximação da pesquisadora com a realidade vivida por essas mulheres em seus cotidianos, possibilitando uma melhor compreensão acerca de suas vulnerabilidades. A Análise do Discurso, de base foucaultiana, foi a técnica utilizada para a detecção e escolha das categorias de análise silenciamento, descredibilidade e invisibilidade das mulheres com deficiência vítimas de violência sexual. O capacitismo, conceituado como a discriminação contra pessoas em razão de sua deficiência, foi percebido em todas as entrevistas, mostrando-se aderido estruturalmente ao patriarcado e interseccionado aos estereótipos e estigmas femininos e de pessoas com deficiência. Para tratar do capacitismo e sua interseccionalidade com marcadores de raça, gênero e classe social, foram utilizadas autoras como a bioeticista Débora Diniz. Ao final, foi apresentada uma proposta de política pública de combate à violência sexual contra mulheres com deficiência, denominada Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres com Deficiência, que engloba ações concomitantes ao combate ao capacitismo e suas interseccionalidades, nas áreas da educação, saúde, assistência social, trabalho e renda e segurança, com atenção especial ao empoderamento dessas mulheres, para que elas possam ser autônomas e independentes economicamente. As ações

previstas na proposta foram desenvolvidas tendo como base os programas do governo federal, referentes ao Eixo II, do Novo Plano Viver sem Limites e ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, formatando ações que possam atender às mulheres com deficiência, prevenindo e atuando para reduzir a violência sexual da qual elas são vítimas em potencial.

Palavras-chave: pessoa com deficiência; direitos fundamentais; violência sexual; bioética; políticas públicas.

ABSTRACT

Sexual violence is a problem experienced by hundreds of women in Brazil every day. The patriarchal system, brought to the country by European colonizers, has at its core the compulsory production of a masculinity built on the idea of men's superiority over women, who are seen as objects of possession by men, whether they are their fathers, partners, boyfriends or mere strangers. Public policies to prevent and combat this type of violence are inadequate for the group of women with disabilities who, according to official data, are 10% more likely to be raped. Based on the hypothesis that Bioethics is a possible tool to be used in the development of a public policy to combat sexual violence against women with disabilities, this research brings a perspective from decolonial feminism, with theoretical references by Rita Segato and Heleith Saffioti. The study opted for qualitative research, within the national territory, in which open interviews were used with seven women with disabilities, who declared having suffered sexual violence, as the most appropriate means for the researcher to approach the reality experienced by these women in their daily lives, enabling a better understanding of their vulnerabilities. Discourse Analysis, based on Foucault, was the technique used to detect and choose the categories of analysis of silencing, discredit and invisibility of women with disabilities who are victims of sexual violence. Ableism, conceptualized as discrimination against people due to their disability, was perceived in all interviews, showing itself to be structurally adhered to patriarchy and intersected with stereotypes and stigmas of women and people with disabilities. In order to address ableism and its intersectionality with markers of race, gender and social class, authors such as bioethicist Débora Diniz were used. Finally, we presented a proposal for a public policy to combat sexual violence against women with disabilities. Called *Plan to Combat Sexual Violence against Women with Disabilities*, it encompasses actions that are concomitant with combating ableism and its intersections, in the areas of education, health, social work, labor and income and security, with special attention to the empowerment of these women, so that they can be autonomous and economically independent. The actions provided for in the proposal were developed based on federal government programs, related to Axis II, of the New Living Without Limits Plan and the National Pact for the Prevention of Femicides, creating actions that can assist women with disabilities, preventing and acting to reduce the sexual violence of which they are potential victims.

Keywords: person with disability; fundamental rights; sexual violence; bioethics; public policies.

RESUMEN

La violencia sexual es un problema que viven cientos de mujeres en Brasil, diariamente. El sistema patriarcal, traído al país por los colonizadores europeos, tiene en su bojo la producción obligatoria de un hombre construido en la idea de la superioridad del hombre sobre la mujer, que se considera como objeto de la posesión del hombre de hombres, ya sean sus padres, camaradas, novios o simplemente desconocidos. Las políticas públicas de prevención y lucha contra este tipo de violencia muestran inapropiadas para el grupo de mujeres con deficiencias que, según datos oficiales, tienen un 10% más de posibilidades de ser violadas. Partiendo de la hipótesis de que la Bioetics, que tiene como autores básicos Volnei Garfa, Wanderson Flora y Saulo Feitosa, es una posible herramienta que se utilizará en la elaboración de una política pública contra la violencia sexual contra las mujeres con discapacidad, esta investigación trae una mirada de feminismo teórico, teniendo como Rita Segato y Heleith Saffioti. Optó por la investigación cualitativa, dentro del territorio nacional, en la que se utilizaron entrevistas abiertas con siete mujeres con discapacidad, que declararon haber sufrido violencia sexual, como medio más adecuado para el enfoque del investigador con realidad vivida por estas mujeres en su vida cotidiana, lo que permitió comprender mejor sus vulnerabilidades. El análisis de discursos foucaultian fue la técnica utilizada para detectar y elegir el análisis de silencio, describibilidad e invisibilidad de las mujeres con deficiencia de violencia sexual. En todas las entrevistas se percibía el capacitismo, concebido como discriminación contra las personas, lo que demostraba estructuralmente al patriarcado y se intersecaba con estereotipos y estigmas femeninos y personas con discapacidad. Para tratar el capacitismo y su interseccionalidad con marcadores de raza, género y clase social, fueron usadas autoras como el biotocista Diniz. Al final, una propuesta de política pública de lucha contra la violencia sexual contra las mujeres con discapacidad, denominada Plan de Encantamiento contra la Violencia Sexual contra la Mujer con Deficiencia, que incluye acciones concomitantes para combatir el capacitismo y sus interseccionalidades, en los ámbitos de la educación, la salud, la asistencia social, el trabajo y la seguridad, especial atención a estas mujeres, para que puedan ser autocotizadas e independientes económicamente. Las acciones predicho en la propuesta fueron desarrolladas teniendo como base de los programas del gobierno federal, refiriéndose al Nuevo Plan Hígado sin Límites y a la Prevención Nacional de

Prevención a los Femicidas, formando acciones que puedan reunirse con mujeres con discapacidad, prevenir y actuar y actuar y incitar a la violencia sexual de la que son víctimas potenciales.

Palabras clave: persona con discapacidad; derechos fundamentales; violencia sexual; bioética; política pública.

LISTA DE FOTOS

Fotografia 1 – Paulo em oficina no curso do Senai Vitória	33
Fotografia 2 – Leandrinha DuArt desfilando em evento de moda	44
Fotografia 3 – Ivan Baron em ensaio fotográfico.....	45
Fotografia 4 – Maju de Araújo em desfile de moda	46
Fotografia 5 – Madison Tevlin	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AECID –	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CAPES –	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF –	Constituição da República Federativa do Brasil
CDPD –	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência
DPOs –	Disabilities Persons Organizations
FAPES –	Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Espírito Santo
FNMD –	Frente Nacional de Mulheres com Deficiência
FDV –	Faculdade de Direito de Vitória
IPES –	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBI –	Lei Brasileira de Inclusão
NVSL –	Novo Plano Viver sem Limites
OMS –	Organização Mundial de Saúde
ONGs –	Organizações Não Governamentais
ONU –	Organização das Nações Unidas
OPAS –	Organização Pan-Americana de Saúde
PNEF –	Pacto Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio
RIADIS –	Rede Latino-Americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias
STF –	Supremo Tribunal Federal
TCLE –	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNFPA –	Fundo de População das Nações Unidas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	TRAJETÓRIA PERCORRIDA: QUANDO A VIDA PRIVADA E A MILITÂNCIA SE FUNDEM COM A VIDA ACADÊMICA.....	29
3	APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1	A OPÇÃO PELA PESQUISA QUALITATIVA.....	34
3.1.1	Território nacional: em busca da diversidade de contextos de vida	37
3.1.2	Critérios de inclusão e exclusão das participantes da pesquisa	38
3.1.3	Riscos e benefícios da pesquisa.....	39
3.1.4	Entrevistas abertas como técnica de pesquisa	40
3.2	ANÁLISE DO DISCURSO: EM BUSCA DE ELEMENTOS SENSÍVEIS PARA A PESQUISA.....	42
4	VIOLÊNCIAS: AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E SUAS VULNERABILIDADES	51
4.1	CONHECENDO AS MULHERES ENTREVISTADAS: CONTEXTOS DE VIDAS, COTIDIANOS E VIOLÊNCIAS.....	51
4.2	OS ESTEREÓTIPOS SEXUAIS E AS VULNERABILIDADES DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA TOMAM EVIDÊNCIA EM SEUS DISCURSOS	62
5	O MODELO BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA: UMA LEITURA A PARTIR DE UM OLHAR DECOLONIAL.....	75
5.1	A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO MARCO DO MODELO BIOPSISSOCIAL DA DEFICIÊNCIA	75
5.2	O PATRIARCADO E O CAPACITISMO COMO ESTRUTURAS DE OPRESSÃO PARA MULHERES COM DEFICIÊNCIA	88
5.3	FEMINISMOS, DECOLONIALIDADE E A LUTA DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	98

6	ASSIMETRIAS DE PODER E AS INSTITUIÇÕES REPRODUTORAS DO CAPACITISMO E DA VIOLÊNCIA.....	113
6.1	ACHADOS DE PESQUISA: QUANDO O CAPACITISMO E A VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA TORNAM AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA MAIS VULNERÁVEIS À VIOLÊNCIA SEXUAL	118
6.2	O CAPACITISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL: QUANDO A ESCOLA, AS IGREJAS E OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA REPRODUZEM AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	129
7	UMA VISÃO BIOÉTICA PARA UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA	142
7.1	A POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	142
7.2	PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	145
7.3	A BIOÉTICA COMO INSTRUMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	148
7.3.1	Identificação do problema	155
7.3.2	Formação de agenda.....	156
7.3.3	Formulação de alternativas	157
7.3.4	Tomada de decisão	158
7.3.5	Avaliação e monitoramento de políticas públicas.....	159
7.3.6	Período de validade e extinção da política pública	161
7.4	A PROPOSTA DE POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA.....	162
7.5	PLANO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA.....	163
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS.....	179

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	192
APÊNDICE B - CONVITE PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA, FEITO VIA REDE SOCIAL WHATSAPP	195
APÊNDICE C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	196
APÊNDICE D - EMP ESCOLA ED 12	197

1 INTRODUÇÃO

O movimento das pessoas com deficiência faz parte da luta histórica por afirmação dos direitos humanos. A exclusão social sempre esteve ao lado desse e de outros grupos vulnerabilizados. Há muito tempo, as pessoas que não se enquadram nos padrões de normatividade socialmente impostos pelo eurocentrismo (heterossexual, branco, homem, corpo padronizado) estão sujeitas à exclusão, invisibilização e toda sorte de violências físicas, morais e psicológicas.

Monstros, bruxas, loucos e mentecaptos eram algumas das várias denominações utilizadas para estigmatizar os diferentes ou os que ousavam questionar padrões e poder. A caça às bruxas na Europa representou bem o “perigo” que as mulheres livres e independentes, que não se curvavam ao poderio masculino, e que se utilizavam de seus conhecimentos sobre os poderes da natureza para o tratamento e a cura de patologias, foram para a sociedade medieval.

Corpos estranhos, diferenciados em suas formas e/ou comportamentos, que desafiam a normalização social dos corpos, causam sentimentos diversos que vão da repulsa à compaixão. Despertam o capacitismo adormecido nas pessoas com as quais interagem, experimentando então a exclusão, a falta de acessibilidade, a discriminação, a inviabilização de seus direitos e a necessidade de se mostrarem em constante superação das barreiras impostas pela sociedade.

Os corpos com deficiência desafiam as regras construídas sobre a normalidade, desafiando os ambientes e suas padronizações. Buscam seus lugares, estão presentes com suas diversidades, com seus modos de vida, seus comportamentos e suas lutas. O “enfretamento” do ambiente e do outro é entendido, muitas vezes, como ameaça ao normal. O corpo tido como feio, monstruoso, curioso e fantástico se faz presente, mas não é aceito facilmente. Briga, se impõe, exige, derruba barreiras, mas não se faz compreender, pois desafia a lógica do corpo perfeito e capaz.

A questão da deficiência foi tratada pela sociedade em três momentos distintos, sendo que na Idade Média, surgiu o modelo da prescindência, ou modelo religioso, no qual os filhos com deficiência eram considerados castigo divino aos pais pecadores.

Após as guerras mundiais houve um avanço na medicina e nos tratamentos reabilitadores, impulsionados pela grande quantidade de jovens mutilados nos campos de batalha. Nesse contexto, o modelo médico-reabilitador teve grande importância para o movimento das pessoas com deficiência, colaborando com o desenvolvimento de pesquisas em próteses, órteses e uma série de equipamentos de apoio, hoje fundamentais em suas vidas. Contudo, tratava-se de uma visão estritamente médica e voltada para o “conserto” das pessoas que tinham algum “defeito”, para que elas pudessem se aproximar da “normalidade”.

Entrelaçadas aos movimentos sociais de outros grupos vulneráveis, especialmente ao feminismo, as pessoas com deficiência começaram a se organizar em associações e reivindicar seus direitos, lutando pela igualdade de oportunidades. Temas como reconhecimento, cuidado diferenciado, tratamentos adequados, trabalho e renda tomaram lugar nos debates da sociedade civil do começo do século XX.

A partir dos idos de 1960, o modelo social da deficiência começou a ser pensado, entendendo-se que a deficiência já não poderia ser considerada um problema individual e sim das estruturas sociais. Nesse novo modelo, a deficiência passou a ser compreendida como resultado de opressão social, não se resumindo a uma lista de doenças e códigos biomédicos.

A contribuição feminista foi de grande importância para os estudos da deficiência. Foram as feministas que introduziram, na perspectiva da deficiência, questões relacionadas ao cuidado e ao bem-estar das pessoas com deficiência, trazendo uma visão diferenciada, que se estendia para além da opressão sofrida pelo corpo despadronizado. Elas introduziram a interseccionalidade na área da deficiência, provocando reflexões quanto à convergência dos marcadores sociais, como raça, gênero, orientação sexual, capacitismo ou idade.

Em 2006, o modelo social foi globalmente chancelado com a assinatura da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir desse marco, os países signatários começaram a se esforçar para uma melhoria nas condições de vida de um grupo reconhecidamente vulnerável.

No Brasil, a CDPD foi recepcionada com força de Emenda Constitucional e obrigou o país à publicação da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o que ocorreu somente em 2015.

A LBI impõe que a deficiência seja avaliada de forma transversal, por meio da avaliação biopsicossocial que, para além do diagnóstico, possa reconhecer que o contexto social e os marcadores de opressão vivenciados de maneira individual e diversa são diferenciais para o alcance da autonomia e independência de cada pessoa. Assim, o modelo social, com uma visão ampliada para o contexto dos direitos humanos, passa a ser entendido como modelo biopsicossocial da deficiência.

As pessoas com deficiência representam hoje no Brasil um percentual de 8,9% da população, aproximadamente 18,6 milhões de pessoas, com idade de 2 anos ou mais, segundo dados do módulo pessoas com deficiência, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados em junho de 2023 (IBGE, 2023). Embora represente quase 9% da população, esse grupo ainda é considerado invisibilizado, carecedor de políticas públicas capazes de efetivar os direitos já positivados.

Os dados fornecidos pelo IBGE confirmam os marcadores sociais que contribuem para que as pessoas com deficiência ainda se mantenham nas camadas mais pobres da sociedade: alto índice de idosos apresentam alguma deficiência; a taxa de analfabetismo entre as pessoas com deficiência é quase cinco vezes maior que entre as sem deficiência; baixo nível de instrução; pouca participação na força de trabalho, ainda que entre as pessoas com nível superior; alto número de pessoas desocupadas ou trabalhando na informalidade; disparidade salarial de até 30% a menos para pessoas com deficiência, além de outros índices (IBGE, 2023).

Outro relevante estudo divulgado foi o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA) que retrata que “meninas e mulheres jovens com deficiência enfrentam até 10 vezes mais violência de gênero do que aquelas sem deficiência. Meninas com

deficiência intelectual são particularmente vulneráveis à violência sexual.”¹ (United Nations Population Fund, 2018).

Essa violência contra mulheres, que atualmente se mostra incontrolável, é fruto do patriarcado e vem sendo reproduzida de geração em geração, desde a colonização europeia na América Latina. Física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, as diversas formas de violência perpetradas contra a mulher² se mostram sólidas na sociedade atual, mesmo após cinco séculos de colonização.

Os altos índices de violência sexual contra as mulheres com deficiência descortinam uma situação de baixa efetividade das políticas públicas de combate a essa conduta criminosa. As especificidades dessas mulheres e suas vulnerabilidades carecem de um estudo mais minucioso, voltado para seu contexto de vida, no qual suas falas e vivências possam ter valor na elaboração de políticas discutidas e elaboradas por elas e para elas.

Tendo em vista que o aumento da violência contra a mulher com deficiência reflete a baixa efetividade das políticas públicas de enfrentamento à violência contra esse grupo, e a necessidade de um olhar diferenciado, com um viés decolonial, para a elaboração de uma proposta de política pública voltada ao enfrentamento da violência sexual, que possa observar as diversas formas de existir dessas mulheres, parte-se da hipótese que a Bioética é instrumento hábil para tal finalidade.

Esta pesquisa busca compreender se a Bioética, tratada por Volnei Garrafa, Saulo Feitosa e Wanderson Flor, que tem em seu escopo estudos relacionados ao processo social do mundo colonizado (América Latina e Caribe) e suas consequências, tais quais a vulnerabilidade econômica, a desigualdade social, as questões de raça, de gênero, da deficiência etc., se constitui como ferramenta capaz de contribuir para a

¹ *Worldwide, girls bear the brunt of these violations. A global study from UNFPA reveals that girls and young women with disabilities face up to 10 times more gender-based violence than those without disabilities. Girls with intellectual disabilities are particularly vulnerable to sexual violence.* (United Nations Population Fund, 2018).

² Segundo o artigo 7º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), essas são as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

elaboração de uma política pública para combate à violência sexual contra mulheres com deficiência.

Ainda dentro da área da Bioética, pretende-se buscar, nas falas das sete mulheres entrevistadas durante a pesquisa, elementos que possibilitem detectar se, e de qual modo, elas compreendem sua posição em relação ao agressor, familiares e pessoas envolvidas no processo de pós-violência sexual. A partir desses achados, compreender, se há a possibilidade de eles serem utilizados na construção de uma proposta de política pública efetiva para a redução da violência sexual contra esse grupo.

A aquisição, forçada e exigida socialmente, da masculinidade faz que o sujeito passe por provações e enfrente até mesmo a morte. Durante toda a vida há um conjunto de habilidades, chamado por Segato de “homenagem feminina”, o qual deve conter os poderes “bélico, político, sexual, intelectual, econômico e moral – que lhe permitirá ser reconhecida e titulada como sujeito masculino” (Segato, 2014, p. 613).

Inculcada nos pensamentos dos colonizados pelos colonizadores, a construção da masculinidade é reproduzida até hoje nos lares modernos, de forma sistemática. Trata-se da imposição, às pessoas nascidas do sexo masculino, de um comportamento atribuído ao macho, de superioridade e demonstração de poder de força, inteligência e dominação sobre o sexo feminino. Esse padrão comportamental de superioridade sobre a fêmea não somente é passado aos meninos, como também cobrado pela família, amigos e pelas próprias mulheres que, muitas vezes reproduzem condutas machistas de forma naturalizada.

A colonialidade afetou, sobremaneira, o modo de vida das sociedades originárias, em vários aspectos. A imposição de uma lógica eurocêntrica, que criou o fator raça como modo de subjugação dos povos originários latino-americanos e africanos, que trouxe o aspecto da sexualização, o olhar pornográfico e a cultura do estupro para dentro dos povos originários, reposicionou a mulher dentro do contexto social, reificando-a.

Os processos de empobrecimento cultural e econômico a que foram submetidos os povos originários deram início aos processos de exclusão social dos grupos étnicos

que viviam na América Latina. Mulheres, crianças, pessoas com deficiência, pessoas negras, pessoas LGBTQIA+ também passaram a ser obstaculizadas quanto ao acesso aos direitos básicos e à participação social.

As Observações do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas sobre o relatório apresentado pelo Brasil mostram o quanto o país está aquém nas pesquisas sobre as violações sexuais contra as pessoas com deficiência. No relatório apresentado pelo Brasil, em Genebra, no ano de 2015, na ocasião da Revisão Periódica do Brasil, quanto ao compromisso assumido ao ratificar a CDPD, em vários pontos, o Comitê manifesta suas preocupações em relações às mulheres com deficiência.

Contra a exploração, violência e abuso (art. 16) [...]

32. O Comitê está preocupado com a falta de mecanismos dedicados a identificar, investigar e processar os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência. O Comitê lamenta também a falta de dados agregados nos relatórios e investigações sobre abuso, exploração e violência contra mulheres, homens, meninas e meninos com deficiência.

33. O Comitê recomenda que o Estado-parte assegure a disponibilização de monitoramento acessível, eficaz e independente dos programas e instalações destinados a atender pessoas com deficiência, e mecanismos de reclamação em alinhamento com o artigo 16 (3) e assegure que as autoridades possam identificar, investigar e processar todos os casos de violência contra pessoas com deficiência. Recomenda também garantir que o Ministério Público e os escritórios de advogados para pessoas com deficiência investiguem os casos relacionados à violência e à exploração das pessoas com deficiência através da atribuição de recursos humanos, técnicos e financeiros. O Comitê recomenda que o Estado Parte colete dados desagregados e estatísticas sobre relatórios de pessoas com deficiência sobre abuso, exploração e violência, e os seus resultados. (ONU, 2016, s.p.).

As Observações do Comitê da ONU servirão de base para a análise das falas das entrevistadas durante a pesquisa, por se direcionar, exclusivamente, à violência sexual contra mulheres com deficiência.

Com o intuito de analisar o discurso de mulheres com deficiência vítimas de violência sexual, elaborou-se o presente estudo, o qual é de natureza empírica e tem abordagem qualitativa. Optou-se por realizar entrevistas pessoais com mulheres com deficiência que tenham sofrido abusos sexuais. A princípio pensou-se em uma abordagem mais ampla, mas havia o risco de uma diluição do objeto, e assim, preferiu-se focar nas palavras das próprias vítimas. Os critérios estabelecidos para a escolha das mulheres entrevistadas estarão explicitados no capítulo correspondente.

Michel Foucault (2003, p. 248) será a base teórica para a análise das falas das mulheres entrevistadas. O autor aborda a questão do poder em várias de suas obras, como instrumento presente nas relações, em todos os núcleos da vida humana. Para o filósofo, há uma piramidalização no poder, que se materializado seria tal qual um feixe mal coordenado de relações que seguem em diversos sentidos e, por isso é necessário que se construam mecanismos aptos a analisar o poder.

Conforme afirma o filósofo francês, as relações de poder estão enraizadas na sociedade ocidental e se apresentam juridicamente materializadas, podendo-se compreender que das relações sempre haverá o indivíduo subjugado ao poder institucional. Aqui cabe ressaltar a família como instituição jurídica reconhecida constitucionalmente e, portanto, detentora de um poder hierarquizado estruturado na sociedade patriarcal colonial.

A pesquisa de campo é rica em experiências e vivências que engrandecem a pesquisa, possibilitando maior vivência e aproximação da pessoa pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. A cada participante da pesquisa foi dada a palavra para que falasse de sua experiência enquanto mulher com deficiência e enquanto vítima de violência sexual.

Não foram apresentadas perguntas padronizadas, apenas foram solicitados os seus relatos quanto aos fatos vivenciados, sem uma preocupação com formalidades narrativas. Pessoas com deficiência podem ter formas distintas de narrar os fatos e expressar suas emoções, sem que isso seja um impedimento à análise de suas falas.

A pesquisa está dividida em sete capítulos nos quais se pretende delinear os assuntos a serem abordados, com suas respectivas categorias de análise. A pesquisa começa com a narrativa da autora sobre sua trajetória acadêmica e de vida que culminou na presente pesquisa.

No capítulo segundo os apontamentos metodológicos, tais como a opção pela pesquisa qualitativa, formas de escolha das mulheres entrevistadas, além dos riscos e benefícios desta pesquisa. Também foi feito um breve panorama da Análise do Discurso, em Michel Foucault, devido à importância dos discursos em torno da

temática, em especial para se demonstrar como o gênero e as suas interseccionalidades podem influenciar na vida das mulheres com deficiência.

As mulheres brasileiras com deficiência têm características peculiares, são criadas dentro de uma diversidade cultural grande, a maioria é vítima da reprodução do patriarcado colonizador reproduzido pela sociedade capitalista contemporânea, que, por estar baseada na produção de riquezas, tende a ser capacitista. Assim, o terceiro capítulo trata das violências a que as mulheres com deficiência são submetidas em seu cotidiano. Desde a violência física à violência moral, os estereótipos negativos e estigmas que a elas foram aderidos há muito tempo. Esse processo de desumanização desse grupo ainda é fruto do sistema patriarcal e capitalista, imposto pelo processo de colonização europeia.

A imposição da universalização do conhecimento “branco” aos povos colonizados usurpou e silenciou os conhecimentos dos povos latino-americanos. Esse monopólio forçado do saber eurocêntrico reduziu os povos originários a meros dominados, obrigando-os a comportamentos semelhantes aos dos colonizadores. Nesse contexto, a dominação masculina sobre as mulheres deixou um rastro de violência até hoje replicado nos ambientes domésticos latino-americanos.

Para a definição de violência sexual a ser tratada nesta pesquisa elegeu-se a disponibilizada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) devido à sua amplitude e por destinar-se a uma pesquisa qualitativa, onde possivelmente serão relatados atos diversos de violência contra a dignidade sexual das mulheres. Assim, pode-se afirmar que a violência sexual é

qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, por outra pessoa, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito. Compreende o estupro, definido como a penetração mediante coerção física ou de outra índole, da vulva ou ânus com um pênis, outra parte do corpo ou objeto. (Organização Pan-Americana de Saúde, 2018, s.p.).

Para embasar esse capítulo, optou-se por dar continuidade com as obras de Rita Segato, compreendendo-se as estruturas elementares da violência. Para os estudos da deficiência, duas antropólogas brasileiras, Marivete Gesser e Anahí Guedes, que

trouxeram para o país os estudos sobre o capacitismo, serão as referências para esta pesquisa. Elas analisam a deficiência, como marcador de opressão social que interfere diretamente na vida das mulheres com deficiência.

Ainda neste capítulo será analisada a categoria do biopoder, constituída pela disciplina e pela biopolítica, teorizada por Michel Foucault (1988). Fundamental ao processo de estruturação do capitalismo, o biopoder trabalhou a formatação dos corpos para melhor adaptação aos sistemas produtivos. As disciplinas impostas nos quartéis, hospícios e escolas podem ser entendidos como instituições de controle e ordem sociais, enquanto a biopolítica exercia seu papel em questões relacionadas à demografia, à distribuição de recursos entre os habitantes e a circulação de riquezas (Bertolini, 2018, p. 89).

Nesse contexto, a despadronização do corpo das mulheres com deficiência as torna duas vezes transgressoras e passíveis de punição: ser mulher e habitar um corpo deficiente. Nascer mulher é estar sujeita, desde a tenra idade, a ser submetida a uma disciplina de docilização de seu corpo: comportamento exemplar (sentar-se direito, vestir-se de acordo com que a sociedade dita, falar de modo delicado, não contestar o pai, não ousar ter destaque nas áreas dominadas pelos homens, aprender os afazeres domésticos para ser uma boa esposa, estar preparada para ser mãe uma mãe dedicada etc.).

Para tratar desse tema, elegeu-se Rita Segato (2021, p. 96) como base teórica principal, feminista de matriz marxista, ela tem seus estudos voltados para a objetificação dos corpos das mulheres latino-americanas, consequência das novas concepções sobre a sexualidade inculcadas nas sociedades originárias pelo colonizador, que deturparam toda a estrutura social dos povos originários brasileiros.

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação, durante a época clássica, desta tecnologia de duas faces – anatômica e biológica –, individualmente e especificamente, voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo. (Foucault, 2012, p. 152).

No capítulo quarto será trabalhado o modelo biopsicossocial da deficiência, sob a ótica de uma visão decolonial e de um olhar da Bioética, abordando-se temas como patriarcado e o capacitismo, além do feminismo como instrumento de luta das mulheres com deficiência contra o sistema de opressão do capitalismo, que preza pelo corpo normalizado, o corpo máquina em sua máxima capacidade de produção.

No capítulo quinto serão discutidas as assimetrias de poder e as instituições perpetuadoras do capacitismo. Este capítulo, da mesma forma que o anterior, traz os achados de pesquisa durante as entrevistas realizadas, que permitem visualizar que a perpetuação das violências contra as mulheres e, sobretudo, contra as mulheres com deficiência tem suas raízes entranhadas no sistema patriarcal e no capacitismo.

Ainda nesse tópico, serão apresentadas as entrevistadas e analisadas as suas falas, obtidas durante a pesquisa de campo. A intenção nessas entrevistas foi detectar, por meio da análise do discurso das mulheres com deficiência, fatores e condições em comum, que fossem capazes de orientar uma política pública efetiva para a redução da violência sexual contra esse grupo. Os trechos relevantes das entrevistas são apresentados mesclados ao texto do capítulo.

Por fim e, no capítulo sexto, apresenta-se um projeto de política pública pautada nas questões apresentadas previamente e que possa servir de modelo para qualquer estado ou município do território nacional.

A proposta de ações de um Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres com Deficiência foi planejada para ser desenvolvida com base no programas do governo federal, referentes ao Eixo II, do Novo Plano Viver sem Limites e ao Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, formatando ações que possam atender às mulheres com deficiência, prevenindo e atuando para reduzir a violência sexual da qual elas são vítimas em potencial.

A proposta visa a enfrentar a violência sexual contra meninas e mulheres com deficiência, buscando, por meio de ações que envolvem a educação, a saúde, a assistência social e a segurança pública, desconstruir as ideias discriminatórias

baseadas no gênero, na deficiência, no capacitismo, na diferença de classes, entre outros marcadores sociais.

A presente pesquisa, após aprovada e revisada será apresentada em formatos acessíveis para acessibilidade das pessoas com deficiência visual, tais arquivos digitais acessíveis, impressão em Braille e tradução para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Essa pesquisa contou com o apoio da FAPES – Fundo de Amparo à Pesquisa do estado do Espírito Santo, ao qual agradeço e sem o qual não seria possível a dedicação em tempo integral a este trabalho. Antes do início da escrita deste tese, o projeto de pesquisa foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Direito de Vitória (FDV), a qual também devo o apoio e reconhecimento.

2 TRAJETÓRIA PERCORRIDA: QUANDO A VIDA PRIVADA E A MILITÂNCIA SE FUNDEM COM A VIDA ACADÊMICA

Descrever quanto caminhei para me encontrar com esta pesquisa, que marca um grande momento de minha vida acadêmica, é me olhar no espelho e procurar compreender como o estudo e a certeza de que eu não desistiria do meu objetivo foram capazes de me abrir um novo mundo.

Peço aqui licença para falar em primeira pessoa, pois agora me sinto mais à vontade nos meus escritos. Eu me tornei mãe extremamente jovem e aos 20 anos eu já tinha meus dois filhos, Priscila e Paulo, e vivia em um conturbado e violento matrimônio. O mais novo, o Paulo, é um jovem lindo, cheio de energia, inteligente e cheio de simpatia. Ele sofreu com problemas no parto e, como sequelas, tem comprometimento cognitivo, motor e comportamental. Priscila, minha filha mais velha é uma menina incrível! Linda, inteligente e livre, ela é dotada de um talento especial para o design. Hoje ela também é uma mãe maravilhosa. Eles são meus companheiros nessa jornada terrena.

Já livre da prisão do casamento e contando com o apoio de minha família, especialmente de minha mãe, Magda, me formei em Direito quando o Paulo já tinha 10 anos. Ele era um menino incrível, lindo e cheio de energia, mas as dúvidas em torno de seu futuro geravam apreensão, angústia e muitas incertezas em todos da família.

A busca por tratamentos, melhorias da qualidade de vida e acertos com medicação para o Paulo se tornaram a preocupação contínua, misturada aos afazeres do dia a dia, trabalho e estudo constante. Fui compreendendo aos poucos que a deficiência é um emaranhado de situações diárias que envolvem a funcionalidade, a afetividade e desenvolvimento da pessoa com deficiência. A deficiência traz desafiadoras transformações no próprio sujeito, na família e na sociedade.

As barreiras físicas e atitudinais diariamente enfrentadas nos causam um profundo cansaço emocional e muita indignação. Em conversas cotidianas com familiares, profissionais e gestores da área, percebi como os conceitos ultrapassados de

deficiência ainda estão presentes em seus pensamentos e atitudes. “Coitadinho”, “anjo”, “doentinho”, “eterna criança” (embora o Paulo já tenha barba e bigode) são expressões presentes em nossas vidas.

Também pude perceber, convivendo com inúmeras mães de crianças e jovens com deficiência, que eu estava numa situação de privilégio entre elas. Eu tive a chance de estudar e me formar em uma faculdade excelente, ao contrário de muitas mulheres que, sem uma boa rede de apoio, precisam abandonar estudo e trabalho para se dedicar aos seus filhos. Digo mães porque raramente havia pais nas reuniões da escola, da APAE e das terapias. Hoje esse cenário começa a mudar e já consigo visualizar alguns pais de crianças com deficiência envolvidos no desenvolvimento de suas crianças, sem vergonha de seus filhos.

Comecei a advogar e ao mesmo tempo me oferecer para promover rodas de conversas e palestras sobre os direitos das pessoas com deficiência, tudo dentro do voluntariado. Eu sabia que precisava fazer minha parte e levar para aquelas famílias um pouco de meu escasso conhecimento para que elas também lutassem por seus direitos.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, em 2006, e a Lei Brasileira de Inclusão, em 2015, inauguraram um novo momento de nossa história. Um dos momentos mais marcantes de minha vida foi a oportunidade de ir à sede da ONU, em Genebra, em 2016, para participar, como membra da delegação da sociedade civil brasileira, da primeira revisão do Brasil pelo Comitê dos Direitos da Pessoas com Deficiência.

Nesse evento, compreendi o meu lugar nessa luta e que ela é bem mais complexa do que eu imaginava. Ela traz rastro de muita dor, traz ainda os resquícios de quem sobreviveu ao processo eugênico do Holocausto, do movimento higienista, do movimento manicomial e de tantos outros processos excludentes da sociedade.

Nessa época eu já havia decidido que o mestrado na Faculdade de Direito de Vitória poderia me ajudar a desvendar um pouco mais dessa área. Eu me dediquei ao edital, passei na prova e lá estava eu outra vez envolvida com os livros e projetos

acadêmicos. A professora Elda Bussinguer sempre esteve ao meu lado e me dava forças nos momentos mais delicados da trajetória do mestrado, os quais estavam mesclados com os altos e baixos do dia a dia das mães que têm filhos adolescentes/jovens com deficiência.

As internações psiquiátricas do Paulo foram uma das muitas provas enfrentadas por nós nessa jornada. Digo nós, porque todos sofrem juntos quando medidas tão restritivas são necessárias. Eram dias de intenso sofrimento em que eu não conseguia pensar em nada, apenas se o Paulo estava bem. A dor era imensa, o sentimento de culpa e a pergunta “onde eu errei” foram nossos companheiros diários.

Também estava engajada em criar e presidir a Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/ES, para a qual tive carta branca do presidente da seccional, Homero Mafra, para atuar em defesa desse grupo. Foi um período muito feliz e de muito aprendizado em minha vida. O contato com os vários segmentos da deficiência me trouxe conhecimentos profundos das dificuldades dessas pessoas para se manterem vivas e se fazerem respeitadas.

No mesmo período fui membra da Comissão Federal de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB, pela qual pude participar de decisões importantes para os advogados com deficiência e de eventos onde discutimos diversos pontos fundamentais dos principais instrumentos legais sobre a deficiência.

A pesquisa do mestrado se deu em virtude de meu engajamento com a situação de jovens moradores de Residências Inclusivas em bairros de classe média e classe média alta de minha cidade. Presenciar os atos discriminatórios dos moradores do bairro me motivou a escrever sobre a situação, abordando o direito das pessoas com deficiência a viverem e serem incluídas na comunidade.

Nesse meio-tempo, em 2017, nasceu o Níkola, meu primeiro netinho, filho de Priscila. Sem palavras para descrever um menino tão encantador. Hoje ele está com 6 anos e é um menino muito curioso, cheio de energia e um exímio construtor de carros e barcos de Lego, além de sua inegável veia artística.

Chegou o doutorado, logo de início a pandemia do Covid-19 nos assolou, levando embora amigos queridos da militância, alterando toda a vida do planeta. Enfrentamos mais uma internação do Paulo, desta vez ocasionada pelo pânico da doença e pela impossibilidade de cumprir a rotina diária de sua vida. A pandemia recrudescceu e nós sobrevivemos a ela, mais fortes e mais conscientes de nossos papéis na sociedade.

Durante a pandemia nasceu Pedro, o segundo netinho, completando a alegria de nossas vidas. Hoje com 2 anos, é lindo, inteligente, cheio de ternura e muito levado. Niki e Pedrinho são os amores do tio Paulinho, da vovó Telinha e da bisa Magda.

O tema da pesquisa do doutorado veio como consequência da experiência vivida no contato com as jovens residentes na época do mestrado. Antes de serem moradoras das residências essas jovens estavam vivendo em uma instituição totalitária, onde sofreram inúmeros abusos e violências sexuais. Elas sofreram violências de toda sorte, e a invisibilidade social que as assola é tamanha que os agressores não foram punidos. Elas foram resgatadas, retiradas da instituição, mas os danos sofridos jamais serão reparados. São vidas desvalorizadas, descartáveis, que não importam.

A Frente Nacional de Mulheres com Deficiência, coletivo do qual tenho a oportunidade de participar desde a formação, é um grupo que me apoia nesta pesquisa. Formado por mulheres com deficiência e mães de pessoas com deficiência, o grupo já ocupa no país espaços importantes na luta contra a violência contra as mulheres e meninas com deficiência.

Decidi, junto com minha orientadora, a professora Elda, que faríamos uma pesquisa envolvendo as mulheres com deficiência e as violências por elas sofridas. Muitas vezes precisei deixar a leitura de lado para me refazer, segurar o choro durante as conversas e compreender que é uma pesquisa difícil, cruel, mas tão necessária. Expor as feridas da sociedade não é tarefa fácil, falar de assuntos tão delicados requer perseverança. Aqui estamos, prontas para a luta, sempre.

No mês de maio de 2023 fui convidada pela Secretária Estadual de Direitos Humanos, companheira de militância e advogada, Nara Borgo, para assumir a Gerência de Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência, convite que aceitei imediatamente.

Mesmo ainda na escrita da tese, não poderia deixar tão grande desafio de lado. Mais uma vez em contato com os diversos segmentos da deficiência, cada vez tenho mais certeza da importância da temática escolhida e de meu papel social.

Aqui chegamos, não foi fácil, mas foi necessário. Escrever em pequeno texto todos os passos de minha trajetória, seria impossível, mas fica aqui registrada a luta de uma pesquisadora, profissional e mãe de pessoa com deficiência. Os momentos de apreensão foram supridos pelo amor e carinho desses companheiros de jornada terrestre.

O Paulo hoje está no segundo ano do curso Técnico em Manutenção Automotiva no SENAI – Vitória. Inspirado na sua paixão por carros e motores, ele se esforça para cumprir a rotina de estudos. Sempre distribuindo abraços, beijos, simpatia e uma boa dose de sinceridade, ele torna os ambientes onde chega muito mais felizes. Assim vamos construindo nosso caminho com a certeza de que sem fé e sem o apoio dos afetos nada disso seria possível.

Fotografia 1 – Paulo em oficina no curso do Senai Vitória



Foto: acervo pessoal (2024).

3 APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 A OPÇÃO PELA PESQUISA QUALITATIVA

A escolha por determinado tipo de pesquisa para abordagem do tema escolhido é processo complexo. O que move a pessoa pesquisadora? Qual a sua vontade e as possibilidades de unir a vontade de pesquisar a temática ao método mais adequado para alcançar seus objetivos?

Este capítulo está escrito em primeira pessoa, pois me sinto confortável para apresentar as escolhas feitas para que a pesquisa fluísse da forma mais tranquila possível, sem se tornar um instrumento de revitimização para as mulheres entrevistadas.

Sempre tive o propósito de buscar o conhecimento não somente pela pesquisa bibliográfica, mas de trazer para a academia a voz das pessoas com deficiência que fazem parte do meu cotidiano de trabalho e da minha vida pessoal. Diante da oportunidade de ouvir mulheres com deficiência, vítimas de violência sexual, fiz a opção pela pesquisa qualitativa para que eu pudesse me aproximar delas e compreender um pouco melhor as barreiras enfrentadas pelas mesmas.

O meu intuito com a realização das entrevistas com essas mulheres foi o de colher dados e elementos capazes de auxiliar na elaboração de uma política pública capaz de enfrentar a violência sexual contra esse grupo específico, com foco no combate ao capacitismo e no empoderamento de meninas e mulheres com deficiência para que elas possam ocupar seus espaços na sociedade por meio da conquista da autonomia e independência, saindo do complexo círculo da violência de gênero.

A pesquisa de campo, utilizando como técnica de pesquisa a entrevista aberta, é uma experiência enriquecedora que me permitiu enxergar por uma janela diferenciada. Os relatos das experiências vividas pelos sujeitos de pesquisa colaboram de forma singular para o avanço dos estudos de áreas sensíveis da sociedade.

Para mim não haveria outra possibilidade de abordagem do tema escolhido senão ir a campo e buscar elementos sensíveis que pudessem ser diferenciais para o avanço dos estudos feministas da deficiência e para o atingimento dos objetivos da pesquisa: a formulação de uma política pública capaz de combater a violência sexual contra mulheres com deficiência e a compreensão de que a interseccionalidade é um desafio quando se trata de mulheres com deficiência, sobretudo mulheres negras e periféricas.

Acredito que o Direito, em especial quando se volta para a área de defesa de direitos fundamentais, precisa ir além das salas de aula e bibliotecas para enxergar o mundo real, tal qual ele está posto. É preciso compreender o aqui e agora, estar preparado para o que é urgente: a proteção de vidas, de todas as vidas. Para Boni e Quaresma (2005, p. 40),

desde o ano de 2013, nesta disciplina, considera-se que o discurso científico é um sistema normativo convencional e a ciência uma prática cultural e que a investigação é um processo social em que participam pessoas dedicadas a cultivar um interesse em conhecer o mundo, mas que também é uma ocupação que podem ser analisados como parte de um processo criativo no qual predominam questionamentos, interrogações e problematizações; abriga confrontos sérios e interpretações múltiplas; e clama permanentemente por reconfigurações voltadas para a transformação. Por isso, o fato de pensar outras formas de fazer pesquisa a partir de um horizonte de sentido e de uma atitude epistêmica crítica não só implica repensar o que foi investigado, mas também acarreta mudanças.³

Quando a pessoa pesquisadora se lança a campo para sua experiência de pesquisa, ele está sujeito a uma série de surpresas boas e ruins, de contratempos, de situações inusitadas. Na presente tese, a minha aproximação com as entrevistadas começou antes que o projeto da pesquisa estivesse apto a passar pela qualificação.

Envolvida na militância pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência há mais de vinte anos e, agora, como gestora estadual da pauta, o contato com as mulheres com deficiência já se tornou parte da minha rotina. Como palestrante

³ Desde el año 2013, en esta asignatura se ha considerado que el discurso científico es un sistema normativo convencional y la ciencia una práctica cultural y que la investigación es un proceso social en el que participan personas dedicadas a cultivar un interés por conocer el mundo pero que también es una ocupación que puede ser analizada como parte de un proceso de carácter creativo en el que predominan las preguntas, los interrogantes y las problematizaciones; alberga serias confrontaciones y múltiples interpretaciones; y convoca permanentemente a hacer reconfiguraciones orientadas a la transformación. Por eso mismo, el hecho de considerar otras formas de hacer investigación desde un horizonte de sentido y una actitud epistémica crítica no solo implica repensar lo investigado sino que conlleva cambios en el interés por investigar a partir de nuevas preguntas acerca de la otredad, la alteridad, más que desde la normalidad, la extrañeza, la monstruosidad.

voluntária na área, percebi que em toda ocasião na qual o tema da violência contra a mulher era mencionado, os comentários e as perguntas desafiadoras sempre estavam presentes.

Ao final das palestras, rodas de conversas ou reuniões, algumas mulheres me procuravam para falar de abusos sexuais sofridos, situações de violência perpetradas por parentes, cuidadores e profissionais. O capacitismo sempre era o pano de fundo para os relatos, como se elas precisassem se justificar pelo fato de terem sido vítimas de tais atos.

O interesse pelo tema que a pessoa cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade da própria pessoa pesquisadora ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenômeno. No entanto, a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pela própria pessoa pesquisadora, isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade da própria pessoa pesquisadora perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes a escolha do objeto revela as preocupações científicas da pessoa pesquisadora que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los.

É possível à pessoa pesquisadora do Direito se apropriar das pautas sociais em suas pesquisas, optando por outras formas de produção científica que não seja apenas a revisão bibliográfica, a fim de dar maior contribuição à sociedade. Para Pinheiro e Francischeto (2019, p. 432),

neste sentido, há inúmeras outras formas de se produzir conhecimento que vão além dessa tradição do uso da pesquisa bibliográfica e que, ao mesmo tempo permitem um diálogo entre os sujeitos investigados e o pesquisador. A utilização, por exemplo, de técnicas como a entrevista – em suas diversas modalidades – a história de vida – como uma extensão da entrevista – e da observação participante – como um acompanhamento pelo pesquisador de maneira mais ativa do conteúdo pesquisado – pode contribuir de maneira significativa para a legitimidade do discurso científico.

A princípio, pensei em uma abordagem bem mais ampla, com dados quantitativos. Os participantes da pesquisa poderiam ser qualquer pessoa com deficiência, sem distinção de sexo, gênero, idade ou outro fator excludente. Contudo, com objeto muito amplo considerou-se a possibilidade do risco de sua diluição, com perda do foco e impossibilidade de conclusão da pesquisa.

Em março de 2020, a pandemia do Covid-19 chegou ao Brasil, era o primeiro período de meu doutorado. Devido às restrições de circulação de pessoas, qualquer possibilidade de entrevista pessoal ou observação em campo foi desacreditada, pois não se tinha conhecimento da duração do isolamento social e de quanto tempo levaria para a chegada das vacinas capazes de conter o vírus mortal.

As pessoas com deficiência foram muito prejudicadas por falta de acessibilidade e de tecnologia assistiva que pudessem dar suporte às demandas provocadas pela pandemia. O risco de contaminação era grande e as comorbidades, muitas vezes associadas às deficiências, eram um fator que não poderia ser descartado, sob pena de se colocar a vida desse grupo em risco. O retorno à normalidade cotidiana só ocorreu no ano de 2022, quando da liberação do uso de máscaras em ambientes fechados.

Após discussões e análises com a minha orientadora, e, tendo como base os dados quantitativos recentes já publicados por instituições de reconhecimento público e fidelidade técnica, como o Fundo de Populações das Nações Unidas (UNFPA), Organização das Nações Unidas (ONU), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), foi dada preferência às mulheres com deficiência. Uma vez que a pesquisa quantitativa estava pronta e seus dados suficientes para basear uma pesquisa qualitativa, partiu-se para o planejamento, com a elaboração do projeto de tese.

3.1.1 Território nacional: em busca da diversidade de contextos de vida

Para esta pesquisa ficou definido que seriam entrevistadas mulheres que moram no território nacional. A motivação da escolha se deveu ao fato de que sou membra do coletivo Frente Nacional de Mulheres com Deficiência (FNMD), o que poderia facilitar o meu contato e aproximação com as mulheres dispostas a participar da pesquisa. Além disso, a minha militância na área dos direitos da pessoa com deficiência, em nível nacional, seria uma forma de enriquecimento da pesquisa, sob a perspectiva da diversidade territorial existente em nosso país.

As mulheres brasileiras vivem realidades bem distintas. As diferenças regionais são marcantes, sejam geográficas, políticas, econômicas e culturais. Para as mulheres com deficiência, essas diferenças podem representar maior vulnerabilidade que as tornem vítimas em potencial de violência sexual.

A expectativa era de que as participantes pudessem fornecer dados que estivessem relacionados às questões regionais, de forma a enriquecer a elaboração de políticas públicas voltadas para atender a especificidades das mulheres com deficiência de cada região.

3.1.2 Critérios de inclusão e exclusão das participantes da pesquisa

Desta forma, surgiu a ideia da realização de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas abertas com as mulheres que se candidatassem a colaborar com o estudo. A proposta do tema a ser trabalhado foi feita e prontamente aceita pela orientadora da pesquisa, Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer.

Assim que o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Direito de Vitória (FDV) aprovou o projeto, do qual é parte integrante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), fica evidenciada a relevância do estudo e seus objetivos (Anexo A) e garantido o tratamento dos dados com total sigilo e confidencialidade, no intuito de proteger a privacidade das participantes.

O público-alvo da pesquisa foi mulheres com deficiência, vítimas de violência sexual (maiores de 18 anos). A identificação das mulheres que pudessem responder aos questionamentos da pesquisa foi feita em reuniões com grupos de pessoas com deficiência, nas suas respectivas associações, e por solicitações em grupos afetos às mulheres com deficiência, nas redes sociais.

Foram admitidas na pesquisa mulheres com todas as condições de deficiência, desde que a sua vontade ficasse expressa, mesmo que para isso fosse preciso a utilização de intérpretes de línguas de sinais (Libras) ou suportes de tecnologia assistiva como computadores, leitores ampliativos e outros.

Considerarei inaptas para sujeitos da pesquisa as mulheres menores de 18 anos, as que têm condição de deficiência mental ou intelectual que não as permita expressar sua vontade com autonomia, e as que, mesmo maiores de 18 anos, não possam exprimir sua vontade e relatar fatos ocorridos, ainda que com o uso dos recursos acima citados. As mulheres tiveram sua autonomia respeitada e estavam livres na forma de se expressar, bem como quando e como continuar ou não a entrevista.

Após a aprovação do CEP da FDV, divulguei o convite para a participação na pesquisa em grupos especificamente voltados às pessoas com deficiência, da rede social WhatsApp. Os grupos escolhidos foram diversos, dentre os quais alguns eram de homens e mulheres, outros apenas de coletivos de mulheres, de empreendedorismo ou de esportes para pessoas com deficiência. O convite simples, com linguagem simples e de fácil compreensão (Apêndice B).

Não tardou a chegarem algumas respostas de mulheres interessadas em participar da pesquisa. Umas se mostravam mais tímidas e receosas, enquanto outras eram mais incisivas. Todas estavam aptas a colaborar com a pesquisa e perguntavam se poderíamos fazer logo a entrevista. A necessidade de falar sobre a violência sofrida (soltar o grito preso em suas gargantas) estava evidente.

Nas respostas ao convite, notei a preocupação sobre a confidencialidade e a omissão de seus nomes e demais dados pessoais, em especial por aquelas mulheres cujos abusadores estavam dentro de suas famílias. Todas as dúvidas em relação ao sigilo de informações e armazenamento de dados foram esclarecidas no primeiro contato comigo.

3.1.3 Riscos e benefícios da pesquisa

Toda pessoa pesquisadora deve ter a consciência de que sua pesquisa vai interferir de algum modo na vida das pessoas. Quando se trata de pesquisa que envolve entrevistas de fatos passados que causaram sofrimentos físicos e emocionais, os cuidados com os participantes precisam ser redobrados. A sensibilidade na abordagem é fundamental. Saber o momento de introduzir o tema e de interromper o assunto, quando necessário, são fundamentais para o bom entrevistador.

Os riscos relacionados à presente pesquisa foram os que as entrevistadas pudessem sentir algum mal-estar pelas lembranças e análise dos casos de violência sofridos. Disso poderia decorrer a não vontade de responder às perguntas propostas ou o abandono da entrevista. A leitura do TCLE foi uma estratégia para que as participantes pudessem se sentir mais seguras.

Da mesma forma em que as participantes foram alertadas para os riscos da entrevista proposta, elas também entenderam que sua colaboração seria essencial para o desenvolvimento da pesquisa e o alcance de seu objetivo. A elas foi dado o conhecimento de que suas entrevistas poderiam permitir o conhecimento de dados para subsidiar políticas públicas no enfrentamento a violência contra mulheres com deficiência.

Conhecer os diversos contextos nacionais nos quais a violência sexual contra mulheres com deficiência é produzida foi um passo fundamental para a construção da proposta da política pública apresentada.

3.1.4 Entrevistas abertas como técnica de pesquisa

Na pesquisa qualitativa, realizada por meio de entrevista aberta, há uma conversa informal entre a entrevistadora e a entrevistada. A temática central da pesquisa é introduzida, deixando que a conversa siga de acordo com a necessidade de a entrevistada discorrer sobre os fatos vivenciados. A palavra é da entrevistada, devendo ocorrer a menor interferência possível da entrevistadora que, nessa relação, é uma ouvinte atenta. Somente no caso de alguma intercorrência, ou para evitar que a entrevista termine de forma precoce, é cabível alguma atitude da entrevistadora no sentido de interromper a fala ou alterar o modo de abordagem do tema (Boni; Quaresma, 2005, p. 74).

[...] A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve obtenção de dados descritivos sobre pessoas lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (Godoy, 1995, p. 58).

Genericamente, uma entrevista se realiza por meio de uma conversa entre duas pessoas, onde estão definidos seus propósitos. A linguagem e o significado da fala têm um valor especial nesse tipo de técnica, na qual é possível a coleta de dados e informações sobre o tema proposto (Minayo, 2001, p. 57).

A cada mulher que se candidatou a participar da pesquisa foi dada a palavra para que falasse de sua experiência enquanto mulher com deficiência vítima de violência sexual. Não apresentei perguntas padronizadas, apenas solicitei que elas fizessem seus próprios relatos quanto aos fatos vivenciados. Optei pela técnica de entrevistas abertas, posto que a finalidade da pesquisa foi a de buscar detalhes importantes que pudessem ser utilizados para a formulação da política pública a ser proposta ao final.

As respostas foram gravadas, degravadas e analisadas. Os dados quantitativos utilizados foram os já publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que são recentes e os únicos disponíveis para a área dos estudos da deficiência.

Entrevistar mulheres com deficiência requereu cuidados e a sensibilidade de não utilizar falas ou atitudes capacitistas, de modo a desencorajá-las ou causar-lhes algum tipo de constrangimento. Da experiência de trabalho com esse grupo, eu trouxe a compreensão de que a entrevista necessitaria se desenvolver em tempo suficiente para melhor compreensão de suas falas, ou ajustes com o intérprete de Libras e equipamentos de tecnologia assistiva, quando fosse o caso de mulheres com deficiências auditivas ou comunicacionais; observação do espaço necessário para deslocamento de mulheres que se utilizam de apoios como cadeiras de rodas, andadores e muletas, bem como as mulheres cegas que se valem de suas bengalas ou cães-guia, e, por vezes, necessitam de ajuda para locomoção e para acessarem espaços com os quais não estejam habituadas.

Garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência é questão de respeito à sua condição. Além disso, o tempo de entrosamento com as entrevistadas precisou ser suficiente para que elas se sentissem à vontade para falar sobre tema tão delicado, com riquezas de detalhes. A conversa informal, geralmente acompanhada de um lanche, antes do início das entrevistas, colaborou com a sua fluidez. A certeza do sigilo

de dados também foi de grande importância para o encorajamento e a disponibilidade de contarem suas histórias.

A técnica da entrevista aberta é um tipo de interlocução na qual não se apresentam formulários ou perguntas pré-elaboradas ao entrevistado. A minha intenção foi detectar, por meio da análise do discurso, desenvolvida por Michel Foucault, nas falas das mulheres com deficiência, fatores e condições em comum que sejam capazes de orientar uma política pública efetiva para a redução da violência sexual contra esse grupo. As falas obtidas nas entrevistas estão em capítulo específico e distribuídas ao longo do texto da tese, confirmando as teorias utilizadas para a construção do texto.

3.2 ANÁLISE DO DISCURSO: EM BUSCA DE ELEMENTOS SENSÍVEIS PARA A PESQUISA

Para Michel Foucault (2019) o discurso é aquilo pelo qual se luta, é o poder que se pretende apoderar, é muito mais do que se pode compreender com as lutas ou com os sistemas de dominação. O discurso é capaz de empoderar ou de silenciar, incluir ou excluir por meio de construções e repetições que consolidam certa maneira de pensar determinada condição de um sujeito.

A exclusão ou inclusão de determinado sujeito na sociedade é precedida pelo discurso que o capta, o governa e o molda em suas atitudes, no seu modo de ser e se comportar, tornando-o o indivíduo esperado pela sociedade. O poder do discurso e sobre o discurso foi capaz de promover a exclusão das pessoas com deficiência por meio da construção de estereótipos e estigmas da incapacidade, da docilidade e reificação de seus corpos e mentes.

Seus corpos foram descartados, consertados, endireitados, normalizados, emudecidos por meio de um discurso criado à sua revelia, como modo de controle higienista e discriminatório do indivíduo diverso aos padrões corporal e comportamental aceitos socialmente.

Com o advento do modelo biopsicossocial surgido pela imposição dos movimentos sociais, que ousaram desafiar os discursos hegemônicos da área médica, torna-se imprescindível a sua participação em todos os campos que, de alguma forma, trate da pessoa com deficiência. Restam os desafios de incluir um grupo que foi invisibilizado durante séculos, de organizar uma pauta acessível a todas as pessoas e convencer a sociedade, inclusive as próprias pessoas com deficiência, de que sua voz é essencial para a construção de uma sociedade livre.

Em virtude do tema escolhido para a pesquisa, a Análise do Discurso, tal como desenvolvida por Michel Foucault (2023), traz a sexualidade como objeto do discurso, em várias épocas da sociedade e em diversos contextos e espaços de poder, tais como o lar, a escola, a prisão. Para esta pesquisa foi fundamental ter em mente o que os espaços de poder e os donos do discurso sobre a sexualidade da pessoa com deficiência representam.

A assimetria de poder nos espaços por onde circulam as pessoas, principalmente as mulheres com deficiência, tem sido responsável por grande parte da descredibilidade, silenciamento e invisibilidade desse grupo.

A opção pela Análise do Discurso se deveu à possibilidade de detectar nas falas das entrevistadas algum traço de opressão que as levou a serem descredibilizadas em suas narrativas, ao silenciamento de suas vozes e à invisibilização enquanto mulher com deficiência ao longo de suas vidas. As violências sofridas no cotidiano podem ser normalizadas, de modo que a pessoa agredida constantemente passe a naturalizá-las, sem que perceba que o discurso que envolve seu contexto de vida a reduz e retira sua humanidade.

A pessoa com deficiência representa a quebra da regra normalizadora dos corpos e mentes. Ela desmonta a sociedade dominada pelo discurso que formata e disciplina os corpos. A mulher com deficiência é uma “desviante”, ela não se dobra ao que se lhe impõe, ela insiste em viver, em querer formar sua própria família, em querer ter filhos. Ela é ainda mais ofensiva à sociedade quando burla as regras sociais presas ao dualismo macho e fêmea, e se lança a experimentar viver sua essência sob uma das formas de gênero que não seja a heterossexualidade. Se para as mulheres sem

deficiência, isso já afronta a sociedade, para as com deficiência, condutas diversas são contra as regras da “natureza” e da sociedade.

Um exemplo dessa cisão de padrão de corpo e gênero é a influenciadora e ativista @leandrinhadu. Mulher trans, com deficiência (síndrome de Larsen) com mais de um milhão de seguidores nas redes sociais, compartilha sua visão sobre sexualidade e desafia a ditadura da normalidade.

Em entrevista à Paola Churchill (2002), Leandrinha du Art pontua como o discurso capacitista pode excluir e silenciar mulheres com deficiência. “A gente vive em uma estrutura que, além de tirar nossa autonomia, coloca que os corpos com deficiência não têm desejo ou o poder de ser desejado. Na minha família sempre tive independência, mas nunca falaram sobre sexualidade comigo.” (Churchill, 2022, s.p.)

Fotografia 2 – Leandrinha DuArt desfilando em evento de moda



Fonte: Andy Santana/Agência BrazilNews/Elas no tapete vermelho.

Ivan Baron é pedagogo, ativista, influencer, pessoa com paralisia cerebral, é conhecido pela luta anticapacitista com vídeos informativos nas redes sociais. Em

entrevista ao jornalista Kalel Adolfo, para a revista *Cláudia*, ele não deixa de mandar um recado: “A sociedade precisa ter mais humildade e parar de nos limitar apenas como ‘pessoas PCD’. Sou pedagogo, amo música pop, acompanho *reality shows*, gosto de me relacionar.” (Adolfo, 2023, s.p.)

O influencer mantém uma página na rede social Instagram na qual publica conteúdo anticapacitista, com entrevistas e exemplos práticos do cotidiano para que a sociedade possa se tornar mais inclusiva e sensível ao modo de existência de cada pessoa.

Fotografia 3 – Ivan Baron em ensaio fotográfico



Fonte: Pinterest (2024).

Ao participar pelo segundo ano consecutivo do evento São Paulo Fashion Week, em entrevista à repórter Luana Balmas, a modelo internacional Maju de Araújo exaltou a beleza contida na diversidade:

Sinto que posso transmitir a mensagem de que a beleza está em todas as formas e tamanhos, e que a moda tem esse poder de unir as pessoas e transformar mentalidades, algo fundamental para todos terem a oportunidade de se sentir incluídos neste universo que está tão presente no nosso dia a dia. (Balmas, 2023, s.p.)

Fotografia 4 – Maju de Araújo em desfile de moda



Fonte: portfólio/majudearaújo.com.br (2024).

Para Foucault (2014, p. 6), a produção do discurso na sociedade sempre vai sofrer controle, seleção, organização e redistribuição por determinados meios que têm por objetivo “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Conforme afirma o filósofo francês, as relações de poder estão enraizadas na sociedade ocidental e se apresentam juridicamente materializadas, podendo-se compreender que das relações sempre haverá o indivíduo subjugado ao poder

institucional. No escopo desta pesquisa, cabe ressaltar a família como instituição jurídica reconhecida constitucionalmente e, portanto, detentora de um poder hierarquizado estruturado na sociedade patriarcal colonial. As pessoas com deficiência encontrarão na família a primeira instituição fomentadora do capacitismo, barreira atitudinal que aliena, exclui e retira da pessoa com deficiência suas oportunidades de desenvolvimento.

Por meio do discurso de que as pessoas com deficiência não têm sexualidade, vivem como “eternas crianças” e “são anjos”, criou-se uma forma de controle sob seus corpos. Negando-lhes a sexualidade, a sociedade nega-lhes direitos fundamentais e o seu dever de proteção contra os abusos sexuais. Meninas e mulheres com deficiência são proibidas de falar sobre sonhos, sexo, desejos, opções de vida.

Próprio mutismo, aquilo que se recusa dizer ou que se proíbe mencionar, a discricção exigida entre certos locutores ou seja, a outra face de que estaria além de uma Fronteira rigorosa, mas sobretudo os elementos que funcionam ao lado de (com e em relação a) coisas ditas nas estratégias do conjunto. Não se deve fazer a divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são partes integrantes das estratégias que apoiam e atravessam os discursos. (Foucault, 2023, p. 31).

Foucault (2023, p. 100) explica que o termo “poder” pode levar a muitas interpretações divergentes a respeito de sua identidade, sua forma e unidade. Para o filósofo, o poder não está somente no sentido do Estado para a sujeição de seus cidadãos. O poder também não é exclusivamente a materialização do poder em regras, ou sob a forma de dominação de grupos sobre indivíduos ou outros grupos. O poder é múltiplo, se mostra em vários espaços e sentidos, se impõe sobre sujeitos e grupos. Por meio do discurso, molda-se o sujeito e seus comportamentos, incluindo-o e excluindo-o, de acordo com sua determinação. É necessário, ante de qualquer análise do poder, entendê-lo como

a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras formam cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias que se originam é cujo esboço geral ou cristalização

institucional toma corpo nos aparelhos estatais, da formulação da lei, nas hegemonias sociais. (Foucault, 2023, p. 101).

O mesmo autor trata da exclusão como meio de cerceamento do discurso, apontamento que se aplica perfeitamente à pesquisa realizada, devido às categorias como silenciamento e descredibilidade de mulheres com deficiência de modo geral.

Quando se trata da violência sexual, essas posturas são ainda mais acentuadas devido ao modo como a sociedade conduz, de forma equivocada, a questão da violência sexual e da deficiência. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (Foucault, 2019, p. 6).

O filósofo aborda a questão do poder em várias de suas obras, como instrumento presente nas relações, em todos os núcleos da vida humana. Há uma piramidalização no poder, que, se materializado, seria tal qual um feixe mal coordenado de relações que seguem em diversos sentidos e, por isso, é necessário que se construam mecanismos aptos a analisar o poder (Foucault, 2003, p. 248).

Partindo da premissa de que o discurso capacitista invisibiliza, descredibiliza e silencia mulheres com deficiência, antes e após sofrerem violência sexual, buscou-se na análise do discurso um modo de compreender, nas falas das mulheres entrevistadas, como as relações de poder podem intervir, agravando ou amenizando a situação de violência vivida por essas mulheres.

Todo o poder, seja ele de cima para baixo ou de baixo para cima, e qualquer que seja o nível em que é analisado, ele é efetivamente representado, de maneira mais ou menos constante nas sociedades ocidentais, sob uma forma negativa, isto é, sob uma forma jurídica. É característico de nossas sociedades ocidentais que é a linguagem do poder seja o direito e não a magia ou a religião etc. (Foucault, 2003, p. 250).

A biopolítica como forma de regulamentação da sociedade vai exercer o domínio não somente dos corpos individuais, mas também de toda a sociedade. Para Foucault (2010, p. 204), trata-se de um poder de controle das massas, voltado “não para o “homem-corpo”, mas para o “homem-espécie”.

Para o filósofo, a biopolítica não intervém somente em questões ligadas à saúde da população, mas, para além desse campo, ela atua também em fenômenos naturais e acidentais, como a velhice, as doenças e as diversas anomalias que atingem os indivíduos, assim com os acidentes que provocam sua incapacidade e a conseqüente saída da engrenagem produtiva. A exclusão social de grupos invisibilizados pode ser compreendida, sob a ótica foucaultiana, como parte do sistema de biopolítica, que disciplina os corpos e regulamenta a sociedade por meio de microssistemas de poder (Foucault, 2010, p. 205).

A pesquisa propôs-se a compreender o fenômeno da violência sexual contra mulheres com deficiência, construindo com elas um novo saber, algo que pudesse contribuir no combate a esse tipo de violação. Para tanto, foi preciso levar em consideração o contexto em que estão inseridas essas pessoas, dentro da realidade socioeconômica e cultural brasileira. Condições de saúde, financeira, de empregabilidade, de formação educacional, serão observadas para que a análise se mostre fidedigna aos discursos analisados.

As categorias de análise invisibilidade, descredibilidade e silenciamento das mulheres com deficiência serão estudadas como produtoras da sua indigência. Imbricadas ao contexto social brasileiro, as três categorias escolhidas ilustram como a produção da exclusão social dessas pessoas se dá ao longo da vida.

Silva (2015, p. 114) afirma que a indigência se apresenta como “loucura social, isto é, de uma anormalidade individual dentro da ordem coletiva; de uma alienação particular dentro do contexto social comum; de desligamentos aparentes, mesmo estando implicado à trama social”.

Existem muitas formas de indigência de grupos minoritários que são considerados “fardo” social, como é o caso das pessoas com deficiência, para as quais se atribuem características de incapacidade laborativa, inviabilizando suas conquistas no campo produtivo. O cerceamento do discurso, do acesso ao trabalho e no campo político participativo é, sem dúvidas, um meio de esvaziamento das pautas de grupos eleitos para terem sua invisibilidade produzida.

A percepção dos discursos presentes nas falas das entrevistadas sob um viés decolonial se faz necessária para esta pesquisa. Mesmo dentro de um modelo biopsicossocial da deficiência, previsto na CDPD, não é possível aplicá-lo da mesma forma para todas as pessoas com deficiência que vivem nos países signatários dessa Convenção.

As barreiras físicas, sociais e atitudinais a que são submetidas as pessoas com deficiência são muito diversas em cada lugar do globo, não sendo possível comparar uma mulher branca com deficiência que vive em um país como a Finlândia, com baixo índice de desigualdade social e uma das melhores educação do planeta com as mulheres brasileiras com deficiência, estereotipadas e estigmatizadas por imposição de um sistema patriarcal trazido pelo colonizador, no qual há uma forte incidência do marcador social raça para discriminar as pessoas negras e indígenas.

Assim, o modelo biopsicossocial deve ser aplicado de forma que seja possível uma avaliação das barreiras atitudinais baseadas no gênero, na raça, na pobreza e nas diferenças culturais e religiosas encontradas no território nacional, garantindo às pessoas com deficiência o efetivo gozo de seus direitos fundamentais.

4 VIOLÊNCIAS: AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA E SUAS VULNERABILIDADES

O estupro ofende as mulheres, não só no corpo possuído pelo prazer e ímpeto de tortura do agressor, mas principalmente porque nos aliena da única existência possível: a do próprio corpo. (Debora Diniz)

4.1 CONHECENDO AS MULHERES ENTREVISTADAS: CONTEXTOS DE VIDAS, COTIDIANOS E VIOLÊNCIAS

A experiência de entrevistar sete mulheres com deficiência sobre momentos difíceis e doloridos em suas vidas é inédita para a pesquisadora. Embora já fosse esperado que alguns contratempos pudessem ocorrer, certo fato marcou os contatos para a entrevista e vale ser aqui relatado: após divulgação do convite para a participação na pesquisa em grupos de WhatsApp, uma mulher de outro Estado da Federação se mostrou interessada em participar da pesquisa. No momento do contato da pesquisadora para marcar a entrevista, ela optou por fazer uma entrevista on-line, se mostrando um pouco arredia ao contato, o que é compreensível.

Ao marcar a data e hora para o encontro, a entrevistada solicitou pagamento por sua participação a título de “pró-labore”, alegando que estaria desempenhando a função de educadora social. Após explicar que esse não era o objetivo da pesquisa e que a participação deveria ser voluntária, sem qualquer custo para as entrevistadas, mas também sem pagamento pela participação, a pesquisadora agradeceu a disponibilidade e desistiu da entrevista.

O encontro entre mulheres com algum laço de amizade e conhecimento é um momento no qual os sentimentos, as lembranças de momentos passados e reflexões vêm à tona. Esse foi o meu sentimento durante o encontro para a entrevista, que seria apenas uma entrevista piloto e se mostrou de grande contribuição para esta pesquisa.

As primeiras entrevistas realizadas foram com duas mulheres com cegueira congênita total, amigas desde a infância. Elas frequentaram o Instituto Luiz Braille, destinado a atender as pessoas com deficiência visual e desenvolver suas habilidades para que

tenham autonomia e independência, bem como alfabetizá-las no sistema Braille. As duas são mulheres negras, cis, na faixa de 40 a 50 anos de idade, que moram na região metropolitana de Vitória/ES. As duas já passaram pela experiência da maternidade. Aqui serão usados nomes fictícios, para resguardar o sigilo de dados das entrevistadas.

Leonora (nome fictício) é servidora pública municipal, na área da saúde, tem curso superior. Ela é uma mulher empoderada, cis, parda, se desloca sozinha pela cidade e por outros municípios para realizar atendimentos em sua especialidade. Foi casada, teve dois filhos, os quais já estudam fora do município onde ela mora. O mais velho é aluno do Instituto Federal do Estado do Espírito Santo, e o mais novo cursa o ensino médio. Ela já foi candidata a vereadora pelo seu município. Atualmente está divorciada.

Gabriela (nome fictício) é servidora pública estadual, pedagoga, mas exerce função fora da sua área de formação. Mulher negra, cis, teve dois filhos, sofreu com o assassinato por engano de um dos filhos, foi casada, hoje tem um companheiro que descreve como um homem que a ama e a respeita.

A princípio, eu havia combinado com Leonora a realização de uma entrevista piloto, para avaliação de possíveis falhas e melhores maneiras de realização de uma entrevista com o tema tão complexo. Nós nos conhecemos na militância pelos direitos das pessoas com deficiência, o que facilitou muito o nosso contato para a entrevista.

Leonora afirmou num primeiro instante que não havia sido vítima de violência sexual, estupro propriamente dito, mas havia passado por algumas situações que serviriam para a pesquisa e que ficaria muito feliz em participar, pois me reconhece como uma pessoa engajada em fazer o melhor pela causa da pessoa com deficiência.

Posteriormente, houve o contato de Leonora me perguntando se poderia levar para a entrevista Gabriela, uma amiga de infância que também havia sofrido violência sexual. A proposta foi por mim aceita de pronto, seria a oportunidade de entrevistar mais uma mulher com deficiência vítima da violência sexual.

Leonora é mulher muito prática e de fácil comunicação, o que facilitou muito as decisões sobre lugar, hora e modo da entrevista.

Ficou combinado que as entrevistas se dariam de forma bem tranquila e que a minha intenção não era a de que elas relatassem os fatos ocorridos, como se fosse uma reportagem jornalística, mas sim de captar nas falas delas, as vulnerabilidades a que as mulheres com deficiência estão sujeitas.

O encontro foi marcado para o dia 19 de fevereiro de 2024, segunda-feira, na casa de Leonora, de acordo com a disponibilidade de agenda das entrevistadas. Para facilitar a mobilidade de Gabriela, eu a busquei de automóvel, no seu local de trabalho, na capital e, juntas, seguimos para a residência de Leonora, no município vizinho. A escolha pelo local da entrevista se deu por sugestão da própria Leonora, devido ao fato de ser um ambiente ao qual Gabriela já está acostumada, o que para a pessoa cega, dá alguma sensação de segurança.

O encontro foi farto em afeto e respeito. Leonora é muito expansiva e Gabriela é uma mulher de hábitos simples, fala direta e que demonstrou muita segurança ao falar de sua vida e dos fatos ocorridos. As duas também são muito bem-humoradas, o que tornou nosso encontro mais leve.

Para o lanche, eu levei um bolo e um pão doce para compartilhar com elas, a fim de tornar o momento um pouco menos constrangedor, pois acredito que a partilha do alimento sempre proporciona uma espécie de acolhimento. Já no trajeto, Gabriela se mostrou uma mulher dinâmica, simpática e acostumada com as barreiras físicas e atitudinais impostas pela sociedade, durante toda a sua vida.

Ao chegarmos à residência de Leonora, um condomínio residencial, notei a dificuldade da falta de acessibilidade do local. O prédio estava em obras, o que dificultou o acesso a seu apartamento. Gabriela comentou que ela nunca conseguiu andar pelo condomínio de Leonora sozinha, pois o caminho é complicado para ela. A passagem provisória durante a obra estava sendo feita pela garagem, com carros e motos estacionados, além de vasos de plantas e outros obstáculos, sem nenhum tipo de sinalização para Leonora, que mora ali há pelo menos dez anos.

A falta de acessibilidade física e comunicacional no condomínio tem causado vários problemas a Leonora, dentre eles o atraso no pagamento do condomínio que passou a ser enviado por e-mail, sem aviso prévio à condômina.

O encontro inicial foi muito alegre, com lembranças boas de situações vivenciadas por nós, na militância de direitos humanos. Leonora preparou um lanche muito farto para a ocasião, com suco, café, leite, queijo e presunto, pão de queijo e bolo que ela havia acabado de tirar do forno, tornando um ambiente muito tranquilo. O pão e o bolo que eu levei contribuíram para que a mesa estivesse ainda mais convidativa.

Após uns 30 minutos de conversas aleatórias sobre a vida cotidiana, já havia sido estabelecida certa intimidade entre nós, o que fez que a conversa fluísse naturalmente. Decidimos dar início à gravação da entrevista, de forma que elas pudessem me relatar os fatos e suas percepções acerca da violência sexual e das vulnerabilidades de uma mulher com deficiência.

Eu li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em voz alta, pausadamente, para que elas pudessem compreender o sentido da pesquisa, riscos e benefícios esperados e o sigilo com quais os dados seriam tratados. As duas entrevistadas relataram que já haviam participado de algumas pesquisas durante os seus cursos na universidade, e que tinham conhecimento de como as pesquisas eram feitas. Após a concordância e assinatura do TCLE, partimos para a gravação e direcionamento da entrevista.

A conversa foi gravada em aparelho Iphone 12, de minha propriedade e salva em nuvem. Após, o áudio foi degravado com auxílio da ferramenta “Transcrever” disponibilizado gratuitamente no Microsoft Word. O texto foi revisado e “limpo” para retirar palavras repetidas por vícios de linguagem e partes de diálogos que não contribuiriam para a pesquisa. O áudio completo possui 1:28’54”. O encontro durou aproximadamente 3 horas.

Eu fiz a proposta de que a entrevista se desenvolvesse em forma de uma conversa, com perguntas abertas que direcionassem o assunto, mas que não as obrigassem a

narrar os fatos acontecidos, deixando as falas livres e, quando elas se sentissem à vontade, abordariam as questões relacionadas às violações sexuais sofridas.

Ao longo da conversa, muitos temas vieram à tona, e muitas falas correspondem e confirmam as vulnerabilidades das mulheres com deficiência e sua menor condição de defesa das violências. Eu fiz uma pequena introdução do tema e deixei que as entrevistadas falassem à vontade. Como foi uma conversa informal, alguns palavrões foram ditos e para a preservação da redação formal, foram substituídos por ***.

A terceira entrevistada foi **Érica** (nome fictício), que se identifica como uma mulher travesti, negra de pele clara. Ela é bem jovem, bonita, estudante universitária, moradora da região metropolitana da Grande Vitória. Érica tem deficiência física ocasionada por uma paralisia cerebral. Ela tem uma boa noção de seus direitos e também um bom pensamento crítico sobre seu contexto social.

O contato de Érica me foi passado por um amigo em comum, militante da causa LGBTQIA+, que me disse que ela, certamente, poderia contribuir com a pesquisa. Ao contato telefônico, Érica se mostrou bem tranquila e disposta a conversar sobre o tema. O encontro foi marcado na universidade, em uma lanchonete, bastante movimentada, às 14 horas. Érica chegou acompanhada de um amigo, também estudante universitário.

Após o encontro, foi escolhido um local mais tranquilo para que a privacidade da entrevista fosse observada. A entrevista durou aproximadamente 58 minutos, sendo rica em falas que demonstram que compreender a interseccionalidade no contexto das mulheres com deficiência é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa proposta. Érica demonstrou compreender que sua condição de mulher travesti, negra, com deficiência, interfere de várias formas em sua vida, ocasionando inúmeras barreiras físicas e atitudinais. Todas as entrevistas foram muito marcantes, mas a de Érica foi surpreendente, pois me fez pensar quão vasto é o universo da deficiência, não sendo possível emoldurá-lo dentro de determinados padrões.

A quarta entrevista foi com **Regina** (nome fictício), uma mulher parda, cis, de 45 anos, apresenta deficiência física (usuária de muletas), devido à paralisia cerebral por

complicações gestacionais e que, somente aos 10 anos de idade conseguiu andar com o apoio de muletas. Formada no magistério, mas não exerce a função de professora, pois acha que sua condição não a permitiria enfrentar uma sala de aula com crianças. O nosso primeiro contato se deu na Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no município onde Regina reside. Na ocasião, eu fui convidada a ministrar uma palestra no evento e, por ocasião do almoço, pude conversar com algumas pessoas sobre a pesquisa e Regina se dispôs a falar sobre o fato ocorrido com ela.

Feito o contato para o encontro, ela me sugeriu realizar a conversa no Convento da Penha, santuário religioso no município de Vila Velha. A entrevista foi marcada para o dia 3 de março, um domingo, às 15 horas. Mesmo quando eu a questioneei se ela não se incomodaria se o local estivesse cheio de pessoas circulando, Regina me disse que lá no Convento ela se sente protegida e segura. No dia marcado, ela me enviou uma mensagem informando da impossibilidade de ir ao encontro, devido à visita de familiares.

Após alguns dias, voltei a entrar em contato com ela via mensagem e foi marcada uma nova data para a entrevista. O encontro ocorreu em seu local de trabalho, porém após o seu horário de saída, de forma a não atrapalhar a sua vida laboral. Nós nos dirigimos à lanchonete do local e eu, prontamente, ofereci a ela um lanche, para que ela pudesse relaxar e conversar comigo com tranquilidade. Foi realizada a leitura do TCLE e, após a sua concordância, começamos a entrevista, que durou cerca de 55 minutos.

Regina é uma mulher frágil fisicamente, muitas vezes se mostrou emocionada durante a entrevista, principalmente ao falar sobre fatos que apontam para um capacitismo bem forte em sua família. Sua mãe faleceu de dengue hemorrágica, há alguns anos e ela diz se sentir imensamente sozinha, pois, raramente, seus familiares a procuram para saber como ela está ou se precisa de algo. Sua vida está marcada por um amor lindo e puro experimentado por ela, mas separado pela vocação do namorado para o seminário. Ela também traz as cicatrizes de duas violências sexuais sofridas, de violência doméstica por parte do irmão mais velho, do descrédito de sua família e do sonho da maternidade não realizado.

O modo de gravação da entrevista foi o mesmo utilizado nas entrevistas anteriores, em aparelho Iphone 12 e, após, degravação via transcritor da Microsoft Word.

Renata (nome fictício) foi a quinta mulher a se disponibilizar a ser entrevistada. Ela é uma mulher cis na faixa de 55 anos, filha de mãe boliviana e pai brasileiro, de classe média, tem deficiência visual (baixa visão). É uma mulher independente, mãe de 3 filhos, profissional liberal, ativista pela paridade de gênero em seu órgão de classe e militante pelos direitos das pessoas com deficiência. Ela está sempre envolvida com os movimentos sociais, sendo voluntária em algumas organizações. O encontro se deu na região metropolitana de São Paulo.

Somos companheiras de luta pelos direitos das mulheres com deficiência e pela paridade de gênero nas instituições. Já havíamos estado juntas em outras ocasiões relacionadas à área dos direitos das pessoas com deficiência. Renata foi criada por pais amorosos, que buscaram o melhor tratamento possível para sua condição de deficiência, o que contribuiu para que ela conservasse um mínimo de sua visão, sem perdê-la totalmente.

Ao saber da pesquisa prontamente se disponibilizou a participar, oferecendo inclusive sua casa para que eu ficasse lá durante minha estadia em São Paulo. Marcamos a entrevista assim que as nossas agendas coincidiram e que o valor das passagens aéreas estivesse acessível também.

O encontro foi na parte da manhã, em seu apartamento. Após minha chegada, Renata me recebeu com um chá carinhosamente preparado e uma mesa saborosa de lanche, na qual a conversa se desenvolveu tranquilamente. Renata leu o TCLE com calma e disse que sua contribuição na pesquisa se deve ao fato de que ela acredita na importância das pesquisas e que é possível reduzir a violência sexual contra as mulheres com deficiência. A entrevista durou cerca de uma hora, sendo gravada e transcrita da mesma forma que as anteriores.

No mesmo dia, em São Paulo, consegui realizar outras duas entrevistas com mulheres que residem na região metropolitana de São Paulo. Amanda e Vanessa (nomes fictícios) são mulheres autistas, que têm autonomia e independência, são pessoas

também engajadas na militância pelos direitos das pessoas autistas. Embora eu ainda não as conhecesse pessoalmente, nós já havíamos conversado e debatido alguns temas do autismo em um grupo de uma associação da qual fazemos parte.

Essa associação, na minha opinião, é diferenciada porque tem alto potencial de participação na elaboração de políticas públicas pertinentes às pessoas com deficiência. Todas as discussões são feitas pelas pessoas autistas, as manifestações, notas de apoio ou repúdio, são todas elaboradas pelos associados, pessoas autistas ou seus familiares. A presidência, assim como os outros cargos também estão ocupados pelas pessoas autistas, o que lhes dá uma grande legitimidade.

A entrevista com **Amanda** (nome fictício), a sexta mulher entrevistada, foi realizada em um shopping da capital paulista. Ela é uma mulher branca, jovem, autista⁴, lésbica, com doutorado e atualmente é professora. Amanda se mostrou uma mulher inteligente, que percebe bem as violências já vivenciadas.

Sua disponibilidade em participar da pesquisa contribuiu muito para reafirmar a diversidade de pessoas com deficiência. Para além da deficiência, as pessoas são diversas. A deficiência se manifesta nos mais diversos corpos de pessoas cujo gênero, raça, etnia, religião, classe social se apresentam numa infinidade de interseccionalidades.

O encontro com Amanda foi tranquilo, em uma das mesas de uma praça de alimentação de um shopping, mas num local sossegado. Ela já havia lido o TCLE anteriormente e fez novamente a leitura e o assinou em seguida. Ela estava ciente sobre o que falar e quais pontos achava mais importantes para a pesquisa. Ela passou por vários episódios de violência como *bullying* associado à violência sexual e

⁴ De acordo com a Lei 12.764/2012, considera-se pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma de deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

molestamento por um parente próximo. Esses fatos marcaram sua vida, assim como as “piadas” ditas na sala dos professores do colégio no qual trabalha atualmente.

Vanessa (nome fictício) também se manifestou disposta a participar da pesquisa. Ela é uma mulher jovem, tem em torno de 30 anos, cis, branca, é autista militante da causa. Nosso primeiro contato se deu por meio de um grupo de WhatsApp de uma associação para pessoas autistas. Ela é formada, com mestrado na área da saúde pública, sendo que atualmente faz um curso técnico na mesma área.

Ela foi criada por pais carinhosos e protetores, mas o *bullying* que sofria na escola e na comunidade deixaram marcas em sua experiência de vida. Do lugar de uma jovem mulher, ela menciona as dificuldades vividas pelas pessoas autistas, como a socialização prejudicada e a falta de grupos de amigos, em especial na infância e adolescência.

Ela foi a primeira mulher a se candidatar para a entrevista. Também moradora da cidade de São Paulo, ela é ativa, por vezes se mostrou ansiosa para falar sobre os fatos de violência sexual sofridos. Para ela, o TCLE também havia sido enviado anteriormente, mas ela o releu e assinou.

Das narrativas de Vanessa e Amanda foi possível perceber que a vulnerabilidade da mulher autista passa pela dificuldade de percepção do contexto ao seu redor. Ambas foram vítimas de violência sexual por homens que se aproveitaram de sua condição.

As entrevistas realizadas para a pesquisa se desenvolveram em clima de tranquilidade, deixando que cada mulher falasse, a seu próprio modo, da violência sofrida, de sua percepção como mulher com deficiência e das barreiras enfrentadas por elas durante suas vidas.

Foram momentos de uma profunda reflexão, em que mulheres cujas vidas são atravessadas por interseccionalidades de deficiência, gênero, raça, classe social, falaram de como a sua condição de deficiência é um fator de vulnerabilidade para diversas violências sofridas nos contextos de suas casas, na família, na escola, no trabalho e nos locais religiosos.

Essas sete mulheres entrevistadas, com idades, vivências e situações de vida diversas reforçam a ideia de que a deficiência é uma condição inerente ao ser humano, que está presente em parcela significativa da população. Embora as camadas mais pobres da sociedade apresentem percentual maior de pessoas com deficiência, pelos motivos já apresentados anteriormente, nas classes mais abastadas ela também se faz presente, mas encontra menos barreiras dificultadoras da inclusão social.

As entrevistas me proporcionaram reflexões a respeito de como essas pessoas são cotidianamente expostas a agressões, seja na imposição de barreiras físicas ou de barreiras atitudinais. A estruturalidade do capacitismo é imperceptível aos que não tiveram a experiência da deficiência em seus próprios corpos e mentes, ou de algum de seus familiares ou amigos. As narrativas dessas mulheres indicam quanto a intersecção da discriminação de gênero com o capacitismo pode ser danosa à vida de milhões de mulheres com deficiência.

A experiência da entrevista também me trouxe a oportunidade de expurgar minhas próprias ideias equivocadas a respeito da sexualidade de mulheres com deficiência. Nem mesmo a convivência com um filho com deficiência intelectual e minha trajetória acadêmica e na militância haviam me oportunizado refletir sobre as dificuldades que essas mulheres enfrentam para viver sua sexualidade em plenitude, com a segurança e a dignidade a que têm direito.

As compreensões prévias que cada ser humano carrega como acúmulo de suas experiências ao longo de sua trajetória de vida está presente nas suas interpretações e leituras das situações cotidianas. No processo de análise de entrevistas, em busca de determinados marcadores que possam contribuir de modo significativo para uma pesquisa, não se faz possível a separação das concepções do autor dessa análise.

Na filosofia gadameriana, essas marcas da temporalidade são inerentes à inserção do ser em certo tempo histórico. Para o autor, não é possível para o intérprete se desvencilhar de sua bagagem de experiências vividas como pessoa humana (preconceitos). Embora ele entenda que essas vivências formatadas em forma de

preconceitos quando expostas, analisadas e interpretadas possam se tornar a “mola-propulsora” da compreensão (Bresolin, 2008, p. 64).

Gadamer se volta para as possibilidades de compreensão não somente para as técnicas de compreensão. Apesar de reconhecer o trabalho metodológico e seu sucesso, para o autor, o círculo hermenêutico heideggeriano, que propõe a tarefa da concretização da consciência histórica, necessita de ser complementado.

O sentido fundamental do círculo entre o todo e a parte base para toda a compreensão pelo que me parece precisa ser completado por uma outra determinação que chamo de “concepção prévia da perfeição” com isso estamos formulando uma pressuposição que guia todo compreender. Significa que só é compreensível aquilo que realmente apresenta uma unidade de sentido completa. Pressupomos essa completude, por exemplo, quando lemos um texto. Somente quando essa pressuposição se mostra inverificável, isto é, quando o texto se torna incompreensível é que a questionamos e duvidamos, por exemplo, da transmissão e procuramos corrigi-la. Aqui podemos deixar de lado as regras que seguimos na execução dessas reflexões de crítica de texto. Importa nesse caso que para seu emprego a legitimação não pode se desvincular da compreensão do conteúdo do texto. (Gadamer, 2005, p. 78).

As possibilidades de compreensão de um texto ou uma narrativa a partir dos preconceitos do sujeito marca o dinamismo do processo compreensivo. “Esta circularidade em forma de espiral é o intercâmbio do movimento da tradição e o movimento do intérprete. Movimento sem vício – amplitude de sentido.” (Bressolin, 2008, p. 80).

Eu percebi a necessidade de iniciar as conversas abordando os contextos de vida das mulheres entrevistadas, o que, por vezes, provocou desvio de foco do objeto da entrevista, prolongamento de tempo previsto para elas. Contudo, a partir do modo como narram suas experiências, foi possível detectar como elas lidam de formas diferentes com as situações vividas a partir de suas trajetórias de vida, e de que modo o capacitismo e o sistema patriarcal influenciam nas percepções da naturalização da violência.

Saffioti (2015, p. 80) explica que qualquer que seja a violência praticada, ela sempre estará acompanhada da violência emocional e moral. Para a autora, cada mulher, a seu modo, vai interpretar e apontar o limite de sua tolerância à agressão. “Com efeito,

paira sobre a cabeça de todas as mulheres a ameaça de agressões masculinas, funcionando isto como mecanismos de sujeição aos homens, inscrito nas relações de gênero.” (Saffioti, 2015, p. 80).

Ao entrevistar pessoas tão diversas, inseridas em vários contextos sociais, com diferentes graus de instrução, idade e profissão, percebi que todas, sem exceção, sofreram e sofrem processos discriminatórios em razão de gênero, afetando sua experiência de mulher com deficiência, colocando-as em situação de vulnerabilidade perante o universo masculino.

4.2 OS ESTEREÓTIPOS SEXUAIS E AS VULNERABILIDADES DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA TOMAM EVIDÊNCIA EM SEUS DISCURSOS

A partir da Análise do Discurso, baseada na teoria de Michel Foucault, das mulheres entrevistadas foi possível detectar que os estereótipos sexuais ligados às mulheres com deficiência têm um significado bastante expressivo em suas vidas. Esses estereótipos se ligam ao capacitismo e ao modelo patriarcal e se tornam barreiras, muitas vezes intransponíveis para elas. Percebi que o contexto familiar e social na qual estão inseridas pode contribuir para os impedimentos de exercícios de direitos.

Os estereótipos enquadram as pessoas a certas formas comportamentais esperadas pela sociedade. A reprodução de padrões acaba por naturalizar um comportamento formatado como inerente à pessoa pertencente a determinado grupo social. As mulheres, há muito tempo, foram ligadas a estereótipos limitantes de suas possibilidades, naturalizando seu lugar de submissão aos homens, devido às crenças que elas somente seriam habilidosas para os cuidados domésticos e com a prole.

Para Diniz (2011, s.p.) “um estereótipo é uma visão abrangente ou preconceituosa de atributos e características que alguns grupos ou indivíduos possuem ou mesmo que a sociedade espera que possuam”. Para a bioeticista, quando se trata de gênero, estereotipar tem função de controle político sobre os corpos femininos. “Os estereótipos podem ser formas de discriminação injusta. Certamente nem todos os estereótipos sobre as mulheres são negativos, por isso o desafio está em nomear aqueles que são danosos ou que impõem obstáculos às mulheres.” (Diniz, 2011, s.p.).

Rebeca Cook, ao conceder entrevista à Debora Diniz, ensina que os estereótipos têm diversas funções tais como construção de identidades, prescrição de papéis e comportamentos esperados para homens e mulheres dentro de determinado contexto ou grupo a que pertencem. Para as mulheres, o desvio do padrão ao qual deve aderir gera constantemente sua estereotipação de modo negativo, como se ela tivesse obrigação de se manter estagnada dentro do papel que lhe foi atribuído.

Na entrevista, por ocasião do lançamento de sua obra, *Gender Stereotyping: Transnational Legal Perspectives*, ela descreve quatro tipos de estereótipos de gênero, a saber:

Estereótipos **de sexo** são generalizações sobre as capacidades físicas, emocionais e intelectuais de mulheres e homens. Por exemplo, o estereótipo de que os homens são em média mais fortes que as mulheres. Mas há certas mulheres que são mais fortes que os homens. Frequentemente estereótipos de sexo sobre as capacidades físicas das mulheres impedem a consideração dessas mulheres mais fortes que os homens para certos empregos que requerem força física. [...] Os estereótipos **sexuais** são generalizações sobre a sexualidade de mulheres e homens. O estereótipo das mulheres como promíscuas é frequentemente usado para degradá-las. [...] Estereótipos **de papéis sexuais** são generalizações sobre os papéis e comportamentos apropriados para mulheres e homens. Estereótipos de papéis sexuais comuns são generalizações de que as mulheres devem ser mães, donas de casa e cuidadoras, e de que homens devem ser provedores de alimento. [...] Estereótipos **compostos** são o quarto tipo que exploramos no livro. O gênero estabelece interseções com outros traços, como raça, classe, origem, nacionalidade, orientação sexual ou deficiência, para criar estereótipos compostos que impedem a eliminação de todas as formas de discriminação. (Diniz, 2011, s.p., grifo nosso).

Para as mulheres com deficiência são atribuídos os estereótipos de pessoas indefesas, assexuadas ou hipersexuadas, sem capacidade para decidir sobre questões importantes de sua vida, de cuidar de si própria e de cuidar do outro ou, até mesmo de não poder optar pela maternidade livre, consentida e positiva (ONU Mulheres, 2020, p. 18).

A disseminação de discursos que derrubem os estereótipos e estigmas relacionados às pessoas com deficiência deve ser incorporada pelo poder público, inserindo nas práticas das instituições questionamentos críticos sobre condutas que tendem a diminuir essas pessoas e a resumirem-nas à deficiência. A antropóloga Adriana Dias (2022, p. 228) afirma que com as mulheres com deficiência, “a questão ainda é mais perversa: são consideradas infantis ou assexuadas, ou pior, amaldiçoadas. Então,

nenhuma sexualização é possível, nem mesmo via histeria, portanto não podem servir como objeto de desejo.”

Boas práticas devem ser reconhecidas. Uma campanha pública sobre as pessoas com Trissomia do cromossomo 21 ou T21, nova nomenclatura dada à Síndrome de Down, tomou conta das redes sociais no mês de março deste ano. Contra o capacitismo em relação às pessoas com essa condição genética, a jovem protagonista do vídeo, a modelo e atriz canadense Madison Tevlin, de 22 anos, lança uma fala bastante contundente: "Ei, bartender. Você supõe que eu não posso beber uma margarita, então você não me serve uma margarita, então eu não bebo uma margarita". A frase final de Madison, "Sua suposição se torna realidade", expõe bem o capacitismo estrutural que julga que pessoas com deficiência, com suposições de que elas não podem realizar determinadas atividades.

Fotografia 5 - Madison Tevlin



Fonte: Campanha da CoorDown para o Dia Mundial da Síndrome de Down (Reprodução/YouTube) (2024).

O item 7, do Comentário Geral do Comitê de Direitos da Pessoa com Deficiência da ONU, por ocasião de sua 14ª Sessão, ocorrida em 2015, abrange de forma sensata as temáticas da sexualidade e reprodução das mulheres com deficiência.

7. As mulheres com deficiência são frequentemente tratadas como se não tivessem ou não devessem ter controle sobre os seus direitos sexuais e reprodutivos. As suas escolhas muitas vezes não são ouvidas e as suas

decisões são substituídas por representantes legais, violando assim os seus direitos ao abrigo do artigo 12º da CDPD. As leis de tutela podem permitir esterilizações forçadas ou interrupção forçada de gravidezes desejadas em nome dos padrões de “melhor interesse”. Assim, algumas jurisdições têm taxas mais elevadas de imposição de decisões substitutivas às mulheres do que aos homens. Portanto, é particularmente importante reafirmar que a capacidade jurídica das mulheres e meninas com deficiência deve ser reconhecida em igualdade de condições com as outras pessoas. As mulheres e as meninas com deficiência correm particularmente o risco de esterilização forçada, que é realizada sem o seu consentimento por uma série de razões. As mulheres com deficiência muitas vezes não são consideradas pela comunidade como seres sexuais com direitos reprodutivos e parentais. As mães com deficiência estão significativamente subrepresentadas nos processos de proteção infantil e, da mesma forma, estão desproporcionalmente sujeitas à remoção dos seus filhos pelas autoridades de proteção infantil. Os direitos sexuais estão fundamentalmente arraigados nos direitos humanos, à dignidade, à integridade física e mental, à vida privada, à saúde e à igualdade, além do direito à não discriminação e à integridade física e mental em igualdade de condições com os demais. As principais áreas de preocupação do Comitê no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos na Convenção são: aborto forçado e esterilização forçada; falta de acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva e a informações, serviços e métodos de planejamento familiar; falta de acesso aos serviços de VIH/SIDA; violência sexual e negação de consentimento livre e informado a qualquer tratamento médico ou terapêutico. Estas práticas violam os direitos humanos das mulheres e meninas com deficiência. Tal como todas as mulheres, as mulheres com deficiência têm o direito de controlar e decidir de forma livre e responsável sobre questões relacionadas com a sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livres de coerção, discriminação e violência.⁵

Nas entrevistas, é possível perceber que esses estereótipos fazem parte do cotidiano dessas mulheres, ora as enquadrando como seres angelicais, intocáveis, ora como fetiche sexual, por sua condição de deficiência. Na conversa com Gabriela e Leonora,

⁵ 7. *Women with disabilities are often treated as if they have no control or should have no control over their sexual and reproductive rights. Their choices often remain unheard and their decisions are substituted by legal representatives, thus violating their rights under article 12 CRPD. Guardianship laws may allow forced sterilisations or forced termination of wanted pregnancies in the name of “best interest” standards. Thus, some jurisdictions have higher rates of imposing substituted decisions on women than on men . Therefore, it is particularly important to reaffirm that the legal capacity of women and girls with disabilities should be recognised on an equal basis with others. Women and girls with disabilities are particularly at risk of forced sterilisation, which is carried out without their consent for a number of reasons. Women and girls with disabilities are often not regarded by the community as sexual beings with reproductive and parenting rights. Mothers with disabilities are significantly overrepresented in child protection proceedings and likewise, they are disproportionately subject to the removal of their children by child protection authorities. Sexual rights are fundamentally entrenched in the human rights to, dignity, physical and mental integrity, private life, health and equality, in addition to the right to non-discrimination and with the physical and mental integrity on an equal basis with others. The main areas of concern to the Committee in respect of sexual and reproductive rights in the Convention are: forced abortion and forced sterilisation; lack of access to sexual and reproductive health services and to family planning information, services and methods; lack of access to HIV/AIDS services; sexual violence and denial of free and informed consent to any medical or other therapeutic treatment. These practices violate human rights of women and girls with disabilities. Like all women, women with disabilities have the right to have control over and decide freely and responsibly on matters related to their sexuality, including sexual and reproductive health, free of coercion, discrimination and violence.*

algumas falas podem ser destacadas no sentido do estereótipo de anjo ou usadas como fetiche sexual.

Ao introduzir o tema da sexualidade das mulheres com deficiência, pude perceber que essas mulheres sofrem, cotidianamente, uma série de preconceitos devido ao mito de que a pessoa com deficiência é um ser assexuado.

As respostas das entrevistadas foram contundentes, porque em minha pré-concepção, esse tipo de capacitismo só era percebido dentro da instituição familiar. Porém, esse estereótipo também existe na mente dos homens, atravessando as tentativas de relacionamentos afetivos e/ou sexuais dessas mulheres.

Eu estou vivendo uma situação assim. Eu gosto de uma pessoa, ela gosta de mim, mas ela não fica comigo porque ela tem medo do julgamento das pessoas. Ele tem medo, ele acha que ele vai cometer uma. Ele falou comigo, eu não posso. **Você é uma pessoa que não pode ser tocada. Você não pode ser magoada de forma nenhuma.** [...] eu participava de um site de relacionamento, eles me achavam linda, maravilhosa, sabe, fofa, gata. Mas aí quando eles descobriam que eu não enxergava, **eles davam um jeito de sair de fininho.** (Leonora, 2024, grifo nosso).

Renata também deixa transparecer em sua fala sobre o “rótulo” da assexualidade da pessoa com deficiência.

Tem a questão de mulheres assim, usar de cadeira de roda. Você imagina elas, né? É um tabu para muita gente. Elas fazem sexo? Não fazem? Então tem aquele rótulo já de que **nós, mulheres com deficiência, somos assexuadas.** Tem essa questão. (Renata, 2024, grifo nosso).

A questão da sexualidade das mulheres com deficiência encontra um outro lado, um outro tipo de pessoa, os *devotees*, que se sentem atraídas sexualmente por pessoas com deficiência. Essa atração se dá devido às características físicas, mas sem envolvimento emocional com as pessoas com deficiência.

Sobre os *devotees*, as opiniões são divergentes, se por um lado há a valorização do corpo atípico, o que pode ser um fator positivo de reconhecimento da sexualidade das pessoas com deficiência, por outro, isso pode representar um perigo constante na vida das mulheres com deficiência, uma vez que a deficiência pode gerar um constante sentimento de menos valorização do corpo. Esse tema demanda uma discussão

aprofundada, não podendo ser tratado nesta pesquisa, sob pena de se desviar do objeto proposto.

Para Marques (2018, p. 40) a mulher com deficiência fica em posição de vulnerabilidade frente aos *devotees*, pois tais relacionamentos podem não ter reciprocidade sentimental, o que pode ocasionar a queda da autoestima dessa mulher. Por outras vezes, podem colocar a mulher em situação de risco de abusos sexuais, já que “muitas se deixam envolver por pessoas que pouco conhecem e que estão interessados somente na parte sexual da relação. Nesse caso, as chances de sofrerem abusos aumenta consideravelmente”.

Sabe o que que acontece? Outra coisa que acontece e muitas cegas aceitam isso. **Homens que enxergam, eles querem a mulher cega para sexo. Você vê que antagonismo isso.** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

É fetiche? (Pesquisadora, 2024)

Uma transa com a ceguinha. (Gabriela, 2024).

Leonora e Gabriela relatam que os homens só querem a mulher cega para o sexo, mas não para ser sua companheira de vida ou esposa. O capacitismo fica bem explícito nessas passagens e pode se apresentar por meio da ideia de que a mulher cega não será uma “boa esposa”, pois a deficiência a impede de executar as tarefas diárias. Porém, para o sexo, os homens acham que podem se utilizar de seus corpos para a satisfação sexual, às escondidas. A própria Leonora chama de “doido” aquele que ousa sair em público e namorar com uma mulher cega, confirmando as barreiras atitudinais que envolvem a vida adulta de uma mulher com deficiência.

Eles querem a mulher cega pra sexo. Pra casamento, assumir a relação com uma pessoa cega eles não querem não, entendeu? Então eles podem sair com você escondido, entendeu? Sair, passear com você sem ser escondido, é um doido ou outro. (Leonora, 2024, grifo nosso).

A invisibilidade da mulher com deficiência é percebida por Gabriela ela comenta que os homens desumanizam a mulher, percebendo apenas sua deficiência. Como se ali estivesse uma boneca, alguém sem sentimentos, prazer, afeto, sonhos e desejos.

Ai meu Deus, na cabeça dos homens **a gente é invisível**, a gente tipo assim, coitada. Eu não posso fazer isso com ela não, ela é cega. Tipo assim, eu não tenho ****⁶, não tenho ***, não tenho nada. (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Outro achado nas entrevistas foi a questão do estereótipo de que a mulher com deficiência não pode ter filhos naturais. É senso comum que a mulher com deficiência não pode engravidar, pois poderá gerar filho também com deficiência ou o seu corpo não é capaz de suportar uma gravidez. Muitas meninas sonham com a maternidade e desejam ser mães, mas o capacitismo será uma barreira a ser enfrentada na família e na sociedade. O direito fundamental a uma vida sexual saudável e ao planejamento familiar é subtraído dessas mulheres.

Regina, a quarta entrevistada, mulher com deficiência física e usuária de muletas, se mostrou bastante triste ao relatar que alguns rapazes gostaram dela, mas terminavam o namoro porque imaginavam que ela não poderia ser mãe natural, nem por adoção, pois não conseguiria carregar uma criança.

Eu não conseguiria carregar uma criança, porque eles vão olhar e ver que eu **não tenho o desenho daquela mãe perfeita**, não é? Eles já tem aquele desenho daquela mãe perfeita. Mulher-Maravilha, né? Para mim ter um filho, eu teria que ter um **marido muito paciente**. Eu teria que ter um carro. Isso é um sonho. Eu acho que **a maternidade é um sonho muito roubado das mulheres com deficiência**. (Regina, 2024, grifo nosso).

A maternidade da mulher com deficiência ainda é vista de forma estranha pela sociedade. Heleieth Saffioti (2013, p. 66) expõe esse fato quando trata da posição da mulher com a introdução do sistema capitalista que a localizou na periferia da engrenagem produtiva.

Aparentemente, no entanto, são as deficiências físicas e mentais dos membros da categoria sexo feminino que determinam a imperfeição das realizações empíricas das sociedades competitivas. A mulher faz, portanto, a figura do elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher. (Saffioti, 2013, p. 66).

Por meio dos discursos difundidos no final do século XVIII, houve uma atenção exacerbada à sexualidade da época, que estaria voltada a uma “preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma

⁶ Por se tratar de uma conversa informal, algumas palavras de baixo calão são proferidas e, no texto, foram substituídas por ***.

das relações sociais, em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (Foucault, 2023, p. 40).

Gabriela e Regina contam das situações vivenciadas por elas, uma, por ser uma mulher cega que teve filhos, a outra, por ser uma mulher usuária de muletas e, por isso, incapaz de ser mãe.

Virou um sujeito para mim e falou assim, quem foi? Quem foi desgraçado que engravidou você? Aí eu falei assim, como assim? Eu sou casada. Quem me engravidou foi meu marido. Uma outra pessoa me **perguntou como é que eu engravidei, se eu não enxergo**. Assim igual a você. O pior é quando eles xingam quem te engravidou. Eu, casada, grávida do Filipe, meu último filho, que foi assassinado. E ouvia muito isso. Ó, como é que o cara consegue engravidar uma mulher dessa, né? A mulher sendo cega e o cara engravidando. **A mulher quer dizer, nem direito de ser mãe a gente tem**. (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Para Giovanna Marques (2018, p. 19), a sociedade considera que a gravidez é um fato relacionado a um corpo “normal” e saudável, não sendo possível às mulheres com deficiência terem essa experiência. “As palavras maternidade e deficiência normalmente são encontradas dissociadas uma da outra, já que a gravidez está muito ligada a uma ideia de corpo considerado saudável e isto para a sociedade, significa corpo sem lesões, completo e equilibrado.” (Marques, 2018, p. 19).

Por causa da minha vida. Porque assim, eu vejo que seja um pouco difícil para mim. Ficar em pé, andar, tem que pegar a criança, não é? Não, mas eu acho que, particularmente, eu amo criança, amo tanto. **E eu falo que ainda não fui mãe. Mas eu não sei se vai ser possível, né?** Porque até hoje não tem nem namorado. Tive um namorado que terminou comigo porque achou que eu não poderia ser mãe e ele queria ter filhos. [...] Ah, porque eles vão olhar, porque não, ele já tem grande desenho naquela mãe perfeita, não é? Mulher-Maravilha, né? **Eu não eu para mim ter um filho, eu teria que ter um marido muito paciente**. Eu teria que ter um carro. (Regina, 2024, grifo nosso).

As interseccionalidades estão presentes nas vidas dessas mulheres, contudo, uma das entrevistas realizadas me levou a pensar sobre como os atravessamentos interseccionais refletem no cotidiano dessas pessoas, interferindo na visão da vulnerabilidade da mulher com deficiência. Ser ou não vulnerável perante a sociedade não é somente uma questão conceitual, mas, sobretudo, uma escolha do outro em relação àquele que está em situação de mais fragilidade. A narrativa de Érica deixa bem pontuada essa tática social de exclusão de determinadas pessoas.

Érica, é uma mulher negra de pele clara, travesti, com uma deficiência física “passável”, como ela mesma denomina sua condição. Ela tem uma atrofia na mão direita decorrente de paralisia cerebral, a qual pode passar despercebida ao primeiro olhar. Para ela, essa condição da “invisibilidade de sua deficiência” a torna mais vulnerável, por ser vista como uma pessoa que não precisa de apoio e como uma “mulher com força de homem”.

Acho interessante você falando nisso, **porque é dentro das nossas especificidades enquanto travesti, enquanto mulher, enquanto identidade feminina a gente enquanto pessoa com deficiência, a gente tem essa vulnerabilidade**, né? Só que às vezes, as pessoas que está no nosso redor, por exemplo, as pessoas que estão ao meu redor, por me enxergar como uma travesti, **é como se fosse um homem vestido de roupa de mulher**, né. Esse é o ideal que muita gente tem na cabeça, **essa ideia de que eu sou uma pessoa vulnerável, ela não, ela não se estende a mim, sabe?** Tipo, as pessoas não me enxergam uma pessoa vulnerável, no sentido **ela tem força de homem, então ela, ela aguenta, ela consegue se defender**. (Érica, 2024, grifo nosso).

Uma pesquisa realizada em Portugal, por Sousa e Moleiro (2015), com entrevistas com pessoas LGBTQIA+ com deficiência, possibilitou identificar que esse grupo enfrenta uma dupla discriminação, pois representa uma minoria dentro de uma minoria. Tal marginalização pode ser percebida nas instituições LGBTQIA+ como nas que se organizam em torno das reivindicações por direitos das pessoas com deficiência. “Sua deficiência, associada à promoção do *body beautiful*, impede-os de serem aceitos na subcultura homossexual, ao passo que a expressão da sua orientação sexual os leva a serem excluídos do seu próprio grupo”.

Então tem essa coisa, eu percebo que **por esse ideal de feminilidade não se estender ao meu corpo, eu percebo que as violências que eu vou passando não vai ter um crédito assim, quando eu falar delas, não vão ser válidas**. Ah, não é violência de verdade, **você não é mulher!** Eu já percebi bem um pouco isso e quando eu é como eu estou falando que eu sou uma pessoa com deficiência, então vem a vulnerabilidade de ser do gênero feminino, ser uma pessoa com deficiência. **Eu acho que a gente se torna mais vulnerável, sim, mas ao mesmo tempo não credibilizam as nossas vivências, nossas violências**. (Érica, 2014, grifo nosso).

A todo tempo a mulher travesti, a mulher negra e a mulher com deficiência presentes na experiência de uma só pessoa criam tensões entre as próprias vulnerabilidades que, em vez de se somarem e constituírem em uma pessoa a qual mereceria um olhar especial, a excluem dos cuidados protetivos enquanto feminilidade diversa. No caso

da Érica, essas interseccionalidades a colocam em um espaço de descrédito e de invisibilidade em relação às denúncias de assédio e violências.

Uma pessoa vulnerável? Talvez no discurso, sim, sabe? Mas às vezes... ela tem testosterona? Então ela consegue se defender. Ah, ou pensa assim, os **homens não te enxergam como mulher, então, não vão te assediar**. Por exemplo, não vão, **porque as pessoas têm essa ideia de que assédio tem a ver com direcionamento de desejo, né?** Mas não necessariamente, **assédio tem mais a ver com a posição social que a mulher ou a pessoa do gênero feminino ocupa do que é com qualquer outra coisa**. É no sentido de esse lugar mesmo, que a mulher colocada como objeto. E eu, **enquanto pessoa com deficiência, tenho essa vulnerabilidade dentro das minhas especificidades. Mas eu percebo que não, que não me é válido. Quando eu falo sobre isso não é válido, sabe?** (Érica, 2014, grifo nosso).

A consciência de que não é vista como uma mulher e sim como objeto é traduzida nas palavras de Érica. Os assédios sofridos são “invisíveis”, pois ela “tem testosterona” e pode se defender sozinha e pode se livrar do assédio.

E também a questão do assédio, né? Porque às vezes eu estou lá, parada sentada, **aí o homem começa a me olhar. E, se eu falar alguma coisa, ele vai me tirar de doida, né?** Fala, não, eu não estava olhando para você, não tava. (Érica, 2014, grifo nosso).

Mesmo em relação a outras pessoas com deficiência, posição da mulher é de inferioridade. O sentido de objetificação do corpo feminino vai além de uma condição específica do homem, parece estar incrustado em suas mentes, de modo que mesmo ele sendo pessoa com deficiência e tendo ciência das barreiras encontradas pelas mulheres desse grupo, segue com sua conduta assediadora, como se tivesse o domínio da situação e a certeza da impunidade. Por sua vez, ela é silenciada pela própria noção de que se denunciar alguma situação de assédio, vai ser tachada de “doida”. Percebe-se aqui, que mesmo em caso menos grave de violência (em relação ao estupro, por exemplo) Érica é descredibilizada, invisibilizada e silenciada.

Eu lembro em uma situação muito específica, onde o Nikol até estava comigo nesse dia. **Foi um rapaz que tinha deficiência também. A gente estava em uma balada**. E ele não tinha um braço. Ele me assediou várias vezes. Nesses momentos, a gente fica meio no momento de estresse, no momento de desequilíbrio. E falei, olha, se você me assediar de novo, eu arranco seu outro braço. É uma fala problemática e tal, foi a reação, tudo que eu tive ali na hora. E, mesmo assim, **a pessoa que está nesse par de igualdade em relação a duas pessoas com deficiência é um homem, né?** E é interessante que a visão dele foi justamente a **de que ele não estava me assediando, estava dando em cima de mim**. E ele não conseguiu desassociar isso aí... enfim ...

aí eu meio que saí como errada, na cabeça dele. Ele era um **homem branco**. (Érica, 2014, grifo nosso).

Na narrativa de Érica os marcadores sociais de mulher travesti, mulher negra e mulher com deficiência a deixaram em condição de inferioridade quando em conflito com um homem branco, embora fosse um homem com deficiência.

As vulnerabilidades da mulher com deficiência são inúmeras e, a depender de sua condição, elas se tornam alvos fáceis dos agressores sexuais. As mulheres com autismo, condição de deficiência não visível, podem ter dificuldades em compreender os contextos em relação às situações de perigo. Vanessa, mulher jovem, autista, deixa transparecer que sua condição de adolescente com autismo atrapalhou sua vida social.

Com 14 anos de idade, eu era tipo... eu **era criança**, sabe? **E me frustra porque eu queria ter sido como as meninas, entre aspas, normais, neurotípicas**, sabe? A minha irmã tinha vida social. Com 16 anos ela já saía, entendeu? Eu com 16 anos, saía com os meninos da escola na casa da amiga. Mas eu não era nada assim, tipo, além disso, entendeu? (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Na idade adulta, os namoros de Vanessa foram atravessados por violências morais e sexuais como a proposta de implante de hormônio porque seu parceiro não se sentia confortável utilizando preservativo. Mais uma vez, o homem joga sobre a mulher a responsabilidade sobre o ato sexual e a gravidez indesejada. Pode-se perceber que o jovem só estava preocupado com uma possível gravidez, mas não com a saúde ou o conforto de sua namorada.

Eu comecei a namorar ele em 2013, fiquei até 2017. Ele era generoso comigo. A gente enfrentava problemas em relação ao sexo pela minha parte, porque eu não conseguia fazer. Não conseguia sentir vontade, **eu sentia uma repulsa enorme para o sexo**. E ele me cobrava, né? Porque que você não faz isso, não faz aquilo, né? É, já me sugeriu tipo, **colocar implante de hormônio** para não precisar fazer com camisinha, porque ele não se sentia confortável fazendo com camisinha. **E eu queria fazer com camisinha sim, com certeza**. [...] me sentia pressionada, sentia que eu tinha que na obrigação de ter que encontrar ele no final, tendo que fazer sexo sem querer. [...] Já tentei **fazer várias coisas assim contra a minha vontade, que me deu trauma** e eu não quero mais saber, entendeu? (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Vanessa não apenas viveu o abuso por parte de seu namorado, mas também foi vítima de violência sexual, quando foi enganada por um colega da universidade, que mesmo sabendo da sua dificuldade de compreender determinadas situações, pois tem interpretação literal do que lhe é dito, não a poupou do estupro.

Aí eu já passei por uma situação de abuso e tem um cara que assim **eu achava que era realmente meu amigo**. [...] Teve uma vez que eu chamei ele para me ajudar a ensaiar uma peça de teatro, falas, ele me ajudou nessa parte, ele me ajudou, eu consegui apresentar. Aí eu chamei ele uma vez para o rolê, aí ele sugeriu ir num barzinho. Depois vim na casa dele, **ele me chamou pra ver um filme e eu achei que era isso**. [...] a gente ficou cantando, tocando um violão lá, cantando na casa dele, **aí eu acordei no dia seguinte sem a roupa**. [...] (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Vanessa se coloca na posição de inocente demais, de boba, jogando para si a responsabilidade sobre o abuso sofrido. O discurso capacitista de que a pessoa autista é inocente pode ser usado contra ela, como foi o caso narrado pela entrevistada.

Eu me senti inocente demais, sabe? Não vejo a maldade que as outras pessoas veem, né? Que eu já fui tachada de boba por outras pessoas, por ter sido inocente. Ah, você é muito inocente. **Eu me senti a pessoa mais ó, desculpa a palavra, mas eu me senti uma retardada, sabe?** Poxa, por que que eu sou assim? Por que que eu caio assim? Acredito nas pessoas? Por quê? [...] Eu acho que essa minha ingenuidade de acreditar que todo mundo é amigo de ser, de querer ser amiga de todo mundo. **Fez ele me sentir uma presa**. Fazer isto por acreditar que eu sou presa para ele. [...] É. Aí eu só estava pensando, não, **eu sou uma pessoa que precisa ser superprotegida pelo resto da vida porque não tem a capacidade de ser mais atenta**. Eu me sinto mais completamente vulnerável assim, sabe quanto a essa coisa de não ver a maldade assim dos caras? (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Essa percepção de sua dificuldade de compreender e interpretar as intenções verdadeiras de outras pessoas torna as mulheres no espectro autista vulneráveis a situações de violência. Elas “têm menos proteção social de pares e poucos amigos, além de serem mais propensas a se tornarem vítimas por meio do *bullying*, abuso sexual ou abuso físico devido às dificuldades em interpretar as intenções de outras pessoas” (Ottoni; Maia, 2019, p. 1.273).

Assim como Vanessa, Amanda relata que o autismo dificulta a ela a percepção de algumas situações.

Isso é uma outra questão, né? Acho que é do autismo também às vezes **não entender ou não perceber quando a pessoa, na verdade, está querendo tirar vantagem**. Isso com. **Pessoas que eu achava que era amigo** e etc. Então, muita gente às vezes se aproxima, vê que eu sempre tento ajudar. Não, não tenho tanta maldade, né? Eu sofro pra caramba, mas é, não, não sou, não sou um Anjinho azul, mas... (Amanda, 2024, grifo nosso).

Com deficiências físicas ou sensoriais, as entrevistadas apontam que suas vulnerabilidades foram um facilitador para os abusos e assédios sexuais vivenciados.

O sistema patriarcal colonial deixou seu legado na produção de um discurso de mulheres “mais frágeis”, “incapazes”, que estariam protegidas em seus lares sob a tutela de seus pais ou maridos. Contudo, esse mesmo patriarcado se mostra voraz ao autorizar as inúmeras violências deflagradas contra os corpos femininos. Um olhar decolonial para o novo modo de se compreender a deficiência, por meio do modelo biopsicossocial, deve ser o ponto de partida para a elaboração de políticas públicas eficazes no combate à violência sexual contra as mulheres com deficiência.

5 O MODELO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA: UMA LEITURA A PARTIR DE UM OLHAR DECOLONIAL

5.1 A CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO MARCO DO MODELO BIOPSIKOSSOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Contextualizar histórica e politicamente os documentos, as leis, os tratados internacionais, as fotografias e demais objetos de pesquisa permite que esses possam ser criticados dentro do tempo de quem os analisa, mantendo a vivacidade e a dinâmica do tema abordado. Se o processo de afirmação dos direitos humanos se dá por meio de lutas sociais que se desenvolvem ao longo da história, ele se renova a cada conquista. Essa atualização dinâmica não importa no esquecimento de direitos já positivados, mas em uma outra maneira de se ver e compreender as novas demandas surgidas com os desdobramentos da história das sociedades.

Longe da pretensão de se organizar uma historiografia do surgimento dos direitos humanos, os quais são compreendidos como parte da evolução das civilizações e, não sendo possível datar o início de suas reivindicações, faz-se aqui uma pequena incursão ao tema. Para Cançado Trindade (2003, p. 33-34) é possível perceber a manifestação da ideia dos direitos humanos nas mais diferentes culturas e tempos históricos sucessivos, estando presente nos movimentos em prol da luta pelo reconhecimento “da dignidade da pessoa humana, na luta contra todas as formas de dominação, exclusão e opressão, e em prol da salvaguarda contra o despotismo e a arbitrariedade, na asserção da participação na vida comunitária e do princípio da legitimidade” (Trindade, 2003, p. 33-34).

Os povos do globo e seus modos de vida diversos começaram a deixar registros de suas passagens pelo mundo, ensaiando aproximações, entendendo-se como sujeitos racionais e fazendo surgir os sentimentos voltados ao desejo de liberdade dentre outros direitos, hoje reconhecidos como universais. Passando por diversas fases, o conceito de pessoa humana surge no cristianismo, no qual a discussão girava em torno da humanidade do próprio Cristo; passa por Boécio (século VI) para o qual “diz-se propriamente pessoa a substância individual da natureza racional” e, se aprimora

com a filosofia de Kant (século XVIII), que a conceituava como “sujeito de direitos universais, anteriores e superiores” (Comparato, 2010, p. 14).

Ainda que as ideias relacionadas aos Direitos Humanos tenham surgido há muitos anos, pode-se dizer que a Revolução Francesa (1789) é o marco inicial do processo de construção de uma rica fonte de direitos positivados, tal qual se tem hoje, no século XXI. Foi com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento que tinha como base o princípio da liberdade, que a Revolução Francesa contribuiu para a formação de todas as outras cartas de direitos humanos.

A proposta eugênica, disseminada pelo nazismo durante o período das guerras mundiais, sob o slogan “uma vida que não valia a pena ser vivida” deixou marcas profundas e que não devem ser esquecidas. Mortes, experimentos “científicos”, esterilização compulsória de pessoas com deficiência ou doenças congênitas ilustram os horrores daquele tempo. Em nome da pureza da “raça” e da eliminação de prole geneticamente inútil e doente,

a 14 julho 1933, o sonho hitlerista se materializa no formato de uma lei que permitiria a dita “higiene racial”. A campanha do partido nacional socialista anunciara a lei de prevenção contra a “prole geneticamente doente” (*Das Gesetz zur Verhütung erbkranken Nachwuchses*, doravante GezVeN). A lei determinava que as pessoas que possuíam determinadas condições tidas como congênitas, (retardo, esquizofrenia, bipolaridade, transtorno maníaco-depressivo, epilepsia, doença de Huntington, cegueira, surdez ou deformidade física grave) fossem conduzidas para um processo de esterilização, do qual faziam parte um parecer médico e uma autorização judicial. Mais de 400 mil pessoas foram esterilizadas na Alemanha. Além da esterilização, após a GezVeN, o programa Aktion T4 assassinou mais de 260 mil pessoas com deficiência na Alemanha, em nome da morte misericordiosa. (Dias, 2013, p. 7).

As guerras ocorridas no início do século XX podem ser compreendidas como uma ruptura no processo de reconhecimento dos direitos humanos. Elas deixaram um rastro de devastação em todo o planeta, com milhares de mortes, amputados e sequelados física e psicologicamente, sem contar com a destruição ambiental e os efeitos duradouros dos armamentos químicos. Após as duas grandes guerras que marcaram a humanidade, surge a “chamada concepção contemporânea de direitos humanos, que veio a ser introduzida pela Declaração Universal de 1948 e reiterada pela Declaração dos Direitos Humanos de Viena, de 1993” (Piovesan, 2014, p. 42).

Nesse escopo, outros documentos de Direitos Humanos, de abrangência global, embora não ratificados por todos os países, tiveram importância relevante, a saber: Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966); Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção contra a Tortura (1984); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1966); Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher (1979); Convenção Sobre os Direitos da Criança (1989) e a Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2006), sob a qual se orienta este trabalho, ao tratar dos direitos de mulheres com deficiência.

A guerra do Vietnã, ocorrida nos anos de 1960, também colaborou com o aumento do número de pessoas com deficiência nos Estados Unidos, em especial, os jovens que regressavam com comprometimentos físicos e graves problemas de readaptação social, em virtude dos efeitos psicológicos da participação na guerra. “O problema do estigma e do isolamento dos deficientes tornou-se tão grave no país, que levou à reação social, através dos movimentos de defesa dos direitos das minorias, dentre estas, a dos deficientes” (Aranha, 1995, p. 63).

Foi no período pós-guerra que a deficiência, anteriormente vista dentro do modelo da prescindibilidade ou religioso, passa a ter um tratamento diferenciado, denominado modelo médico reabilitador, que buscava a reabilitação física, psicológica e sensorial das pessoas com deficiência, em especial, as advindas dos campos de batalha. Para esse modelo, o objetivo era a normalização das pessoas com deficiência, para que elas se tornassem ou voltassem a ser úteis, trabalhando e produzindo, movendo a máquina do sistema capitalista.

A partir da década 1960/1970, as pessoas com deficiência criaram um movimento para que fossem reconhecidas de modo diverso, muito além da cultura da normalidade e produtividade dos corpos. O seu clamor era para que a deficiência já não fosse mais considerada um problema individual, e sim, das estruturas sociais. Com o novo modelo social, a deficiência passou a ser entendida como resultado de opressão social, não se resumindo mais a uma lista de doenças e códigos biomédicos. Esse modelo propôs “novos instrumentos para a transformação social e a garantia de

direitos. Não era a natureza quem oprimia, mas a cultura da normalidade, que descrevia alguns corpos como indesejáveis” (Diniz, 2009, p. 68).

No Brasil, o movimento político das pessoas com deficiência surgiu com força entre os anos 1970 e 1980, o que refletiu na sua atuação na Assembleia Nacional Constituinte, formada em 1987 e 1988.

Na organização social contemporânea, o movimento das pessoas com deficiência tem a possibilidade de avançar em direção a novas bandeiras e conquistas. No final da década de 1970, o importante era ser protagonista político na garantia de seus direitos. Nessa luta, as pessoas com deficiência no Brasil passaram pela redemocratização, pelo AIPD, pela Coalizão Pró-Federação, pela Constituição de 1988, por encontros, congressos, reuniões, simpósios, atos públicos, conferências e pela Convenção da ONU e sua ratificação no país como o primeiro tratado de Direitos Humanos com equivalência de emenda constitucional. (Lanna Junior, 2010, p. 109).

A presença das organizações de pessoas com deficiência nos bastidores da Assembleia Nacional Constituinte ficou marcada pelo movimento para a retirada do anteprojeto da Constituição, de um capítulo sobre “Tutelas Especiais”. Em seu julgamento, cancelar qualquer texto com tal conteúdo representaria um retrocesso às conquistas dos direitos desse grupo, especialmente em relação a ter uma vida com autonomia e independência. Já não mais fazia sentido tutelar pessoas capazes de decidir sobre suas próprias vidas.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) foi assinada na Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006. Com embates acalorados, as discussões que perduraram por seis anos, contaram com manifestações de grupos vulneráveis e invisibilizados, compostos por pessoas com variadas deficiências, de nações e culturas distintas. A CDPD nasceu como um documento pensado e redigido de forma coletiva, o que lhe proporcionou uma marca única, diferente dos demais tratados de Direitos Humanos.

O movimento pelos direitos das pessoas com deficiência floresceu em consonância com outros movimentos sociais que também lutavam contra a opressão e a desigualdade, tais como os movimentos negro e feminista. Este último foi responsável pela adoção do cuidado ao recém-criado modelo social da deficiência. Idealizado por homens brancos jovens, tal modelo não comportava a questão do cuidado e nem os

diferentes contextos em que viviam as pessoas com deficiência. Eles não aceitavam a visão caritativa da deficiência e também rejeitavam modelo médico-reabilitador do período das guerras (Diniz, 2003, p. 3).

A importância de CDPD vai além do fato de abranger um grupo vulnerável que vive com alguma deficiência, representado, em média, por quase um bilhão de pessoas no planeta, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Mais que um documento internacional sobre Direitos Humanos, a CDPD representa um novo modo de construção de carta de direitos, na qual a forte adesão da sociedade civil nos debates enriqueceu e contribuiu para um tratado mais abrangente e com maior possibilidade de efetividade.

Na busca por documentos que pudessem registrar a efetiva participação da sociedade civil nesse processo construtivo da CDPD, com contribuições capazes de influenciar em seu texto final, alguns relatos dessas discussões são considerados importantes, tal qual o trecho citado abaixo.

As OPS⁷ muitas das quais se tornaram membros da *International Disability Caucus* (IDC), representaram a sociedade civil que contribuiu incansavelmente para a compreensão das questões de direitos humanos no contexto da deficiência e, conseqüentemente com a elaboração de um texto fortemente voltado para os direitos das pessoas com deficiência, visto da perspectiva da deficiência. Particularmente as alterações sugeridas pelo IDC ao Texto de Trabalho são uma fonte inestimável para a compreensão de algumas das controvérsias e também alguns compromissos de última hora. (Schulze, 2011, p. 9, tradução livre).⁸

O início das negociações foi baseado em iniciativas da Suécia e da Itália que, instigadas pela delegação mexicana, durante a Conferência Mundial contra Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Relacionada, em Durban em 2001, propôs o desenvolvimento de uma Convenção que protegesse os direitos das pessoas com deficiência. Tal proposta foi reiterada pelo então presidente mexicano, Vicente Fox, durante a sessão de abertura da 56ª Assembleia Geral da ONU, a qual culminou

⁷ Organizações de Pessoas com Deficiência (Organisations of Persons with Disabilities).

⁸ *Civil society, particularly DPOs, many of which became members of the International Disability Caucus (IDC) contributed enormously and tirelessly to the understanding of human rights issues in the disability context and therewith the drafting of a text strongly focused on the rights of persons with disabilities seen from a disability perspective. Particularly the IDC's suggested amendments to the Working Text are an invaluable source in understanding a few of the controversies and also some last minute compromises.*

com a adoção da Resolução 56/162, que estabeleceu o Comitê *Ad Hoc* para uma Convenção Internacional Abrangente e Integral Proteção dos Direitos e da Dignidade das Pessoas com Deficiência.

O objetivo maior do Comitê *Ad Hoc* era garantir a acessibilidade e fruição plena de todos os direitos humanos e o direito ao desenvolvimento social, sem criar novos direitos, mas com o compromisso de observação estrita à Declaração de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU) e seus tratados especializados, quais sejam a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Racismo (CERD), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes (CAT), a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CRC) e a Convenção Internacional sobre Proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e suas famílias (CRMW).

A larga produção de material nas duas primeiras reuniões do Comitê *Ad Hoc* teve como consequência a criação de um Grupo de Trabalho formado por 27 governos e 12 organizações não governamentais (ONGs), em janeiro de 2004 para preparar um projeto de convenção com base no qual os Estados membros negociariam posteriormente. A Assembleia Geral da ONU convocou os Estados a participarem ativa e construtivamente dos trabalhos do Comitê *Ad Hoc*, em caráter prioritário, para apresentação na sessão seguinte. O Comitê *Ad Hoc* se reuniu novamente para uma sessão de três semanas em janeiro de 2006 e para sua última sessão de agosto de 2006, ao término da qual foi aprovado o projeto de convenção *ad referendum*.

Ato subsequente, o Comitê de Direitos das Pessoas com Deficiência foi estabelecido para garantir o cumprimento da linguagem dos documentos internacionais de direitos humanos da ONU. Nesse longo processo, a sociedade civil, particularmente Disabilities Persons Organizations (DPOs), esteve ativamente envolvida. Sua presença ficou marcada quando cerca de 800 pessoas se registraram para a sessão final do Comitê *Ad Hoc*, bem como para a cerimônia de assinatura em 30 de março de 2007. Nesse momento, uma coalizão de DPOs e ONGs de nível internacional, nacional e regional, formou o International Disability Caucus (IDC), organização que garantiu o fortalecimento da voz da sociedade civil nas negociações.

Atualmente, o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência monitora a adesão dos Estados Partes à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual, até o momento, conta com 177 (cento e setenta e sete) Estados Partes. Seus 18 componentes são especialistas independentes em direitos humanos, advindos de diversas partes do mundo, que atuam em sua capacidade pessoal e não como representantes de Estados Partes. Para Rosângela Bieler⁹ a maciça participação da sociedade civil modificou o modo de a sociedade civil ser ouvida nos eventos e decisões sobre direitos humanos tomadas na ONU,

certamente não caiu do céu, desde 2001, 2002 negociando para decidir se iria ter um Comitê e uma Convenção. Até que, em 2003/2004 eles decidiram que seria uma Convenção. O trabalho ficou pronto em 2006 e até 2008, quando entrou em vigor. [...] Começou com um pouco da sociedade civil vinda da Ásia, porque eles tinham dinheiro e veio uma delegação enorme do Japão e outros que estavam mais perto e podiam ir. A cada sessão foi aumentando muito até que se começou a escrever para as missões de cada país na ONU para que incluíssem pessoas da sociedade civil e com deficiência nas delegações [...] no final era um número enorme de sociedade civil, se não me engano umas 900 pessoas. Isso mudou o *modus operandi* da Assembleia Geral em termos de participação da sociedade civil. Isso foi muito importante. (Bieler, 2020, s.p.).

Desde a escolha do lema da CDPD “Nada sobre nós, sem nós” a sociedade civil já dava indícios de que, ao menos em questões relacionadas às pessoas com deficiência, as decisões a serem tomadas a respeito da criação e efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida desse grupo, não mais seriam feitas à revelia de seus destinatários. Esse grupo, apesar de suas vulnerabilidades, tomou para si a responsabilidade de democratizar processos e ampliar os debates nos mais diversos temas relacionados aos contextos que envolvem pessoas com deficiência.

A quebra de paradigma no procedimento de elaboração da CDPD e de criação do Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU provocou uma fissura na positivação de seus direitos. A partir desse marco, não mais são aceitos diplomas legais impostos sem a participação social. As normas devem estar forjadas no debate

⁹ Informação obtida por meio de entrevista à autora, via aplicativo WhatsApp, em 31/07/2020, inserida no texto com autorização da entrevistada. Devido à pandemia do Covid-19, a entrevista foi realizada por meio virtual, via aplicativo.

com a sociedade civil que luta pelo reconhecimento de direitos dos mais diversos grupos vulnerabilizados.

Os movimentos sociais são a mola propulsora da afirmação histórica de direitos. Em constante atividade, eles determinam a dinâmica e a pauta da luta travada com o Estado em prol das melhorias para seus representados. As manifestações, os diálogos nos conselhos de direitos e nas associações são fontes inesgotáveis de ideias críticas, manobras e estratégias para a conquista de espaços na sociedade. Na lição de Joaquin Herrera Flores,

o direito dos direitos humanos é, portanto, um meio uma técnica, entre muitos outros, na hora de garantir o resultado das lutas e interesses sociais e, como tal, não pode se afastar das ideologias e das expectativas dos que controlam seu funcionamento tanto no âmbito nacional como no âmbito internacional. Certamente, cabe um uso alternativo do jurídico que o intérprete ou o aplique em função dos interesses e expectativas das maiorias sociais. Contudo, tal uso deve ser impulsionado tanto de baixo desde os movimentos sociais, Ongs, sindicatos como de cima como os partidos políticos. Então, são as ações sociais de baixo as que podem nos situar no caminho para a emancipação em relação aos valores e aos processos de divisão do fazer humano hegemônico. O direito não vai surgir, nem funcionar, por si só. As normas jurídicas poderão cumprir uma função mais em concordância com o que ocorre em nossas realidades se as colocarmos em funcionamento a partir de cima, mas, sobretudo a partir de baixo, assumindo desde o princípio uma perspectiva contextual e crítica, quer dizer, emancipadora. (Herrera Flores, 2009, p. 18).

A afirmação dos direitos das pessoas com deficiência por meio dos processos sociais de luta está apenas no começo. O modelo biopsicossocial da deficiência impõe que seja dado espaço, voz e vez para que todas as pessoas com deficiência desfrutem de seus direitos, sendo protagonistas de sua própria vida. A pessoa é mais que um diagnóstico individual, limitante e incapacitante, mas é parte integrante de uma sociedade plural e diversa, com direito a ser recebida, incluída, respeitada e apoiada em todos os espaços e ocasiões.

A CDPD marca a quebra dos velhos paradigmas da deficiência, para os quais as pessoas com deficiência deveriam ser excluídas, consertadas e endireitadas para se encaixarem aos padrões normalizadores da sociedade. Nesse contexto, compreender as diversidades humanas que habitam o globo é condição primária para a construção de um modelo biopsicossocial da deficiência adequado à implementação da CDPD, onde haja respeito aos direitos humanos.

A própria nomenclatura escolhida pelo grupo explicita a importância de um reconhecimento perante a sociedade como pessoas humanas. A expressão “pessoa com deficiência”, consagrada na ocasião da assinatura da CDPD, tem a intenção de humanizar, e veio substituir velhas expressões como “pessoa portadora”, “aleijado”, “excepcional”, “retardado” etc. “Ser ‘pessoa com deficiência’ é, antes de tudo, ser pessoa humana. É também uma tentativa de diminuir o estigma causado pela deficiência.” (Lanna Junior, 2010, p. 17).

Outros instrumentos de proteção internacional para o grupo das pessoas com deficiência foram elaborados no âmbito da ONU, antes da CDPD. Contudo, muitas foram as críticas da sociedade civil a tais diplomas, posto que não refletiam a realidade de um grupo tão diverso.

Podem ser citadas a Declaração sobre o Desenvolvimento e Progresso Social, em 1969, a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Deficientes Mentais, datada de 1971; Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, em 1975. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) elaborou a Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego das Pessoas Deficientes, em 1983. Na década de 1990 foram editados os Princípios para a Proteção da Saúde Mental e para a Melhoria do atendimento da Saúde Mental e as Normas Uniformes de Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

Juntamente com a CDPD, esse arcabouço internacional tem um indiscutível papel na proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, assim como o Tratado de Marraquexe, aprovado em 2013, que prevê o acesso facilitado das pessoas cegas às obras públicas. A efetivação das normas da CPDP, único tratado de Direitos Humanos a ingressar no ordenamento jurídico brasileiro com força de Emenda Constitucional, por meio do procedimento do §3º do art. 5º da Constituição da República, promulgada pelo Decreto 6.949/2009, não está no mesmo ritmo em todo o território nacional, tendo em vista as diferenças estruturais e culturais que são encontradas no país.

A desigualdade social entre os Estados da Federação é uma barreira encontrada na concretização desses direitos. As diferenças entre os povos, as culturas e as religiões, além do nível de desenvolvimento social de cada região, clamam por um olhar

interseccional para se encontrar o caminho para a igualdade de direitos entre todas as pessoas.

Após vários anos de tramitação no Congresso Nacional e longa pressão da sociedade civil foi aprovada a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão (LBI).

A LBI traz em seu art. 1º sua finalidade de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. O parágrafo único reitera que ela está baseada na CDPD e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo 186/2008, em conformidade com o procedimento previsto no §3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto 6.949/2009, data de início de sua vigência no plano interno (Brasil, 2015).

A Carta Magna de 1988 aborda a deficiência com uma visão tanto do modelo médico como do modelo social. Contudo, a CDPD traz uma visão ampliada, propondo a interpretação do texto constitucional de forma a retirar a deficiência de uma questão individual para ser tratada como responsabilidade social, a ser compartilhada por todas as pessoas. “Faz-se necessário compartilhar responsabilidades entre os agentes da comunidade, nascendo a ideia de que pessoa com deficiência é aquela que vive em ambientes com barreiras.” (Chaves; Raiol, 2021, p. 125).

A ex-membra do CRPD *Committee*¹⁰ da ONU Theresia Degener (2016, p. 9), mulher com deficiência, reconhecendo as limitações do modelo social da deficiência, propõe uma visão ampliada deste, voltada para os Direitos Humanos. Ela argumenta que o modelo social atual é incapaz de dar cobertura aos diversos modos de vida e as muitas formas de opressão, tais quais o racismo e o sexismo, impostas pela sociedade atual. Não se trata de apresentar um novo modelo de deficiência, mas sim de interpretar o

¹⁰ Comitê de Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU).

modelo social de forma a abarcar os direitos fundamentais, garantindo a todas as pessoas com deficiência um tratamento igualitário.

A análise da teoria de Theresia Degener (2016), que clama por um alargamento do modelo social da deficiência, vai ao encontro das pesquisas desenvolvidas na Antropologia. No Brasil, as estudiosas da deficiência produziram textos que discutem a deficiência para além da questão dos modelos já propostos. Ainda que o modelo social se mostre de forma contra hegemônica ao opressor modelo médico, ele ainda não foi suficientemente interpretado para alcançar todas as nuances do complexo mundo da deficiência.

São pesquisas que se interseccionam com gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, geração, cuidado, acessibilidade, acesso à saúde, trabalho, educação, assistência social e justiça, sendo desenvolvidas em linhas de pesquisas vinculadas aos estudos de gênero e sexualidades, aos marcadores sociais da diferença, aos estudos do corpo, da percepção e dos sentidos, aos estudos da ciência, tecnologia e sociedade, aos estudos das desigualdades sociais, dos movimentos sociais e das políticas públicas, entre outras. (Mello; Aydos; Schuch, 2022, p. 18).

Dessa amplitude e intersecção de interpretação das regras do texto constitucional e da CDPD surge o que se chama de Modelo Biopsicossocial, já previsto na LBI, em seu art. 2º.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
§ 1º A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar e considerará:
I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
III - a limitação no desempenho de atividades; e
IV - a restrição de participação

Denisson Chaves e Raimundo Raiol (2021, p. 126) defendem que não é a simples presença dos dois modelos na Carta Magna que vai constituir o modelo biopsicossocial da deficiência, pois não se trata de uma sistematização automática. Os autores defendem a necessidade de defesa da “autonomia desse modelo em relação aos demais (biomédico e social), bem como encontrar elementos que atestem sua existência no mundo dos fatos e defender a presença de elementos próprios (características) que permitam reconhecê-lo” (Chaves; Raiol, 2021, p. 126).

Assim como propôs Degener (2016), a interseccionalidade deve ser observada quando da análise da implementação da CRPD, reafirmando assim os direitos declarados no documento internacional. O processo de efetivação da CDPD deve ser realizado de maneira transversal, considerando os diversos contextos sociais e culturais, os diferentes modos de viver e se reconhecer como pessoa com deficiência.

O Brasil avançou no ano de 2023 em relação a efetivar o modelo biopsicossocial da deficiência, instituindo um grupo de trabalho para desenvolver o instrumento de avaliação condizente com o contexto brasileiro. A publicação do Decreto 11.487/2023, que instituiu o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania constituiu um importante passo para a concretização dos direitos das pessoas com deficiência.

O grupo teve como objetivos fomentar a elaboração de proposta da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência, indicar os modos de implantação e de implementação da Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência nos âmbitos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de avaliar e finalizar o Índice de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBrM)¹¹. O Relatório Final do trabalho produzido pelo grupo foi entregue no dia 17 de julho de 2024, no encerramento da V Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em Brasília (DF) (Brasil, 2023).

No Brasil, país onde as desigualdades são elevadas, a avaliação biopsicossocial será instrumento essencial no acesso aos direitos já reconhecidos ao grupo das pessoas com deficiência. Mas, afinal, em que consiste a avaliação biopsicossocial da deficiência e por que ela será um marco na vida desses indivíduos?

Trata-se de um método de avaliação que busca verificar e avaliar os direitos de pessoas com deficiência, identificando, individualmente, como a deficiência desabilita

¹¹ O IFBrM é um instrumento que visa a elaborar um modelo único de classificação e valoração das deficiências para uso em todo o território nacional. O instrumento foi aprovado pelo Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência e pela Secretaria Nacional da Pessoa com Deficiência, em 2020, como instrumento de avaliação da deficiência a ser utilizado pelo Governo brasileiro.

ou prejudica a autonomia plena no seu cotidiano, seja na vida privada, no campo profissional ou social. Essa forma de avaliação buscará ser mais justa quando da classificação da deficiência. Não é possível que duas pessoas com o mesmo diagnóstico de deficiência, mas que nasceram e cresceram em condições socioeconômicas e culturais totalmente diversas possam ser classificadas da mesma forma.

Chaves e Raiol (2021, p. 127) afirmam que

de fato, o que concede autonomia ao modelo biopsicossocial, além de suas características, é a sua finalidade, qual seja, uma análise global e cooperativa entre várias instituições sociais, na consecução de oferecimento de uma vida digna às pessoas com impedimentos em ambientes com barreiras. Assim, tal modelo não é apenas uma crítica aos modelos paralelos, mas uma verdadeira ressignificação de prioridades e atitudes.

As mulheres com deficiência sofrem com a violência de gênero que, quando aliada a marcadores sociais como pobreza, raça, religião etc., torna mais grave sua situação de vulnerabilidade. A invisibilidade social desse grupo as mantém na linha de pobreza, com empregos subalternos, baixa escolaridade e baixa renda (IBGE, 2022). Com a invisibilidade e poucas chances de crescimento pessoal e profissional, muitas mulheres tornam-se vítimas fáceis da violência de gênero, em especial da violência sexual.

Esse tipo de violência sempre esteve presente na vida das mulheres de países colonizados, como é o caso do Brasil. Para Rita Segato, foram as novas concepções sobre a sexualidade trazidas pelo colonizador para as sociedades pré-intervenção colonial que provocaram a mudança do campo sexual. “Corpo objeto, alienado e colônia surgem como coetâneos e afins na nova ordem em constante expansão. Despossessão, nesse processo, é, portanto, despossessão progressiva do corpo e da sociedade.” (Segato, 2021, p. 96).

Ao longo do processo da colonização, as sociedades submetidas ao poder do homem branco europeu ressignificaram suas culturas, seus princípios e sua forma de compreender as questões ligadas ao gênero. As mulheres passaram a ser reificadas

e restritas ao mundo privado, no qual deviam obrigações aos homens provedores do lar: o pai, os irmãos e o marido.

5.2 O PATRIARCADO E O CAPACITISMO COMO ESTRUTURAS DE OPRESSÃO PARA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

A colonização dos povos em terras latino-americanas foi um divisor de águas em suas histórias. A influência das concepções europeias introduziu nos habitantes da terra invadida ideias como a de raça, família patriarcal, pecado, pornografia etc. Discussões como a de que os indígenas eram ou não seres humanos, impuseram a sua catequização. Elas se baseavam nas práticas observadas pelos europeus como o canibalismo, e o infanticídio em algumas etnias, o que, para os colonizadores, eram consideradas condutas demoníacas.

A invasão europeia massacrou a autonomia dos povos originários, impôs normas que não faziam qualquer sentido para aqueles que habitavam as terras sul-americanas há muito tempo, vivendo em comunidades com organização social diversa daquelas vivenciadas pelos colonizadores. A violência e a grande espoliação das riquezas naturais aqui encontradas foram marcantes nesse período.

Como chancela da imposição do poder dos colonizadores sobre os povos originários impôs-se a ideia de raça. As práticas de dominação não eram novidade, mas a categorização dos habitantes da terra invadida como seres de raça inferior naturalizou a invasão europeia. A Europa passa a ser a referência de conhecimento para todas as terras invadidas pelos brancos. Anibal Quijano (2005, p. 18) identifica que a ideia dos brancos como raça superior foi crucial para legitimar os atos de invasão e as suas consequências, que foram estendidas também aos negros traficados para as américas para trabalharem como escravos nas lavouras.

A ideia da existência dos brancos como pertencentes a uma raça superior legitimou a sua dominação sobre os povos colonizados e os negros escravizados traficados de África, gerando o fenômeno chamado de racismo. Da semelhante forma, com a mesma lógica de superioridade, o capacitismo chancelou a falsa impressão da

incapacidade das pessoas com deficiência. Essa forma de opressão excluiu e invisibilizou pessoas com deficiência ao longo dos séculos.

Com o desmoronamento do sistema feudal e a “descoberta” do Novo Mundo, com a expansão marítima europeia, os colonizadores trouxeram a sua cultura e, por meio da invenção da categoria raça, impuseram sua “superioridade” às culturas tradicionais aqui existentes. A invisibilização dos povos originários, a apropriação de sua força de trabalho, juntamente com a imposição de um controle global do trabalho aos colonizados resultou em uma sociedade marcada por grande desigualdade social.

A marcação racial dos povos originários e dos povos escravizados advindos do continente africano produziu as novas identidades e com elas surgiram os papéis sociais que cada raça ocuparia na recém-surgida sociedade capitalista. “Desse modo impôs-se uma sistemática divisão racial do trabalho.” (Quijano, 2005, p. 118).

A infiltração dos valores coloniais nas culturas dos povos originários provocou uma mudança na posição tribal masculina, fazendo com que as mulheres perdessem seus espaços de participação dentro de suas culturas. Outro legado colonial foi a domesticação das mulheres, relegando-as a um patamar de sujeição e afastamento na tomada de decisões do grupo, facilitando assim a empreitada colonizadora. Um novo código passa a dominar os valores dos povos originários, capturados por novas ideias, apesar de ainda se utilizarem da mesma nomenclatura para disfarçar tais mudanças (Segato, 2021, p. 81).

A partir dessa organização eurocêntrica da produção e da subjetividade, por um lado, os próprios saberes passam a reger-se por essa escala de prestígio, e, por outro lado, o saber disciplinar sobre a sociedade estrutura-se, muito especialmente, a partir da relação hierárquica do observador soberano sobre seu objeto naturalizado. A razão cartesiana aliena-se e exterioriza-se no corpo-objeto, hierarquizando a posição de quem indaga – “Europa”, a “razão” desincorporada – e de quem é o objeto “natural”, o corpo “objetificado” dessa indagação. (Segato, 2021, p. 47).

Um olhar interseccional, que considera marcadores sociais como raça, gênero, classe e deficiência está presente nesta pesquisa, realizada em território brasileiro, país colonizado ou, nas palavras de Rita Segato (2021), país que sofreu intrusão estrangeira.

As mulheres brasileiras com deficiência têm características peculiares. Criadas dentro de uma diversidade cultural grande, a maioria é vítima da reprodução do patriarcado pela sociedade capitalista contemporânea, que, por estar baseada na produção de riquezas, tende a ser capacitista.

No campo econômico a mulher com deficiência é alijada das melhores posições de emprego e dos salários mais bem remunerados, quando não representam as primeiras vítimas do desemprego ou da falta de emprego. Na sua posição social do indivíduo perante o grupo e status é submetida a todo tipo de estigma, discriminação e preconceito, de maneira bem mais contundente do que a direcionada ao homem com deficiência. Isso gera social, marginalização política, negação de direitos e garantias e violência de gênero especialmente a violência doméstica. (Madruga, 2016, p. 94).

O Patriarcado trouxe como essência a violência contra as mulheres, reproduzida de geração em geração desde a colonização europeia na América Latina e ainda hoje se mostra incontrolável. Física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, as diversas formas de violência perpetradas contra a mulher se mostram, após cinco séculos de colonização com bases sólidas na sociedade atual¹².

Essa ideologia machista é repetida não apenas pelos homens, mas também por mulheres “machistas” criadas e doutrinadas na estrutura patriarcal de gênero e que não se atentam à reprodução automática desse sistema brutal de poder sexista. Heleieth Saffioti (2015, p. 37) argumenta que a mulher sai em desvantagem nesse desbalanceamento de distribuição de papéis sociais. Para a autora, o sexismo interfere de modo negativo nas relações sociais. Enquanto homens são estimulados a serem corajosos, agressivos e demonstrarem sua força, as mulheres, por sua vez, têm seus corpos doutrinados na doçura, na mansidão e da corporalidade dominada.

A construção da masculinidade é outro fato destacado por Segato (2014, p. 612) e muito importante para esta pesquisa. As dimensões da construção da masculinidade são reconhecidas de forma tão lenta que podem até mesmo ser confundidas com a evolução das sociedades na pré-história patriarcal.

¹² Segundo o art. 7º da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), essas são as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Uma mudança brusca ocorreu nas sociedades originárias quando a modernidade colonial delas se apropriou, com ideias perigosas, intervindo nas suas relações e, embora mantendo a nomenclatura utilizada pelos colonizados, passam a transformar seus sentidos. Alguns comportamentos introduzidos na colônia como o olhar pornográfico que reifica e traz a compreensão da possessão sexual como dano, apropriação e profanação (Segato, 2014, p. 613).

Também listei a pedagogia pornográfica que tem o efeito de introduzir o olhar alienado, objetificante e fetichizador sobre o corpo. A isso se agrega a moralização da sexualidade, introduzida pela associação entre mal e sexo, entre dano e sexo, o “pecado”. O acesso sexual passa a ter a conotação de profanação e apropriação. O corpo passa a ser não apenas um território acessível, mas também expropriável e objeto de rapina. (Segato, 2021, p. 155).

Há autoras que pensam de forma contrária à Rita Segato, como é o caso de María Lugones (2014), que afirma que não há indícios de que as sociedades pré-colonizadas se estruturavam em relação ao gênero, não havendo hierarquia entre homens e mulheres. Contudo, as pesquisadoras convergem sobre a opinião de que os colonizadores se apropriaram dos corpos colonizados, impondo possessão, domínio e estruturas sociais próprias que modificaram as relações de gênero após a invasão das terras latino-americanas.

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres. Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens. O homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/ agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão. A mulher europeia burguesa não era entendida como seu complemento, mas como alguém que reproduzia raça e capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem branco europeu burguês. A imposição dessas categorias dicotômicas ficou entretecida com a historicidade das relações, incluindo as relações íntimas. (Lugones, 2014, p. 935).

Rita Segato (2003, p. 14) afirma que o patriarcado é compreendido como pertencente ao campo simbólico e, para a psicanálise, está no inconsciente ligado ao afeto e que determina valores aos envolvidos no cenário social. O patriarca encontra-se em uma

determinada posição no campo simbólico, que é atravessada por diversos e variáveis significantes ao longo das relações sociais. “Por isso, o patriarcado é tanto uma norma quanto um projeto autorreprodutivo e, como tal, seu projeto emerge do escrutínio, da “escuta” etnográfica tardia e sensível às relações de poder e à sua expressão discursiva por vezes imensamente sutil.”¹³

Nesta pesquisa, buscou-se a filiação ao pensamento de Rita Segato, quanto à questão da já existência de relações entre gêneros nas sociedades pré-coloniais, porém, de forma sutil, sem imposições ou hegemonia de poder do masculino sobre o feminino.

Partindo do ponto em que a colonização impôs aos povos colonizados atitudes não encontradas antes da invasão, como estupro, domínio sobre a mulher, exclusão das decisões tribais etc., a ideia de que a masculinidade é poder soberano, é posse e controle veio com o colonizador e causou modificações profundas nas relações homem-mulher.

Mesmo após cinco séculos, essas influências continuam a produzir violência de gênero, refletidas socialmente no contexto feminino. Piores condições de trabalho, de escolaridade, de renda, de moradia, de saúde, sem contar com outras inúmeras violências diárias sofridas como lesões corporais, feminicídios, violência psicológica, patrimonial e sexual das quais as mulheres são vítimas.

Ainda que o sistema patriarcal tenha sofrido inúmeras modificações pelo desenvolvimento social e tecnológico e tenha se moldado à atualidade, suas raízes estão fincadas e entrelaçadas aos novos movimentos forjados, sobretudo no ultraconservadorismo, tal como o da Machonaria, uma confraria masculina que prega que as mulheres possuem poder demoníaco e que os homens acabam por serem vítimas da manipulação feminina.

¹³ *El patriarcado es entendido, así, como perteneciendo al estrato simbólico y, en lenguaje psicoanalítico, como la estructura inconsciente que conduce los afectos y distribuye valores entre los personajes del escenario social. La posición del patriarca es, por lo tanto, una posición en el campo simbólico, que se transpone en significantes variables en el curso de las interacciones sociales. Por esta razón, el patriarcado es al mismo tiempo norma y proyecto de autorreproducción y, como tal, su plan emerge de un escrutinio, de una "escucha" etnográfica demorada y sensible a las relaciones de poder y su, a veces, inmensamente sutil expresión discursiva.*

Em 2019, um convite divulgado nas redes sociais convidava os homens para o evento Machonaria II (Confraria Nacional dos Homens), idealizado para promover o resgate da “masculinidade patriarcal”¹⁴. O convite também se estendia às esposas, para um evento paralelo, denominado Femmearia. Com os dizeres: “Serão quatro dias de retiro para alma, de investimento em si mesma, intercâmbio com mulheres de diversas regiões do País, trocando experiências, dores e curas espirituais, sociais, família...”, o evento não permitia a participação das mulheres nas mesmas atividades que seus maridos.

A masculinidade parece estar em constante crise. Ao menos, essa é a impressão que se tem ao nos depararmos com certos eventos de nicho mercadológico, como o Machonaria, e o discurso midiático ao longo das últimas décadas. A “crise de masculinidade” é um diagnóstico recorrente que aparece nos mais diversos segmentos como uma possível explicação para determinado fenômeno social contemporâneo que venha a embaralhar, de alguma forma, os paradigmas de gênero. (Facini, 2022, p. 9).

Quando se fala em mulheres com deficiência não se pode deixar de considerar outros fatores de opressão além dos já citados acima. As questões como ter um corpo disforme, que choca, que assusta, que agride, ter um corpo não funcional dentro do padrão imposto socialmente e outras possibilidades de comportamentos, levam a julgamentos prévios e adjetivação da mulher: “perigosa”, “fresca”, “abusada”, “louca”, “aleijada”, “retardada”, “suja”, “burra”, “lerda”, “inútil”.

Historicamente, as mulheres com deficiência estão entre os grupos mais vulnerabilizados quando se trata de exercício de direitos. As mulheres com deficiência do Sul global, de países colonizados, arcam ainda com as amarras a um modelo padronizado de corpo, do capitalismo ligado à questão de produtividade de bens de capital, de padrões comportamentais advindos do modelo europeu.

Essas mulheres são cotidianamente pressionadas e oprimidas socialmente, seja por violências físicas, morais ou violências atitudinais que buscam afastá-las de seu protagonismo, retirar ou dificultar sua autonomia e seu poder de fala.

¹⁴ O convite do evento foi divulgado nas redes sociais do pastor Anderson Silva, idealizador dos eventos. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/evento-divulgado-online-promete-resgate-da-masculinidade-patriarcal/>

Da mesma forma que o racismo, ideia inculcada pelo invasor europeu para justificar seu poder sobre os povos originários, oprime e discrimina as pessoas não brancas, o capacitismo é uma forma de opressão social produzido em virtude da suposição de que a pessoa com deficiência não tem capacidade de produzir, de exercer direitos, de exprimir sua vontade, de contribuir com a sociedade ou comportar-se de modo adequado. Mulheres com deficiência latino-americanas são, em sua maioria, negras.

Ao rememorar o Hospital Colônia de Barbacena/MG, Souza e Medrado (2021) apontam que o modelo higienista foi copiado também de nossos colonizadores.

A experiência colonial em países como o Brasil jamais foi superada, mas ganhou em sofisticação, pois produziu um tipo de organização social na qual as zonas ricas e urbanizadas desempenham o papel de metrópoles, e as periferias, os lugares dos corpos menores, disponíveis para o abate, que podem ser descartados sem que isto abale a consciência moral do cidadão de bem. O Estado funciona como o garantidor do bem-estar da sociedade, das vidas que são consideradas vivíveis e, por sua vez, do cidadão, construindo espaços nos quais os corpos indesejados possam ser direcionados a lugares de higiene, imunizando a sociedade. Para tanto, este mesmo Estado assume uma competência médica capaz de restaurar o corpo adoecido com a remoção da causa do mal, expelindo os germes, amputando partes do corpo, restabelecendo o ideal de ordem e pureza sociais. (Souza; Medrado, 2021, p. 167).

A discriminação e a tentativa de normalização de corpos e mentes, dentro de um padrão imposto socialmente, devem ser entendidas como capacitismo. Este se mostra como sistema opressor das pessoas com deficiência, descartando da sociedade aqueles e aquelas que estão fora dos padrões corporais e comportamentais. Essa expressão é relativamente nova na língua portuguesa, tendo nascido nos Estados Unidos, com autores como Fiona Campbell e Harlan Hahn que conceituaram o capacitismo como “uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um tipo particular de self e corpo (o padrão corporal) que se projeta como o perfeito, típico da espécie e portanto, essencial e totalmente humano”¹⁵ (Campbell, 2008, p. 5).

No Brasil, ele vem sendo empregado por pessoas pesquisadoras da antropologia e dos estudos da deficiência. Para Anahí Mello, o capacitismo está forjado dentro do ideal de corpos perfeitos, corpos normais e belos. Ele se materializa “através de atitudes

¹⁵ *A network of beliefs, processes and practices that produces a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human. Disability is cast as a diminished state of being human.*

preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional” (Mello, 2016, p. 3.266).

O capacitismo pode até ser uma categoria insuficiente na língua portuguesa, mas é justamente a capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social. Por isso, para efeitos práticos, proponho a sua adoção nos movimentos sociais, nas produções acadêmicas e em documentos oficiais e políticas públicas. (Mello, 2016, p. 3274).

As pessoas com deficiência passam por um sentenciamento prévio de suas capacidades e são tidas como incapazes de executar alguma tarefa ou de usufruir de algum direito, antes mesmo que elas próprias sejam consultadas a respeito de suas habilidades. Esses julgamentos e essas condutas discriminatórias são também tratados por Fiona Campbell (2008, p. 4), como conjunto de suposições e práticas que promovem o tratamento diferencial ou desigual de pessoas por causa de deficiências reais ou presumidas.

Para alguns, o termo capacidade tem sido usado de forma intercambiável com o termo incapacidade. No entanto, essas duas palavras são radicalmente de diferentes entendimentos sobre o status de deficiência à norma. A incapacidade refere-se à produção de deficiência e se encaixa bem em uma compreensão construcionista social da deficiência. Enquanto o capacitismo pode ser associado à produção da capacidade, do corpo perfectível e por default a criação de um neologismo que sugere um afastamento da capacidade, isto é, deficiência. (Campbell, 2008, p. 4).¹⁶

Campbell constrói seu conceito com base na ideia de Harlan Hahn (1986, p. 130), para o qual o paternalismo permite aos membros dominantes de uma sociedade demonstrar uma sincera simpatia por pessoas pertencentes a grupos minoritários.

Essa estratégia faz com que os mantenham, concomitantemente, em posição de subordinação social e econômica. Assim, fica permitido às pessoas sem deficiência agirem como protetores, guias, líderes, modelos e intermediários para indivíduos com deficiência que, como crianças, são frequentemente considerados indefesos, dependentes, assexuados, improdutivos economicamente, fisicamente limitados,

¹⁶ *For some the term ableism has been used interchangeably with the term disablism. However these two words render radically different understandings of the status of disability to the norm. Disablism relates to the production of disability and fits well into a social constructionist understanding of disability. Whereas ableism can be associated with the production of ableness, the perfectible body and by default the creation of a neologism that suggests a falling away from ableness, that is disability.*

emocionalmente imaturos e apenas aceitáveis quando são discretos. Politicamente, as pessoas com deficiência são ignoradas. Essas atitudes paternalistas são as maiores responsáveis tanto pela invisibilidade das pessoas com deficiência quanto pela falta de políticas públicas para elas¹⁷.

Compreende-se assim como o capacitismo tem seu nascedouro na colonização, com as atitudes de controle do colonizador sobre os povos dominados. Toda a dominação, imposição de conceitos binários trazidos pelo homem branco, que inferiorizam os de raça, sexo, religião diferentes do padronizado construíram uma estrutural social de domínio, de “paternalismo” com os mais “fracos”.

A todos julgados inferiores foram dados os devidos papéis sociais, para que a força dominadora crescesse a cada dia até chegar ao momento atual da sociedade, com altos índices de violência, altas taxas de feminicídio, violações de direitos, invisibilidade da mulher e dos grupos minoritários.

Para Paula Danel (2021, p. 85),

ao longo dos séculos, esse subjugoamento das mulheres de outros grupos vulneráveis, como o das pessoas com deficiência foi minando possibilidades de conquistas sociais. A manutenção das mulheres com deficiência nos lares, nas instituições asilares e nos hospitais psiquiátricos foi sem dúvidas a grande barreira para o exercício de seus direitos. Sem a liberdade, a elas não era dado o direito de escolhas e decisões sobre as próprias vidas.

A barreira atitudinal que impede ou dificulta o exercício de direitos pelas pessoas com deficiência chama-se capacitismo. Ainda hoje pessoas adultas com deficiência são tratadas como “eternas crianças”, mesmo que não tenham deficiência intelectual, porque, até mesmo pessoas com deficiência física são infantilizadas.

¹⁷ *Paternalism enables the dominant elements of society to express profound and sincere sympathy for the members of the minority groups while, at same time, keeping them in a position of social and economic subordination. It has allowed the nondisabled to act as the protectors, guides, leaders, role-models and intermediaries for disabled individuals who, like children, are often assumed to be helpless, dependent, asexual, economically unproductive, physically limited, emotionally immature and acceptable only when they are unobtrusive. Politically, the disabled peoples usually have been neither seen nor heard. Paternalistic attitudes, therefore, may be primarily responsible both for the ironic invisibility of disabled persons and for prior tendency to ignore this important area of public policy.* (Hahn, 1986, p. 130).

O Decreto 11.793/2023, que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limites (NVSL) reafirma, no parágrafo único do art. 2º que o capacitismo é

qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou o efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, pelas pessoas com deficiência, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro, nos termos do Artigo 2º da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. (Brasil, 2023).

A sexualidade dessas pessoas é ignorada, em especial quando falamos de mulheres. É comum ouvir de pais de jovens homens com deficiência que os levaram a uma casa de prostituição para se divertirem, para se iniciarem na vida sexual, mas o mesmo não ocorre com as jovens. A elas é atribuído o resguardo dentro de casa, livre das maldades do mundo, embora esteja comprovado pelos números apresentados na Introdução deste trabalho que a maioria das violências sexuais ocorre dentro de casa, e o esturador, quando não é o próprio genitor, é um parente próximo, vizinho ou alguém da confiança da família.

Além da infantilização, a atribuição de características angelicais às pessoas com deficiência é um fator preocupante, pois as comparam a seres assexuados, a quem são atribuídos milagres, seres sem defeitos e em grau de evolução mais elevado que os outros.

Essa desumanização das pessoas com deficiência, ainda que seja para considerá-las “seres superiores”, acaba por produzir mais uma forma de opressão, afastando-as do exercício de seus direitos fundamentais, como o direito de viver e expressar livremente a sexualidade, sem violência, discriminações e imposições arbitrárias, e com respeito pleno pelo corpo do(a) parceiro(a); direito de escolher o(a) parceiro(a) sexual; direito de viver plenamente a sexualidade sem medo, vergonha, culpa e falsas crenças; direito de escolher se quer ou não quer ter relação sexual; direito de viver a sexualidade independentemente de estado civil, idade ou condição física; direito de ter relação sexual independente da reprodução; direito de expressar livremente sua orientação sexual: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, entre

outras; direito à informação e à educação sexual e reprodutiva; direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e de DST/HIV/AIDS; direito aos serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação.

5.3 FEMINISMOS, DECOLONIALIDADE E A LUTA DAS MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Ao longo do tempo, as mulheres com deficiência sofreram graves violações de seus direitos que foram invisibilizadas pelo sistema patriarcal e heteronormativo, que naturalizou a violência sobre os corpos femininos, tornando-os objetos de domínio masculino.

A condição de pobreza que é considerada um marcador social importante de opressão e onde se encontram a maioria das mulheres com deficiência, traz consigo a baixa escolaridade e qualificação, que as impede de ocupar espaços de poder no mercado de trabalho. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022, p. 6), “em domicílios situados abaixo da linha de pobreza de US\$ 5,5 por dia, em 2019, apenas 20,6% dos homens e 42,4% das mulheres com deficiência de 20 a 22 anos de idade tinham concluído o ensino médio”.

Busca-se assim compreender a mulher com deficiência latino-americana dentro de seu contexto diferenciado, levando em consideração que todo o sistema patriarcal imposto por ocasião da colonização, produz fatores sociais que vulnerabilizam esse grupo de tal forma que o mantém nas piores condições de qualidade de vida.

Com o tempo, os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânico-americana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho. Eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em 117 conseqüência, os dominantes chamaram a si mesmos de brancos. (Quijano, 2005, p. 117).

Um olhar diferenciado, interseccional, sobre as mulheres com deficiência latino-americanas e as violações de seus direitos também deve estar acompanhado pela

de(s)colonização do feminismo. Porém, algumas considerações a respeito de conceitos e dos movimentos contra-hegemônicos devem ser feitas antes de se discutir a luta das mulheres com deficiência, em um contexto latino-americano.

A opção de se trabalhar com feminismos, no plural, segue a pretensão de se abranger as várias experiências de se viver o feminino, buscando a compreensão de que as mulheres negras, indígenas, brancas, com deficiência, LGBTQIA+, de todas as classes sociais, das mais diversas religiões e grupos étnicos, que, de alguma forma, foram e ainda são silenciadas pelo sistema patriarcal.

A invasão europeia trouxe consequências desastrosas para os países da América Latina e Caribe, usurpando-lhes as suas culturas, suas vidas e seu futuro. Foram as ideias sobre organização das sociedades, baseadas no patriarcado, que romperam com os diferentes modos de vida dos povos que originariamente habitam essas terras.

Para Catherine Walsh (2012, p. 67), a colonialidade se faz presente em quatro eixos primordiais da vida de uma sociedade: na colonialidade de poder; na colonialidade do saber; colonialidade do ser e a colonialidade da natureza (cosmogônica).

A colonialidade do poder está circunscrita a um sistema de classificação pela categoria “raça”, organizando a distribuição, dominação e exploração da população, que determina os lugares, as funções e os papéis dentro da estrutura capitalista, influenciando todas as relações de dominação, incluindo a de gênero e sexualidade¹⁸. Para a colonialidade do saber, a autora define como ordem exclusiva do conhecimento, da razão e do pensamento o conhecimento eurocêntrico, descartando e desqualificando outros saberes e pensamentos que não sejam os elaborados por homens brancos europeus ou influenciados por estes¹⁹ (Walsh, 2012, p. 68).

¹⁸ *Un sistema de clasificación social basada en la categoría de “raza” como criterio fundamental para la distribución, dominación y explotación de la población mundial en los rangos, lugares y roles de la estructura capitalista-global del trabajo, categoría que – a la vez – altera todas las relaciones de dominación, incluyendo las de clase, género, sexualidad, etc.*

¹⁹ *Un segundo eje es la colonialidad del saber: el posicionamiento del euro-centrismo como orden exclusivo de razón, conocimiento y pensamiento, la que descarta y descalifica la existencia y viabilidad de otras racionalidades epistémicas y otros conocimientos que no sean los de los hombres blancos europeos o europeizados.*

Walsh (2012, p. 68) ainda define a colonialidade do ser como a dominação sob o viés da inferiorização, desumanização e subalternação dos indivíduos²⁰. Como último eixo da instrumentalização da colonialidade, a autora traz a colonialidade cosmogônica da natureza e da própria vida, a qual descarta a ideia de mundos biofísicos, humanos e espirituais substituída pelo binarismo sociedade/ambiente²¹.

A ideia de feminismos plurais fica bem marcada no respeito às culturas e aos saberes de todos os povos, pois nem a visão eurocêntrica pode ser de utilização universal, sob pena de quebra de traços culturais centenários.

O feminismo universalista afirma que o acesso sexual do marido da mãe sobre uma menor de idade é crime em todos os casos e para qualquer sociedade. O feminismo decolonial afirma que é necessário ouvir o que dizem as pessoas e, de fato, durante os sete anos em que o jovem marido de ambas as mulheres wichí permaneceu preso, foram elas que levaram diariamente sua comida na cadeia, porque o acesso sexual não tem, para as mulheres wichí, o mesmo significado que tem para nós, e porque duas mulheres podem compartilhar um homem. (Segato, 2021, p. 160).

Desse modo, não há possibilidade de se estudar temas relacionados às mulheres latino-americanas senão por meio da compreensão de que a colonização dos povos originários se deu por meio da inculcação das ideias tais como a superioridade da raça branca, da inferioridade e submissão moral e sexual da mulher. Enxergar pela lente da decolonialidade significa pensar e agir de modo a alterar a lógica eurocêntrica.

Para alcançar conquistas em termos de direitos humanos e reconhecimento, a luta da sociedade civil precisa desconstruir, por meio de atitudes e da própria visão de si, os ultrapassados paradigmas vindo do velho continente. O giro decolonial é conceituado por Maldonado em entrevista concedida a Mortari *et al.* (2022) como

uma ideia, assim dizendo, uma pequena e breve definição de decolonialidade. Eu diria que é, especialmente, um projeto incompleto, ainda inacabado, que está enraizado numa atitude decolonial, que envolve uma mudança de sujeitos e de comunidades. Onde não se vejam mais como problemas, mas como agentes que podem mudar o mundo e ultrapassar os

²⁰ *La colonialidad del ser, un tercer eje, es la que se ejerce por medio de la inferiorización, subalternización y deshumanización*

²¹ *El último eje, uno que ha sido tema de poca reflexión y discusión, es el de la colonialidad cosmogónica de la madre naturaleza y de la vida misma. La que encuentra su base en la división binaria naturaleza/sociedad, descartando lo mágico-espiritual-social, la relación milenaria entre mundos biofísicos, humanos y espirituales.*

limites da lógica colonial. Essa seria, digamos, uma forma muito concisa e curta de propor o tema. (Mortari *et al.*, 2022, p. 144, tradução livre).²²

Na continuidade sobre o pensamento decolonial, Maldonado indaga: “o que aconteceu para que as formas coloniais ainda continuem a existir?” Para o filósofo, existem duas abordagens diferentes da questão do colonial. No pensamento decolonial a noção de colonialidade (e não apenas de colonialismo) é bastante importante, referindo-se a uma estrutura de poder, de conhecimento, que foi implementada no mundo e na qual se baseiam os Estados-nação, ela vive no estado-nação. Além da noção de pós-colonialismo, “como 'bem, fomos colonizados até aquele momento e depois fomos independentes. Essa noção, essa ruptura temporal para o pensamento decolonial não é tão significativa como é para o pensamento pós-colonial.” (Mortari *et al.*, 2022, p. 150).

Outros conceitos que devem ser pautados aqui para a discussão dos feminismos são o de "descolonial" e "decolonial". A diferença entre eles passa por questões teóricas e políticas. O descolonial deve-se entender uma oposição ao colonialismo, sendo utilizado para o período histórico da ocupação de seus territórios pelos colonizadores. Contudo, mesmo descolonizado, a colonização persiste, pois ela vai além do político e econômico, “penetrando profundamente a existência dos povos colonizados mesmo após “o colonialismo” propriamente dito ter se esgotado em seus territórios” (Santos, 2018, p. 3).

Dessa forma, o controle colonial impede que as consciências se situem em sua paisagem e se expressem a partir dela; seu discurso é capturado por um poder político que o persuade ou o obriga a localizar-se em referência a centros geográficos impostos à subjetividade pela poderosa retórica que administra o mundo, ou seja, a retórica colonial. (Segato, 2021, p. 68).

Assim, a visão decolonial se constitui como a de melhor aproximação para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando que a mulher com deficiência carrega inúmeros estereótipos e estigmas trazidos com a imposição do patriarcado.

²² *Una idea, como se fuera, una definición pequeña y corta de decolonialidad. Yo diría que es, principalmente, un proyecto incompleto decimos, inacabado todavía, que está enraizado, se funda, en una actitud. Una actitud decolonial, y que envuelve un giro de los sujetos y comunidades. Dondeya no se ven a sí mismas como problemas, sino como agentes que pueden cambiar el mundo y pueden sobrepasar los límites de la lógica colonial. Esa sería, digamos, una forma bien escueta, corta de proponer el tema.*

Ballestrin aponta a diferença entre “feminismos descoloniais” (no plural e com “s”) do feminismo decolonial (no singular e sem “s”). Ainda que ambas as expressões possam ser utilizadas de maneira intercambiável, a segunda acaba por estar mais diretamente associada ao projeto teórico decolonial do grupo Modernidade/Colonialidade. A autora utiliza a expressão feminismo de(s)colonial de modo a cotejar ambas as perspectivas.

Para Ballestrin (2020, p. 10), o feminismo de(s)colonial necessita intervir na descolonização do feminismo, do conhecimento, do gênero e do Estado, sempre observando que as manifestações sobre esses vieses vão depender da posição de cada autora no campo do feminismo latino-americano. Discursos variados desde a luta por autonomia, refundação do estado boliviano, transgressão, desobediência e outros são citados pela autora como parte de um feminismo de(s)colonial.

O feminismo de(s)colonial também deve ser compreendido como um movimento emergente, capaz de fazer orbitar em torno da ideia prática e teórica de “descolonização” diferentes movimentos subalternos de mulheres e feministas latino-americanos. A grande maioria destes movimentos já atua há décadas no continente e possui cruzamentos entre si, como, por exemplo, o feminismo indígena e comunitário. (Ballestrin, 2020, p. 10).

Para a autora, o feminismo de(s)colonial inova ao trazer a ideia que não é possível reduzir o feminismo ao discurso acadêmico ou militante. “Há, antes, imbricamentos, trânsito e sobreposição de diversos papéis das autoras e interlocutoras que organizam publicações, encontros e espaços de confluência relacionados a esse debate. Muitas delas são professoras, pesquisadores e/ou ativistas de longa data do expressivo campo feminista latino-americano.

A opção pelo feminismo decolonial para enquadramento da luta das mulheres com deficiência latino-americanas se deve ao fato de que ele reconhece aos diferentes grupos de mulheres, em seus diversos contextos, mesmo fora da academia, o poder de fala, a possibilidade de luta e de construção de saberes outros, que não os hegemônicos, impostos pela colonização dos povos originários e negros trazidos durante o período escravagista.

Os corpos femininos indígenas, os corpos femininos negros escravizados passaram a ser vistos como objetos de possessão, de poder. Naturalizou-se a violência corporal

contra as mulheres. No contexto da modernidade, sob a preponderância do patriarcado, as mulheres foram objetificadas, recolhidas à esfera privada, estupradas e silenciadas. As mulheres negras e indígenas foram escravizadas e estupradas para satisfazerem a lascívia de seus senhores. “Corpo objeto, alienado e colônia surgem como coetâneos e afins na nova ordem em constante expansão. Despossessão, nesse processo, é, portanto, despossessão progressiva do corpo e da sexualidade.” (Segato, 2021, p. 128).

A Igreja ditava as regras para as meninas e mulheres coloniais. Desde cedo os sentimentos delas deveriam ser controlados e abafados, as meninas deviam ser vigiadas de perto. Eram comuns os casamentos de meninas de 12, 13 anos com homens bens mais velhos, que passavam a ser seu marido e senhor, “a própria Igreja que permitia casamentos tão precoces, cuidava disso no confessionário, vigiando de perto gestos, atos, sentimentos e até sonhos, como instruem os manuais de confissão da época” (Araújo, 2010, p. 53).

O poder do homem branco, médico, também era exaltado sempre que eles estavam presentes por ocasião do parto, isso reforçava nas mulheres a ideia de que elas não detinham o poder da fecundidade, mas que eram dependentes do saber e do poder masculino (Araújo, 2010, p. 52).

A aproximação dos movimentos feministas e contra o capacitismo se dá no momento em que suas lutas convergem para a ocupação de espaços dominados pela corponormatividade e pela heteronormatividade. A importância da presença de mulheres com deficiência no movimento feminista acompanha a adoção do modelo social. Alguns coletivos de mulheres com deficiência têm feito a diferença nas pautas feministas, como o Coletivo Hellen Keller e a Frente Nacional de Mulheres com Deficiência.

Gesser e Moraes (2023, p. 9) apontam que as ofensivas capacitistas e antigênero estão enraizadas na política ultraliberal, que busca desconstruir as políticas públicas de empoderamento de grupos como as mulheres, LGBTQIA+ e pessoas com deficiência. Esses ataques têm reflexos nas políticas de educação, saúde, emprego e

renda voltados para as populações mais carentes, às quais pertencem a maioria de grupos vulnerabilizados.

Além disso, ambas as ofensivas (antigênero e capacitista) são pautadas em um sujeito universal — representado pelo homem branco, jovem, cis-heterossexual, sem deficiência, totalmente independente e capaz. Há uma compreensão de que somente uma família tradicional (constituída por pai, mãe e filhos), e capaz (com pais plenamente aptos para exercer os cuidados de forma autônoma e zelar pelo pleno desenvolvimento dos filhos) oferece condições de que esse sujeito se desenvolva de forma mais exitosa do ponto de vista da sexualidade e da capacidade. Nessa perspectiva, a educação por casais homossexuais e a oferta de uma educação queer e aleijada parece engendrar sérios riscos para o desenvolvimento moral e funcional das crianças. (Gesser; Moraes, 2023, p. 9).

Ao ser trazido para a análise sob o contexto do Sul Global, o modelo social da deficiência deve ser objeto de reflexão, sob um olhar diferenciado, que busque compreender as peculiaridades, as adversidades e as novas formas de ser e habitar do território latino-americano. Assim, o movimento feminista anticapacitista deve buscar decolonizar as “verdades” postas pelo pensamento europeu e norte-americano, sem, contudo, desconstruir ideias bases tão bem conceituadas pela estudos da deficiência, dando-lhes uma nova interpretação, que possa ser capaz de compreender a deficiência dentro da realidade do Sul Global.

As distâncias epistêmicas entre o Norte Global e o Sul Global começam a ser demarcadas nas formas de apreender a realidade, como entendê-la, como analisá-la. Nesse quadro, retraçar o tema do que é o sujeito da deficiência implica outras análises, outras metodologias, outras técnicas, que geram outras formas de abordar os quadros histórico-sociais. (Diaz *et al.*, 2021, p. 37).²³

Especialmente em continentes com povos tão diversos, colonizados por diferentes nações, como o caso da América Central, o Caribe e a América do Sul, a análise de situações que envolvem as pessoas com deficiência não pode seguir um padrão europeu ou norte-americano, sob pena do cometimento de inúmeros erros que levariam a prejuízos para esse grupo.

²³ *Las distancias epistémicas entre el Norte Global y el Sur Global empiezan a demarcarse en las formas de aprehensión de la realidad, de cómo comprenderla, de cómo analizarla. En este entramado, desandar la temática de cuál es el sujeto de la discapacidad implica análisis otros, metodologías otras, técnicas otras, que generen formas otras de acercarse a los entramados histórico-sociales.*

Rita Segato (2021) faz uma análise da situação da América Latina colonizada, lembrando que não somente as diferenças entre grupos humanos e culturas são marcantes, mas também pelos diversos modos de produção a que foram submetidos os povos originários.

A América Latina é heterogênea não só porque nela coexistem temporalidades, histórias e cosmologias diversas, como já foi dito, mas também porque abriga uma variedade de relações de produção: “a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário [...] todas e cada uma articuladas com o capital”. (Segato, 2021, p. 45).

Em termos de deficiência e, sobretudo, ao tratar-se de mulheres com deficiência latino-americanas e as interseccionalidades que se entrecruzam em suas vidas, tais como os marcadores de raça, gênero, pobreza e capacidade laboral, os fenômenos como a descredibilidade, o silenciamento e a invisibilidade carecem de um olhar diferenciado para a elaboração de políticas públicas que ultrapassem o mínimo essencial para alçá-las ao empoderamento feminino.

Esses fenômenos, aliados aos marcadores sociais raça, gênero e capacidade laboral, impostos por ocasião da colonização, trouxeram também a possessão corporal das mulheres como algo admitido e até naturalizado pela sociedade. O discurso dominante, o monopólio dos saberes soberanos eurocêntricos, forjou a sociedade moderna do Sul Global.

Os inúmeros casos de violência sexual registrados em todo continente latino-americano e África são analisados por de Rita Segato (2021, p. 70), que afirma que essa tomada dos corpos feminizados está cada vez maior, firmando-se sob a forma de uma “violência inédita de destruição corporal, bem como no tráfico e comercialização de tudo o que esses corpos podem oferecer”.

Segato (2021, p. 70) ensina que “tal ocupação predatória de corpos feminizados vem sendo praticada como nunca antes e, nesta etapa apocalíptica da humanidade, espolia até deixar somente restos”.

O modelo social da deficiência, afirmado com a assinatura da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), em 2006, ganhou forças a partir da

década de 1990, com os Estudos sobre as Deficiências (*Disability Studies*), surgidos do Norte Global e reforçados pelos movimentos sociais de identidade política desse grupo. Concomitante a esses movimentos, surgiam os Estudos Feministas da Deficiência (*Feminist Disability Studies*), formados por “mulheres com deficiência, pesquisadoras das teorias feministas, questionaram os campos do feminismo e das deficiências e destacaram os equívocos decorrentes de leituras que não intersectassem as duas áreas” (Magnabosco; Souza, 2019, s.p.). Tendo como precursoras Jeanny Morris (1993) e Margaret Lloyd (1992), os estudos feministas da deficiência ainda se apresentam de forma tímida no contexto latino-americano.

Para a bioeticista Débora Diniz (2009, p. 69) o modelo social da deficiência representa duas importantes mudanças paradigmáticas. A primeira foi a de afastar a ideia da patologização da deficiência e de reduzir o poder do modelo médico reparador como meio ideal para a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. O interesse agora está voltado para a mudança ambiental, de atitudes com o fim de se atingir a inclusão plena. Em vez de “consertar” as pessoas com deficiência, deve-se tornar os ambientes propícios para seu acolhimento.

A resignificação do corpo com deficiência também pode ser entendida como a segunda mudança importante trazida pelo modelo social. O habitar um corpo com deficiência e os diferentes modos de experimentação dessa condição saíram da esfera privada para ocupar espaços públicos. Embora possam parecer chocantes em uma primeira aparição, corpos disformes e os cuidados para a sobrevivência de pessoas que necessitam de suportes como o de oxigênio e o uso de sondas diversas estão cada vez mais públicos. A internet colabora com a disseminação dessas informações e possibilita que os interessados possam acompanhar rotinas de pessoas em diversas condições de deficiência.

A deficiência deixou de ser entendida como um atributo individual ligado às concepções de anormalidade dos corpos, para se transformar em uma questão pública, originada por contextos pouco sensíveis à diversidade corporal. A consequência imediata é que necessidades particulares das pessoas com deficiência deixam de ter na atenção médica, de saúde e de reabilitação seus requerimentos principais, passando a se localizar em outros instrumentos, como mudanças legislativas e jurídicas para garantias variadas, como remover barreiras, alterações nos espaços públicos e um conjunto de políticas sociais que materializam direitos de cidadania. (Santos; Cunha, 2022, p. 3).

Débora Diniz (2003, p. 3) afirma que o movimento feminista foi responsável pela introdução da ciência do cuidado na vida das pessoas com deficiência. Se, à primeira vista, feministas e pessoas com deficiência possam parecer pertencentes a movimentos sociais diferentes, ambas têm em comum o histórico de luta, opressão e desigualdade que achatou demasiadamente seus protagonismos de vida.

A crítica feminista proporcionou a ampliação da compreensão da deficiência em seus diversos contextos, colaborando para a consolidação do modelo biopsicossocial que analisa a deficiência levando em consideração diferentes fatores além do diagnóstico médico, como as barreiras enfrentadas pelo indivíduo ao longo de sua vida, as quais podem estar relacionadas aos marcadores sociais de vulnerabilidade como raça, gênero, questões religiosas, escolaridade, acesso a serviços médicos, assistenciais e ao demais direitos garantidos por lei (Mello; Aydos; Schuch, 2022, p. 10).

Os homens brancos e em sua maioria com lesões medulares e sequelas de guerra foram os idealizadores do modelo social da deficiência. Rejeitando o antigo modelo caritativo e o modelo médico reabilitador, eles não reconheciam a importância do cuidado na vida da pessoa com deficiência, e somente pleiteavam a igualdade de oportunidades.

O movimento feminista foi essencial para o reconhecimento de inúmeros direitos às mulheres, como os direitos civis e políticos, o direito ao controle de reprodução, o direito à educação superior, o direito não só ao trabalho, mas a ocupar altos cargos em profissões consideradas masculinas, entre outros. Nota-se, contudo, que o foco do feminismo, atualmente, está voltado apenas às mulheres educadas de classe média, encorajando-as a romper barreiras e a alcançar altos cargos corporativos. Por conseguinte, apenas as mulheres profissionais são beneficiadas. (Frizzera; Moreira, 2019, p.233)

Nas pautas do movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência não figuravam os cuidados especiais destinados a esse grupo, pois seus organizadores partiam do princípio de que a pessoa com deficiência era tão produtiva quanto a que não apresentava essa condição. A discussão principal se concentrava na sua integração nos ambientes laborais e escolar. Contudo, faltava ao movimento debater questões relacionadas com a promoção de políticas que repensassem os princípios produtivos e morais coletivos que dominam a lógica do trabalho na sociedade atual (Diniz, 2003, p. 4).

O desejo e a necessidade de mostrar que todas as pessoas com deficiência estavam aptas a alcançar a sua independência, fizeram com que as dores e dificuldades do corpo lesado ficassem na esfera privada. A introdução do cuidado e a noção da interdependência na vida coletiva são desafios ainda enfrentados pelas pessoas com deficiência, por serem considerados valores femininos, ainda pouco valorizados (Diniz, 2003, p. 5).

Diniz (2003, p. 5) explica que se utilizando do argumento que todas as pessoas são ou serão dependentes em algum momento da vida, seja na infância ou na velhice ou em momentos nos quais serão acometidas por alguma patologia ou incapacidade permanente ou transitória, um grupo de feministas buscou no princípio da igualdade pela interdependência um modo mais adequado para a reflexão acerca de questões de justiça na área de estudos sobre deficiência.

A antropóloga Anahí Mello (2014, p. 29) compartilha do mesmo entendimento a respeito da revolução introduzida pelo movimento feminista nos estudos da deficiência. “Pensar na reviravolta feminista desse campo mostra que o modelo social da deficiência leva a implicações na forma de perceber diferentes aspectos da vida das pessoas com deficiência, dentre eles o da violência.”

A deficiência é condição individual permeada por diversos fatores sociais que podem influenciar negativamente no contexto de vida da pessoa, acarretando sua exclusão da sociedade. Gênero, pobreza, raça e capacidade laboral são fatores que aliados à deficiência produzem a desigualdade de oportunidades para todos. Ao longo da vida, a pessoa adquire e perde habilidades naturalmente ou devido às circunstâncias que estão fora de seu controle, como acidentes automobilísticos, domésticos, com armas de fogo etc.

O CDPD define a deficiência como consequência da opressão social. Desde o propósito, insculpido no art. 1º,

O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (ONU, 2006, s.p.).

E ao longo da história latino-americana a mulher foi objetificada, a mulher com deficiência sofreu, sem dúvidas, uma série de restrições sociais, que anulou sua vida social, denominando-a como “monstro”, como incapaz para se casar e gerar prole.

São corpos considerados abjetos, de pouco ou nenhum valor, corpos fora da norma; corpos em descompasso com aquilo que ao longo do tempo foi configurado como pertencente ao campo da "normalidade" e, por extensão, da humanidade. A ideia de "normalidade", por si só, já nos remete a um terreno pantanoso e atravessado por discursos emitidos por diversas instâncias sociais, que possuem força suficiente para construir os corpos. Estamos diante de instâncias sociais que concretizam formas de existir; discursos que materializam subjetividades, enquadrando-as dessa ou daquela maneira. A referida "normalidade" implica uma forma de definir e recortar as coisas e, por natureza, carrega em sua "essência" uma poderosa carga de exclusão e de desumanização. A norma tem o poder de dizer quem pode ou não ser registrado no terreno da humanidade. No melhor dos casos, a "norma" funciona como um poderoso parâmetro que circunscreve os limites entre uma humanidade dita aceitável/reconhecível e uma humanidade de segunda categoria ou fora dos limites do reconhecimento. (Bussinguer; Nascimento; Rohr, 2016, p. 116).

Numa tentativa de compreender quem é o sujeito da deficiência, Díaz *et al.* (2021, p. 36) abordam as discussões realizadas no Grupo de Estudios sobre Discapacidad (GEDIS) da Facultad de Ciencias Sociales, da Universidad de la República, no Uruguai, acompanhado do Grupo de Estudios Críticos en Discapacidad, do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Entendendo que as discussões em torno da temática da deficiência devem ser realizadas de forma coletiva, esses grupos se reuniram várias vezes para delimitarem uma forma de se compreender o sujeito da deficiência no contexto latino-americano.

Por compreender que esse é o entendimento que melhor se adequa ao tema proposto nesta pesquisa, buscou-se fixar a compreensão do sujeito da deficiência dentro da matriz decolonial, a qual se abre como uma porta para a liberdade de pensamento dentro de outras conjunturas, outros contextos de vida.

Para Díaz *et al.* (2021, p. 38) é preciso que se perceba algumas delimitações sobre o sujeito da deficiência dentro da matriz decolonial. De início, explicam os autores que, desde a modernidade, as lógicas de saber eram propostas por pesquisadores do Norte Global, que coroavam seus saberes eurocêntricos como únicas verdades, como se não existissem conhecimentos advindos de outros lugares e culturas. O giro decolonial impõe um afastamento da retórica da modernidade, dando lugar a outros

pensamentos, outras realidades. Para uma segunda delimitação, os autores observam que há diferenças significativas na construção do sujeito da deficiência sob as perspectivas do Norte e do Sul Global.

A razão moderna que deságua na lógica binarista também deve ser abandonada quando se trata do viés da decolonialidade, surgindo um novo saber que supera a imposição do poder por meio da imposição da ideologia dos binários e separa os corpos e seres, classificando-os entre superiores-inferiores; nós e eles; civilizados e bárbaros, “entre tantos outros, como a reprodução de uma ideologia da normalidade que coloca os sujeitos na “normalidade” e outros na “anormalidade”. (Diaz *et al.*, 2021, p. 39).²⁴

Autoras como Munévar, Moreno e Ana Castro (2019, p. 45) defendem que um processo de investigação social deva ser processo criativo, no qual estejam envolvidas pessoas dedicadas aos conhecimentos e atores que são os próprios investigados. Nesse contexto, as autoras entendem que essa necessidade de reinventar o processo investigativo se dá em virtude da necessidade de se pesquisar a partir de novas propostas, nas quais predominam problematizações, interrogações e questionamentos e uma série de confrontos e interpretações que necessitam de um olhar transformador, tendente a reconfigurar o conhecimento posto.

Por isso, considerar outras formas de fazer pesquisa a partir de um horizonte de sentido e de uma atitude epistêmica crítica não implica apenas repensar o que se pesquisa, mas também implica mudanças no interesse pela pesquisa a partir de novas questões sobre a alteridade, mais do que a partir da normalidade, da estranheza, da monstruosidade. (Munévar; Moreno; Castro, 2019, p. 45).²⁵

As autoras buscam outras epistemologias que não as de matriz ocidental, impostas pela hegemonia do conhecimento eurocêntrico e entendem que essa forma de produzir conhecimento, adotando uma postura decolonial, é um possível caminho para se entender o emaranhado social que permeia as cosmovisões comunitárias,

²⁴ *Entre otras tantas, como puede ser la reproducción de una ideología de la normalidad que ubica a sujetos dentro de la “normalidad” y a otros en la “anormalidad”.*

²⁵ *Por eso mismo, el hecho de considerar otras formas de hacer investigación desde un horizonte de sentido y una actitud epistémica crítica no solo implica repensar lo investigado sino que conlleva cambios en el interés por investigar a partir de nuevas preguntas acerca de la otredad, la alteridad, más que desde la normalidad, la extrañeza, la monstruosidad.*

desvelando as estruturas de poder, as tramas sociopolíticas, mas também fortalecer o ativismo dos grupos de pessoas com deficiência.

No contexto do Sul Global, os movimentos de pessoas com deficiência tiveram importante papel na construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), demonstrando que as diversas formas de experimentar a deficiência não poderiam ser deixadas de lado nas discussões do mais importante documento internacional relacionado a seus direitos. “Nada sobre nós, sem nós” está estabelecido como lema internacional diante de todos os grupos de pessoas com deficiência.

A opção de buscar se compreender o contexto da mulher com deficiência vítima de violência sexual, sob a perspectiva da decolonialidade, está ancorada na necessidade de se construir conhecimentos que estejam em consonância com a realidade latino-americana, em especial, a brasileira. A impossibilidade de se pesquisar os entornos da violência sofrida por esse grupo utilizando-se padrões de países desenvolvidos está baseada nas condições diferenciadas de vida e no acesso desigual a direitos a que as populações do Sul Global estão inseridas.

As demandas apresentadas pelas mulheres com deficiência no Brasil vão desde a falta de acessibilidade nos ambientes públicos até políticas públicas de saúde voltadas especificamente para elas. Ao se fazer mentalmente o caminho de uma mulher cadeirante para sair de sua casa e chegar a um hospital público, nota-se que as dificuldades começam pela falta de acessibilidade física. A grande maioria das mulheres brasileiras com deficiência moram em áreas periféricas, sem calçadas acessíveis, com transporte público precário e dependem dos equipamentos públicos para ter acesso a um atendimento médico.

Um bom exemplo de falta de acessibilidade para mulheres é a indisponibilidade de macas adaptáveis para exames ginecológicos e mamógrafos acessíveis. As mulheres cadeirantes ficam impossibilitadas de fazer exames de rotina como mamografias e preventivos do câncer de útero e muitas voltam para suas casas sem realizar tais exames. Além da negativa de atendimento, elas estão sujeitas a desenvolverem

doenças que poderiam ser evitadas com exames preventivos, como câncer de mama e de colo de útero.

A defesa dos feminismos plurais, que trabalhem sob a perspectiva decolonial, para abranger a luta das mulheres com deficiência encontra-se com a necessidade de políticas públicas que estejam voltadas para esse público específico, minoritário, com necessidades diferenciadas. Assim como as mulheres negras entenderam que o feminismo branco não as contemplava em todas as circunstâncias, assim também um feminismo latino-americano que não encampe a luta de um grupo de mulheres diferenciadas em suas condições de vida, não pode servir de base para a afirmação de seus direitos.

O olhar decolonial deve estar presente também na desconstrução da visão eurocêntrica reproduzida por inúmeras instituições públicas e privadas.

Trazer à tona o machismo e a naturalização da violência em ambientes que deveriam ser garantidores de direitos fundamentais, tais como a família, a escola, os órgãos de saúde e segurança é oportunizar a reelaboração dos processos de formação de servidores e colaboradores, dos métodos educacionais e do próprio discurso em relação às mulheres, na sua mais completa diversidade, enquanto grupo invisibilizado socialmente.

Entrelaçados, a discriminação por gênero, o capacitismo e o racismo são resquícios de uma violência naturalizada pela sociedade colonizada, que insistem em sobreviver em espaços públicos e privados, ainda que transmutados de novos conceitos.

6 ASSIMETRIAS DE PODER E AS INSTITUIÇÕES REPRODUTORAS DO CAPACITISMO E DA VIOLÊNCIA

“E a culpa não era minha, nem onde estava, nem como me vestia.

O estuprador era você. O estuprador é você.

São os policiais,

os juízes,

o estado,

o Presidente.

O Estado opressor é um macho estuprador.”

(coletiva feminista chilena Las Tesis)

As entrevistas realizadas trouxeram narrativas importantes para a compreensão das vulnerabilidades das mulheres com deficiência. Cada narrativa, cada frase marcam os processos de violência que são inúmeros ao longo da vida dessas mulheres. Do nascer até a vida adulta, a pessoa com deficiência atravessa, em cada fase, tipos diversos de violações aos seus direitos fundamentais. Suas integridades física e psicológica são a todo tempo postas à prova em razão do capacitismo estrutural, mesmo que as vítimas não tenham, muitas vezes, a consciência de que sofrem violência.

Bullying, assédio moral e sexual, violência física, sexual, financeira ou psicológica são, cotidianamente, registradas por essas pessoas nos vários ambientes em que transitam. Seja na família, na escola, nas instituições religiosas, comunitárias ou laborais, a violência transfigurada em capacitismo ainda é fruto de um discurso desumanizador de invisibilização produzido ao longo dos últimos séculos.

Mesmo com a implementação da CDPD o discurso machista e capacitista domina os ambientes familiares, escolares, laborais e religiosos, excluindo as pessoas com deficiência. Ainda que frequentem os ambientes sociais, essas pessoas continuam a ser vistas como menos capazes de contribuir para a sociedade.

A visão da deficiência ligada, historicamente, à questão da incapacidade deve ser desconstruída. Atitudes discriminatórias em relação às capacidades, à raça, gênero,

classe social que insistem em permear a sociedade e oprimir grupos vulneráveis, precisam ser descortinadas e coibidas social e juridicamente.

As pessoas com deficiência passam por um julgamento prévio de suas capacidades e são tidas como incapazes de executar alguma tarefa ou de usufruir de algum direito, antes mesmo que elas sejam consultadas a respeito de suas habilidades. Esses julgamentos e condutas discriminatórias são também tratados por Fiona Campbell (2008, p. 5) “como conjunto de suposições e práticas que promovem o tratamento diferencial ou desigual de pessoas por causa de deficiências reais ou presumidas”²⁶.

Em pesquisa que relaciona os sistemas de opressão exercidos sobre crianças e pessoas com deficiência, Laureane de Lima Costa *et al.* (2022, p. 513) fazem análise comparativa precisa quanto ao capacitismo e o adultismo sofridos por essas pessoas.

Assim como as crianças em relação a pessoas adultas, as pessoas com deficiência também são entendidas como incapazes quando comparadas ao padrão-ouro, que é o sujeito adulto sem deficiência. Ignora-se a ideia de que todas/os podem ter deficiência ao longo da vida, além da variação de nossas capacidades no decorrer do tempo.

Entrelaçando as vulnerabilidades trazidas pelo gênero, raça e pela condição de pessoa com deficiência, pode-se afirmar que as mulheres com deficiência sofrem pela discriminação em relação ao gênero e também pela deficiência, presentes em todas as classes das sociedades moldadas dentro de um sistema patriarcal. Outros marcadores sociais também são importantes fatores discriminatórios, tais como classe social, religião, etnia etc.

Nesse emaranhado de marcadores sociais é fundamental compreender a interseccionalidade presente nas análises realizadas no desenvolver deste trabalho. A interseccionalidade permite uma compreensão complexa dos processos discriminatórios, não sendo apenas vistos de forma isolada ou como um processo em que as discriminações são adicionadas de forma a se medir vulnerabilidades específicas. Nesse entendimento, “abraça-se a complexidade dos cruzamentos dos

²⁶ [...] a network of beliefs, processes and practices that produces a particular kind of self and body (the corporeal standard) that is projected as the perfect, species-typical and therefore essential and fully human. Disability is cast as a diminished state of being human.

processos discriminatórios e a partir daí se busca compreender as condições específicas que deles decorrem” (Kyryllos, 2020, p. 1).

Muitas condições as quais são expostas as mulheres com deficiência facilitam a reprodução desse tipo de agressão. O isolamento social imposto pelo capacitismo e pela falta de acessibilidade para a locomoção, a dependência de cuidadores e acompanhantes, a falta de credibilidade das falas dessas mulheres, sobretudo as com deficiência intelectual, e a baixa capacidade de percepção do abuso são fatores que as tornam mais suscetíveis ao abuso sexual e físico (Mello; Nuemberg, 2012, p. 647).

Assim, a deficiência passou a ser considerada uma experiência de opressão e imposição social. Na perspectiva feminina, foram enfrentados desafios vários, entre os quais, as necessárias mudanças de paradigmas quanto às desigualdades sofridas pela deficiência e pela discriminação de gênero. Mulheres com deficiência, além de terem menos acesso à proteção contra a violência sexual e outras ofensas, com frequência, são menos capazes de se defender. Os agressores, comumente, são provedores, cuidadores ou pessoas de quem elas dependem para ajuda física ou financeira. (Passos, Teles; Oliveira, 2019, p. 155).

Para Saffioti (2015), os eixos basilares da sociedade estão distribuídos entre o gênero, a raça/etnicidade e as classes sociais. “Essas contradições tomadas isoladamente, apresentam características distintas daquelas que se pode detectar no nó que formaram ao longo da história.” (Saffioti, 2015, p. 83).

Ao direcionar o pensamento das autoras para a área dos direitos das pessoas com deficiência, considerando todas as interações de vulnerabilidades, pode-se afirmar que a interseccionalidade é indispensável para análise de quaisquer violações de direitos humanos que envolvam tal grupo. Embora a visão interseccional tenha surgido com o movimento feminista negro, ela não somente se aplica a situações de mulheres negras, mas também serve de suporte para a violações a direitos de homens em situações de vulnerabilidades, tais quais os homens com deficiência.

Saffioti (2015, p. 122) é precisa ao apontar os motivos pelos quais o gênero está na base das outras discriminações e de todo sistema opressor social.

Quando se consideram os embriões de classe, pode-se retroceder às sociedades escravocratas antigas. Mesmo neste caso, as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gendrado. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade composta e nova que resulta dessa fusão.

A partir das opressões sistematicamente sofridas pelas mulheres com deficiência, impõe-se a sua exclusão social, financeira, educacional e laboral. Com baixas escolaridade e qualificação profissional, dificilmente elas conseguem deixar a situação de pobreza para alcançar níveis mais elevados de emprego e renda.

A feminilização da pobreza é um efeito violento do mandato moral e moralizador de redução da mulher à sua posição subordinada aos homens, que recorrem a todos os tipos de violência, seja física, psicológica ou sexual para que elas sejam mantidas nas classes mais baixas de emprego e renda. As mulheres com deficiência são frequentemente afetadas por esse processo de empobrecimento global.

Essa invisibilidade social das mulheres com deficiência no Brasil precisa ser compreendida como consequência do processo colonial e da modernidade tardia dos países considerados periféricos. Diferente das sociedades modernas centrais, nas quais “o valor conferido à igualdade aparece, indubitavelmente, como o de um elemento fundante de instituições e práticas associadas às emergências do capitalismo e do individualismo liberal” (Moreira, 2010, p. 127).

Moreira (2010, p. 128) afirma que:

Nas sociedades periféricas, ver-se-á mais detidamente, o fato da igualdade nunca efetivamente existiu como fonte (imaginária) da constituição da comunidade. [...] o que há de fato nestas sociedades é a prevalência das hierarquias, das relações personalistas e de parentesco, da apropriação privada do público, da lei como expressão de privilégios, afinal da “naturalização da desigualdade” e da “construção da subcidadania”.

A manutenção das mulheres com deficiência nas camadas periféricas e na condição de exclusão social está intrinsecamente atribuída ao discurso que as emoldura como pessoas desprovidas de humanidade, como objetos de posse.

Para Michel Foucault (2019), o discurso é aquilo pelo qual se luta, é o poder que se pretende apoderar, é muito mais do que se pode compreender com as lutas ou com os sistemas de dominação. O discurso é capaz de empoderar ou de silenciar, incluir ou excluir por meio de construções e repetições que consolidam certa maneira de pensar determinada condição de um sujeito.

O discurso precede o sujeito a ser excluído/incluído. Este precisa ser captado, governado e moldado em suas atitudes, no seu modo de ser e se portar, tornando-se aquele sujeito esperado pela sociedade dominada pelo discurso.

Para Foucault (2019, p. 6) a produção do discurso na sociedade sempre vai sofrer controle, seleção, organização e redistribuição por determinados meios que tem por objetivo “conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

O adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, distribuir, avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história essa figura singular, individualizada – o homem – como produção do saber. (Foucault, 2015, p. 26).

O filósofo trata da exclusão como meio de cerceamento do discurso. Quando se trata da violência sexual, essas posturas são ainda mais acentuadas devido ao modo como a sociedade conduz, de forma equivocada, a questão da violência sexual e da deficiência. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa.” (Foucault, 2019, p. 6).

Dos três grandes sistemas de exclusão que atingem o discurso, a palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, foi do terceiro que falei mais longamente. É que, há séculos, os primeiros não cessaram de orientar-se em sua direção; é que, cada vez mais, ele procura retomá-los, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los; é que, se os dois primeiros não cessam de se tornar mais frágeis, mais incertos na medida em que são agora atravessados pela vontade de verdade, esta, em contrapartida, não cessa de se reforçar, de se tornar mais profunda e mais incontornável. (Foucault, 2019, p. 11).

A biopolítica como forma de regulamentação da sociedade vai exercer o domínio não somente dos corpos individuais, mas também de toda a sociedade. Para Foucault

(2010, p. 204), trata-se de um poder de controle das massas, voltado “não para o ‘homem-corpo’, mas para o ‘homem-espécie’”.

Foucault (2010, p. 205) afirma que a biopolítica não intervém somente em questões ligadas à saúde da população, mas, para além desse campo, ela atua também em fenômenos naturais e acidentais, como a velhice, as doenças e as diversas anomalias que atingem os indivíduos, assim com os acidentes que provocam sua incapacidade e a conseqüente saída da produtividade.

A exclusão social de grupos invisibilizados pode ser compreendida sob a ótica foucaultiana, como parte do sistema de biopolítica, que disciplina os corpos e regulamenta a sociedade por meio de microssistemas de poder, presentes nas instituições e nas relações pessoais.

6.1 ACHADOS DE PESQUISA: QUANDO O CAPACITISMO E A VIOLÊNCIA NA FAMÍLIA TORNAM AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA MAIS VULNERÁVEIS À VIOLÊNCIA SEXUAL.

O primeiro contato do sujeito com o mundo se faz por meio da família. Seja qual for a sua constituição, a família marca a formação do sujeito, ainda quando ausente em sua vida. De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), produzido em 2021 e que envolveu 42 países, “as crianças com deficiência estão em desvantagem em comparação com crianças sem deficiência na maioria das medidas de bem-estar infantil” (Unicef, 2021).

De acordo com o relatório, se comparadas às crianças sem deficiência, as crianças com deficiência têm: 24% menos probabilidade de receber estimulação precoce e cuidados responsivos; 42% menos probabilidade de ter habilidades básicas de leitura e numeramento; 25% mais probabilidade de sofrer de desnutrição aguda e 34% mais probabilidade de sofrer de desnutrição crônica; 53% mais probabilidade de apresentar sintomas de infecção respiratória aguda; 49% mais probabilidade de nunca ter frequentado a escola; 47% mais probabilidade de estar fora do ensino fundamental I, 33% mais probabilidade de estar fora do ensino fundamental II e 27% mais probabilidade de estar fora do ensino médio; 51% mais probabilidade de se sentir infelizes; 41% mais probabilidade de se sentir discriminadas; 32% mais probabilidade de sofrer castigos corporais severos.

Essa desvantagem em relação às outras crianças se deve ao capacitismo estrutural que cria falsas ideias em relação às crianças com deficiência e as pessoas que, mesmo que já tenham passado da infância, passam a apresentar uma deficiência em razão de alguma doença, acidente ou violência sofrida. O estereótipo da pessoa com deficiência enquanto sujeito incapaz ainda é forte na sociedade, e produz corpos e mentes aprisionados a um modelo que já deveria estar abolido do contexto social.

A construção do discurso capacitista está enraizada às ideias de patriarcado e de capitalismo trazido pelos colonizadores. Na lógica do capital é preciso controlar os corpos, é preciso controlar a sexualidade, a reprodução da mão de obra e evitar, por meio do aborto seletivo (eugênico), o nascimento de pessoas incapazes de mover a máquina produtiva e que representem custos adicionais para a família e para o estado. Nos países onde o aborto é permitido, as mães de fetos que apresentem alguma deficiência são encorajadas a abortar, reduzindo o número de pessoas que apresentam deficiência congênita.

A compreensão de que existem barreiras que são impostas socialmente é necessária para o entendimento de que mulheres com deficiência ocupam um lugar de exclusão social, produzido pelo entrelaçamento de ideias patriarcais com as ideias capacitistas, trazidas pelos colonizadores. Apesar de o termo capacitismo ter sido criado recentemente, a sua base excludente com ideias de inutilidade da pessoa com deficiência vem desde os séculos passados.

Por meio do discurso capacitista reproduzido em princípio pela família e depois nas instituições pelas quais a pessoa irá transitar ao longo de sua vida, tais como a escola, instituições religiosas, clínicas médicas, locais de trabalho, associações comunitárias, entre outras, a formação do sujeito fica prejudicada em relação aos que não sofrem com o capacitismo declarado ou velado.

Nas falas das entrevistadas, é fácil a detecção das ideias capacitistas com as quais foram criadas e conviveram em suas vidas. Leonora e Gabriela, mulheres com cegueira congênita relatam a exclusão sofrida em suas famílias.

Eu tive outros preconceitos porque eu não sou filha verdadeira dessa família. A minha mãe morreu e essa família me criou. Não fui uma filha que eles quiseram adotar, eu fui uma filha que chegou pra ficar na família deles. Porque a irmã do meu pai, do meu tio, que era minha mãe. Então eles me pegaram, **criaram a mim e a minha irmã, duas cegas**. Porém, **tudo de errado que acontecia, a culpa era minha**. Mas assim, eu não tive essa superproteção. É engraçado isso porque é **uma superproteção, mas uma proteção descrente, sim**. É, é uma coisa assim. **Eu te protejo porque você é incapaz, você não entende nada, você é uma pessoa inútil**. (Leonora, 2024, grifo nosso).

Gabriela viveu situação semelhante, com a descrença da família em suas capacidades. A família aparece nesses depoimentos como a primeira instituição opressora em razão da deficiência de algum de seus membros.

Está aqui a Leonora que não me deixa mentir. **Mas o maior descrédito da pessoa com deficiência tá dentro de casa**. Impressionante. Mas o descrédito maior sofrido pela pessoa com deficiência começa dentro de casa e **às vezes a gente consegue conscientizar, consegue é adentrar nas questões sociais e de esclarecimento às pessoas lá fora, mas a família continua. O mesmo pensamento com o mesmo ideal de excluir com a mesma maneira de recriminar**. (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Nas falas de Regina é possível detectar que a violência esteve presente em sua casa desde que “se entende por gente”. Ela teve na figura do irmão mais velho a reprodução do modelo violento do pai, que também agredia sua mãe e suas irmãs. A mãe era submissa ao primogênito ao ponto de nem sequer lhe apresentar a intimação para comparecer à delegacia e prestar depoimento sobre as constantes violências contra a irmã com deficiência.

A violência familiar exposta por Regina traduz a violência familiar conceituada por Saffioti (2015, p. 78) na qual o homem é a figura central de poder e conta com a proteção da ideologia de defesa da família, “que chega a impedir a denúncia, por parte de mães, de abusos sexuais perpetrados por pais contra seus(suas) próprios(as) filhos(as), para não mencionar a tolerância, durante anos seguidos, de violências físicas e sexuais contra si mesmas”.

Então, **até os meus 13, 14 anos eu apanhei no meu irmão**. Então hoje eu tenho uma ferida muito grande no meu coração, porque eu tenho um irmão que simplesmente não me amou como irmã. **Eu vivia marcada, vive roxa. Eu tinha que ir para a escola de blusa de frio porque eu tinha medo que as pessoas vissem meus braços e minhas pernas marcadas**. Até o dia que eu falei, chega e fui na delegacia e denunciei o meu irmão. **E aí a moça me perguntou, desde quando que ele te bate? Eu falei, desde que eu me**

entendo por gente. [...] Ele chegou a ser chamado, **mas a minha mãe escondeu a intimação e não mostrou pra ele** (segura o choro) Mas já foi polícia na minha casa. **Minha mãe falava pra perdoar**, porque ele era meu irmão. [...] E eu tive aqui, na minha infância, essa área masculina muito machucada porque o meu pai batia na minha mãe. Meu pai morreu, minha mãe eu tinha que defender. É a minha mãe do meu pai. **Meu irmão queria bater na minha mãe, avançava em cima da minha mãe e queria bater nela.** Com isso, eu nunca tive muitos relacionamentos bons, **meus relacionamentos sempre foram conturbados, porque eu já tinha uma ferida no meu coração.** (Regina, 2024, grifo nosso).

Presente nas falas de Leonora, Geovana e Regina, a violência física e moral pode ser compreendida como parte de um sistema maior, de imposição do masculino sobre o feminino e de uma hierarquia de poder dentro das famílias.

Para Regina, as lembranças das marcas roxas no corpo, a violência contra ela e sua mãe, e a “ferida muito grande no coração” que carrega até hoje, demonstram que a violência física vai além de que somente marcas que podem desaparecer com o tempo. Ela demonstra uma hierarquia patriarcal que deve ser diariamente renovada com a subordinação da vítima, como leciona Segato (2003, p. 107).

A violência física nunca se apresenta sozinha, a subordinação do corpo ao outro traz em seu bojo a violência psicológica, tratada por Rita Segato (2003, p. 107) como violência moral, que se mobiliza por meio de um conjunto de mecanismos legitimados pelo hábito para garantir a manutenção desse status de prevalência do masculino sobre o feminino. Esse tipo de violação de direitos também se apresenta para reafirmar hierarquias de poder em outras ordens sociais, tais como raça, etnia, classe, regionalismo etc.

Érica relata a incredibilidade de sua mãe em relação às suas narrativas sobre os assédios sexuais sofridos. O fato de ter sofrido assédio é “desculpado”, na fala de sua mãe: “eles te acham diferente”. Como se viver em um corpo diferente pudesse autorizar o outro a assediá-la. Essas situações de amenizar as violações sofridas transferindo a culpa para a condição de diferença do outro é atitude comum nas famílias.

E principalmente quando a gente está falando de, por exemplo, minha deficiência, que é uma deficiência passável. Não é que, ou seja, as pessoas não detectam inicialmente. Então, **quando acontece algum tipo de assédio. Já aconteceram vários assédios assim comigo, que eu fui comentar com**

minha mãe e tal, ela meio que tipo descredibilizou, sabe? Ah, é porque eles te acham diferente, né? Você é assim, então não é assédio, assédio de verdade. (Érica, 2024, grifo nosso).

Pode-se perceber na fala de sua mãe: “É porque você é assim, eles te acham diferente”, que os antigos conceitos do corpo diverso, sob os aspectos físico da deficiência (corpo aleijado) e do sexo (mulher travesti) tornam-na um ser cujo corpo pode ser violado e assediado, sob argumento de uma suposta curiosidade, sem que isso represente a conduta “assédio sexual” propriamente dito e penalmente punido.

Essa leitura provoca que outras corporalidades além da deficiência sejam lidas como ininteligíveis ou atípicas, em uma hierarquia de corpos onde, no quadro das gradações, os corpos atípicos das pessoas com deficiência estão no topo da estrutura capacitista. Por isso, é correto a analogia do capacitismo estar para as pessoas com deficiência, como o racismo está para as pessoas negras e indígenas, o adultocentrismo para as crianças e adolescentes, e o sexismo para as mulheres e pessoas travestis, trans e intersexo. (Moreira, 2022, p. 3.951).

A questão da monstruosidade, que confronta o saber médico e passa a encenar os emblemas jurídicos do século XIX, como tratada por Foucault (2013, p. 54-56), permite compreender que a desvalorização do corpo diferente é prática antiga e ainda hoje reproduzida dentro das famílias, com discursos que desencorajam a pessoa a buscar seus direitos a manter sua integridade física e moral, ao corpo, à sua sexualidade, à sua identidade de gênero. “É um misto de dois sexos: quem é ao mesmo tempo homem e mulher é um monstro.” (Foucault, 2013, p. 54).

Amanda também se idêntica com uma mulher lésbica e relata que sofreu em relação à sua família após o momento de assumir sua sexualidade. Ao ser perguntada sobre quem era a Amanda e qual seu contexto de vida, a sua resposta destacou a questão da sexualidade e da neurodivergência como pontos de preconceitos.

Nem sei. Ai que dificuldade de responder essa pergunta, contexto. Venho de uma família classe média. De certa forma assim, **fui muito, muito protegida em muitas questões.** Mas por conta do autismo e neurodivergências ao mesmo tempo, fui exposta sempre a uma série de preconceitos. A questão da sexualidade também, né? Porque estou numa **relação homoafetiva**, então, **sempre ao mesmo tempo que cresci nessa bolha protegida, em dado momento, ela se partiu e estou sempre exposta a uma série de preconceitos e várias questões, né?** Me preocupo com essas questões e **tenho que te lutar, fazer um pouquinho para que o mundo seja um pouco diferente.** (Amanda, 2024, grifo nosso).

As pessoas cujos corpos e mentes não se enquadram em um perfil corporal e comportamental binário, acabam por representar uma afronta à sociedade engessada em padrões excludentes.

Ao adequarmos o corpo intersexo a uma racionalidade binária, ele assume de modo compulsório uma transgeneridade imposta pela cisgeneridade. Dessa forma, o corpo que opera dentro de outras perspectivas é acionado por gramáticas do capacitismo para ganhar fluência no CISTema binário mandatário. Com efeito, o corpo intersexo que poderia ou não ter uma leitura dentro da binariedade, é colocado compulsoriamente em um mundo não pensado para ele. (Moreira *et al.*, 2022, p. 3.952).

Compreender a dinâmica da violência contra as mulheres com deficiência e os motivos pelos quais elas são, proporcionalmente, mais vitimadas sexualmente que as mulheres sem deficiência, é essencial para a elaboração de uma política pública eficaz de proteção para esse grupo.

Ainda que nesta tese não estejam envolvidos relatos de crianças, outras pesquisas e trechos das falas das entrevistadas deixam a certeza de que a falta de conhecimento do próprio corpo as torna vulneráveis diante de seus algozes. Elas precisam entender que a deficiência não vai livrá-las do abuso, ao contrário, vai deixá-las ainda mais vulneráveis aos abusos.

As famílias constantemente não permitem que as pessoas com deficiência tenham acesso à educação e o conhecimento sobre o seu próprio corpo, como se fossem seres imaculados. Dessa atitude egoística e discriminatória tem-se consequências que tornam essas pessoas vítimas em potencial dos violadores sexuais.

A primeira se deve à falta de conhecimento do próprio corpo, de suas partes íntimas como locais que devem ser protegidos de estranhos. Quais partes somente podem ser tocadas pela mãe ou responsável pelo banho. Quando o toque é carinho e quando é abuso. Os métodos conhecidos de aproximação de estranhos oferecendo presentes, guloseimas e outros brindes em troca de favores sexuais.

Para Leonora e Gabriela, que nasceram cegas, a falta de educação sexual as deixou vulneráveis às diversas formas de violência. O desconhecimento em relação às mudanças corporais, ao ciclo menstrual, à forma em que se dão as relações sexuais,

sobre o corpo do homem e seus órgãos sexuais para que elas pudessem usufruir de uma vida sexual saudável, provocou situações em que elas sofreram violências que marcaram suas vidas.

Você se lembra disso, Gabriela? Você chegou para minha tia lá no Braille uma vez e falou, **você tem que ensinar ela, a senhora tem que ensinar a elas porque elas vão menstruar.** (Leonora, 2024, grifo nosso).

Elas eram pequenininhas, eu tinha uns 8 para 9, 10 anos. (Gabriela, 2024).

O capacitismo dentro da família de Leonora pode ser destacado nas atitudes de sua tia que ignorava que seu corpo e de sua irmã eram humanos, que elas se tornariam mulheres, independentes de sua condição de deficiência.

E aí a minha tia falou assim, vão né? Ela nem pensava nisso. E o que é que aconteceu? **Como eu era o saco de pancadas da família.** Uma vez ela me deu uma **surra tão grande, tão grande, tão grande.** No outro dia, alguém comentou comigo Leonora, sua bermuda, está toda suja de sangue. Eu pensei, minha nossa senhora, **a surra dela estourou alguma coisa dentro de mim.** Estourou alguma coisa dentro de mim e agora eu estou sangrando desse jeito. [...], Mas depois sumiu, depois voltou de novo. Aí quando voltou de novo, é dessa vez eu não apanhei, o que será que tá acontecendo? **E eu demorei para chegar para minha tia e falar o que tinha acontecido.** [...] Então, imagine uma pessoa que é cega, você vai botar a mão, criança, mas pode ficar mexendo aí não. **Menina, para de mexer aí menina! É crime você mexer na pepeca!** (Leonora, 2024, grifo nosso).

A docilização do corpo da mulher, desde a infância, passa pela disciplina da família e das instituições. Foucault (2015, p. 21) afirma que a disciplina funciona como uma técnica que produz refinado controle sobre o corpo, garantindo que seja submisso ao poder que lhe impõe comportamento de docilidade e utilidade. Ao menino é possível o toque do corpo desde a tenra idade, reafirmando sua virilidade a todo tempo, para a menina, o toque e a masturbação ainda são tabus sociais.

A sexualidade da criança é o engodo por meio do qual a família sólida, afetiva substancial e celular se constituiu e ao abrigo do qual a criança foi subtraída da família. A sexualidade das crianças foi a armadilha na qual os pais caíram. [...] Ela foi um dos instrumentos de troca que permitiram deslocar a criança do meio de sua família para o espaço institucionalizado e normalizado da educação. (Foucault, 2013, p. 225).

Bourdieu (2021, p. 141) reforça a ideia de que a família é a detentora do papel primordial de reproduzir a assimetria de poder entre homens e mulheres, garantindo

a permanência da dominação masculina por meio da divisão sexual do trabalho e de sua legitimidade, que é ratificada pelo direito e está inscrita na linguagem.

Leonora, ao falar de sua vida e as suas experiências no início da puberdade, relembra os caminhos da violência familiar e da falta de conhecimento sobre o próprio corpo, frutos do capacitismo de sua família. Se a pessoa cega usa o tato para conhecer e se familiarizar com o corpo e os objetos, como proibir o toque em seu próprio corpo?

Só conheci um pênis quando eu me casei. **Eu não tinha a menor ideia de como que era. Não tinha ideia.** Eu sabia que tinha relações e tudo. As pessoas falavam assim pra ter cuidado quando perder o *** (se referindo ao hímen). Aí eu pensava assim, gente, eu tenho as minhas pernas, não é? O homem tem um pênis, ele entra assim (fazendo movimento com os braços em direção as coxas). Onde será que tá esse ***, meu Deus? Eu passo o braço e não acho nada. Eu não sabia que o negócio era pra cima, assim, ó. (Leonora, 2024, grifo nosso).

Hoje, Leonora compreende que sua noite de núpcias foi uma cena de violência sexual, pois se casou totalmente ignorante quanto ao rito de uma relação sexual, e vulnerável em relação ao marido, homem vidente, que não lhe dispensou a menor consideração. Nem mesmo pode contar com o apoio de sua sogra para ajudá-la em momento tão delicado.

Então, hoje eu considero que a **minha noite de núpcias foi uma violência.** Por quê? Eu não tinha a menor ideia, eu não tinha a menor ideia. E ele foi e pá entrou mesmo. Feliz da vida fez tudo o que ele tinha para fazer. **E as minhas lágrimas escorrendo assim de dor, dor.** E eu cheguei depois para minha sogra e falei, bem assim, eu estou com muita dor, eu não aguento, eu não aguento nem sentar direito. Aí ela falou, bem assim, você está com cistite. Eu vou comprar um remédio para você. Quando ela comprou, eu me lembro até hoje, ele se chama Uropac. Opa, tomei esse remédio. Acho que dois dias, no segundo dia caiu uma bola de sangue dentro do vaso do tamanho de uma batata. **Nada disso a gente entende com violência, a gente pensa assim, essa foi a minha história de perder a virgindade, né? Foi assim.** (Leonora, 2024, grifo nosso).

O fato de crescerem sem ter conhecimento e sem informações sobre sua sexualidade é comum entre as mulheres com deficiência, o que as torna mais vulneráveis e desprotegidas em relação aos abusadores.

Foi péssimo a minha a minha primeira vez também. **Eu acredito que eu também fui violentada na primeira vez.** [...] Que o homem violenta a mulher logo quando casa ou quando fica pela primeira vez. (Leonora, 2024, grifo nosso).

Nos casos relatados por Gabriela e Leonora, os próprios maridos foram seus abusadores porque, embora consentido o ato sexual, a violência com os quais se desenrolaram não foi nem sequer imaginadas por elas. “A questão do tabu em relação a temas sobre sexo, como foi dito, é ainda maior do que para o restante das pessoas, por não acreditarem que elas poderão ou mesmo deverão ter uma vida sexualmente ativa.” (Marques, 2018, p. 37).

Sim, mas a minha primeira vez foi assim também, eu fui conhecer um pênis, eu tinha 19 anos. **Até então, não sabia o que era o pênis.** Quando eu botei a mão que eu vi aquela *** enorme, aquele desgraçado, vindo pra cima de mim com aquele trem esquisitão, eu falei, caraca, isso aqui que é o ***? Aí ele era daquele jeito maluco de ser, e ele, o xxx, **ainda reconheceu que eu perdi a minha virgindade da pior maneira possível.** Assim, eu acho que não foi certo, **foi péssimo. E, ele enxergava.** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Gabriela também compreende, hoje, que foi estuprada em sua primeira vez. Essa violência sexual naturalizada no casamento, faz com que os homens pensem que podem tratar suas mulheres com violência, pois entendem que seus corpos lhes pertencem.

Aí você vê aquela cena de novela, eu pensava na primeira noite e pensava que o sexo era coisa boa. **Mas eu não imaginava que dentro de mim existe um negócio chamado hímen e que depois que esse hímen é rompido, que é o famoso *** que eles falavam.** Eu ficava procurando na minha vagina assim, onde que é o *** aqui? Será, hein? Será que é que é aqui fora, né? **A minha vagina é fechadinha, nunca entrou nada aqui dentro. Eu acho que é isso aí eu pensava que quando a minha virgindade fosse estourada, a minha vagina ia ficar abertona, ia ficar um buraco.** Era assim que eu pensava. Só quando o hímen é rompido, é que a gente perde a virgindade. **E foi da pior forma possível,** porque ... era muito doido, entendeu assim, eu guardei dezenove anos para dar pro sujeito que, sinceramente, tá, foi péssimo. **E a gente que é cega, de nascença ainda.** Miserável, foi o sangue na hora, na hora. **Saiu sangue, eu até pensei que eu estava menstruada.** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Leonora somente conseguiu reconhecer a violência sexual sofrida em sua “lua de fel” durante a nossa conversa. Essa naturalização da violência sexual durante o primeiro ato sexual da mulher, faz com que muitos traumas e sequelas corporais possam vir a aparecer após o evento.

Gabriela e Leonora são exemplos de como a naturalização da violência contra a mulher com deficiência retira da pessoa a percepção da agressão sofrida. Durante a entrevista, apenas quando o assunto específico da violência cotidiana e naturalizada

foi abordado especificamente é que elas chegaram à conclusão de que haviam sido abusadas sexualmente por seus parceiros. Das falas “Eu acredito que eu também fui violentada na primeira vez” (Gabriela) e “Então, hoje eu considero que a minha noite de núpcias foi uma violência” (Leonora), é possível perceber que somente após muitos anos de suas primeiras relações sexuais foram verdadeiros estupros.

Essas falas também reforçam uma passagem relatada por Segato (2003, p. 132), em ocasião de entrevistas realizadas pela antropóloga sobre a violência de gênero. Ao perguntar, de forma genérica, para as mulheres se elas sofriam violência doméstica, as respostas eram negativas, mas ao serem indagadas sobre os tipos específicos de violência (moral, física, psicológica, patrimonial, sexual), elas se compreendiam como vítimas da violência doméstica. “Isso mostra claramente o caráter digerível do fenômeno, percebido e assimilado como parte da ‘normalidade’ o, o que seria pior, como um fenômeno ‘normativo’, que faz parte de um conjunto de regras que criam e recriam essa normalidade.”²⁷

A violência perpetrada pelo marido foi uma constante na vida de Gabriela, durante seu casamento. Seu corpo era desrespeitado enquanto estava sob efeito dos medicamentos para ansiedade, totalmente vulnerável.

Olha, eu vou te falar uma coisa aqui, já que começou de casamento. É, eu tive problemas de ansiedade, crise de ansiedade muito sérias. Eu tomava um remedinho. Você acredita que **meu marido transava comigo eu dormindo**. E eu fui descobrir que isso era violência, porque eu **comentei com a minha médica e a médica falou que eu não podia aceitar isso, porque é violência, é estupro ou vulnerável**. [...] meu marido me pegava dormindo, e eu acordava toda ***** , toda nojenta. Não vi nada, não sei o que ele fez, deixou de fazer. Se ele pegou atrás, se pegou na frente aí. (Gabriela, 2024, grifo nosso).

A conversa com sua médica a fez entender que sofria estupros durante a noite, quando estava sob efeitos de medicamentos. A atitude da médica reflete a importância de profissionais de saúde comprometidos com os cuidados e qualificados quanto à condição de deficiência e vulnerabilidade de suas pacientes.

²⁷ *Eso muestra claramente el carácter digerible del fenómeno, percibido y asimilado como parte de la “normalidade” o, lo que sería peor, como un fenómeno “normativo”, es decir, que participaría del conjunto de las reglas que crean e recrean esa normalidad.*

Você não pode permitir isso. Você precisa entender o seguinte, sexo é os dois, os dois participando. **Você não é objeto de seu marido.** A partir de hoje, você vai dizer não. Você vai chegar para ele e vai dizer, olha, eu não quero que você faça sexo comigo. Ah, mas ele é meu marido, Gabriela, ele é **seu marido, não é seu dono.** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Essa narrativa acima, pode ser alocada no pensamento da antropóloga Rita Segato (2003, p. 144) quando menciona que uma das estruturas elementares da violência está na tensão irreduzível e constitutiva entre dois sistemas, o de *status* e o de contrato. A autora menciona que o sistema de *status* tem sua base na usurpação do poder das mulheres pelos homens, garantindo a subordinação delas a eles. A mulher, por sua vez, busca ocupar o espaço social, não aceitando o papel social que lhe é atribuído de submissão a ordem do masculino.

Por outro lado, o cuidado demasiado da família pode contribuir para que a mulher com deficiência se torne mais propícia a ser uma vítima sexual. A superproteção paterna é abordada por Vanessa, em pequeno trecho em que retrata uma lembrança de seu pai.

A gente se dava super bem, conversava, mas eu **acho que ele era um pouco superprotetor** assim. Ele me mimava, sabe? Eu não sei exatamente. Era coisa de pai mesmo, não é? Porque eu era mais nova também. (Vanessa, 2024, grifo nosso).

O capacitismo na família, ainda que venha em forma de carinhos e de superproteção, é um dos fatores de vulnerabilização das pessoas com deficiência. É preciso repensar uma educação dentro dos lares para que possa preparar as crianças com deficiência para uma fase adulta, dentro da realidade de vida diária. O cotidiano é cercado de imposições pela competição de mercado, pela violência de gênero, pelo capacitismo estrutural, pelo racismo e pelas diversas violências a que uma pessoa com deficiência está sujeita. As pessoas com deficiência precisam de uma educação de empoderamento para a autonomia e independência, para que desenvolvam suas habilidades da melhor forma possível.

6.2 O CAPACITISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL: QUANDO A ESCOLA, AS IGREJAS E OS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA REPRODUZEM AS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA

A escola, depois da família é uma instituição de poder. Nela, a criança, logo em seus primeiros anos de vida será convocada a se enquadrar nos moldes sociais padronizados. A escola é ambiente de produção de sujeitos disciplinados, que fabrica indivíduos dentro da lógica capitalista de docilização dos corpos e da hierarquização dos sujeitos.

Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos com saberes e os poderes que eles trazem consigo. [...] O que é afinal um sistema de ensino se não uma ritualização da palavra; se não uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; se não a Constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; se não uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes? (Foucault, 2014, p. 42).

Na escola, a violência pode vir da própria instituição, dos professores, dos colegas e até de outros pais que acreditam no discurso de que uma criança com deficiência na escola pode atrapalhar o desenvolvimento das demais. Nas falas de Vanessa é possível detectar que a escola a via como uma criança despadronizada, “louca” ou “endemoniada”, tendo em vista o seu encaminhamento à igreja ou ao neurologista. Nos fatos relatados por ela, é possível perceber que a escola, os professores e os alunos produziam contra ela violências cotidianas.

Na escola, os **professores falavam que eu tinha que ir para a igreja e ou neurologista**, porque achavam que eu tinha problema na cabeça. Achavam que era a filha do **demônio** ou não sei o quê, entendeu? (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Os colegas também não a poupavam do *bullying*, protegidos, de certa forma, pela inércia dos professores. As salas especiais eram verdadeiros depósitos de crianças que não se enquadravam na aprendizagem tradicional.

Ah, então, eu *sofria bullying*. Só que os professores não faziam nada. [...] A única educação inclusiva que tinha na minha época era tipo jogar a criança numa sala especial, né? Não sei para que que essas ***** existem, desculpa a palavra, mas... eu nunca vou me esquecer que eu estava na frente da sala especial, chegou uma mãe com um menino. Eu era criança também. Aí a mãe, tipo, meio que jogou ali na sala, tipo, entra aí na sala, jogando assim. Aí

eu perguntei, mas porque que ele está entrando assim na sala especial? (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Amanda experimentou o capacitismo da escola, devido ao fato de ser autista com altas habilidades e com dislexia, o que descortinava a falta de preparo e empatia dos profissionais para lidar com sua neurodivergência.

O capacitismo na escola era muito, era muito forte. Na minha série tinha turma de inclusão. Tinha eu e mais um outro menino, né? Eu que já professores literalmente **não sabiam o que fazer comigo** porque eu tinha a questão da dislexia, tinha dificuldade em algumas coisas. Por outro lado, tenho as altas habilidades, né? Então eu estava sempre nos dois lados da turma não sabia o que fazer comigo, não sabiam como lidar. (Amanda, 2024, grifo nosso).

O capacitismo é uma espécie de violência moral pois atinge, invisivelmente, toda a vida da pessoa com deficiência. O reforço das inabilidades e das dificuldades encontradas em razão da deficiência, incapacita o sujeito para a vida independente e autônoma. Para Segato (2003, p. 115), a violência moral contra a mulher

é tudo aquilo que envolve agressão emocional, ainda que não seja nem consciente nem deliberada. Entram aqui a ridicularização, a coação moral, a suspeita, a intimidação, a condenação da sexualidade, a desvalorização cotidiana da mulher como pessoa, de sua personalidade e seus traços psicológicos, de seu corpo, de suas capacidades intelectuais, de seu trabalho e de seu valor moral.

Amanda relata que o período da escola foi muito difícil, porque os meninos abusavam dela com passadas de mão em suas nádegas e outras brincadeiras misóginas, mas a dificuldade de se expressar a impedia de fazer algo para cessar a violência.

Questão na escola com o *bullying* etc., os meninos às vezes ficavam **fazendo muita questão passar a mão na bunda**, ficavam mentindo. Que que tinham ficado comigo, e eu nunca tinha ficado com ninguém. E aí, de repente, **eu tinha uma fama na escola e nunca tinha feito nada**, e foi uma situação muito complicada. Porque você, você às vezes acaba interiorizando em teu corpo, de repente um cara está passando a mão etc. (Amanda, 2024, grifo nosso).

Na continuidade da narrativa, Amanda analisa que foi uma menina “estranha”, que teve seu primeiro ciclo menstrual muito nova e corpo de mulher muito cedo. Para ela, o corpo diferenciado chamava a atenção dos colegas que se aproveitavam de sua inércia para os atos de abuso.

Eu me desenvolvi muito nova. Então eu menstruei quando eu tinha uns 9 anos, eu já tinha o corpo de mulher mesmo quando eu tinha uns 10, 11 anos, eu já tinha peito, já tinha bunda etc. **Eu acho que tinha o fato de ser estranha, um corpo diferenciado.** [...] Um ou outro vinha dar em cima. O primeiro que passou eu não tive reação, não consegui reagir, eu não consegui cortar. E aí as situações cresceram, cresceram. Não é, eu acho que foi um misto, não sei. [...] Acho que não era brincadeira, eles eram cínicos. (Amanda, 2024, grifo nosso).

Em outra situação, Amanda relata que mais uma vez sofreu abuso sexual no ambiente da escola e foi descredibilizada, pois não conseguia apontar ao certo quais meninos haviam praticado o ato.

Você não está reclamando, está gostando? Teve uma situação que eu estava só. **Foi muito marcante**, inclusive. Eu parei de ler por um bom tempo, por conta disso. Eu estava lendo no recreio, dentro da classe. E quando eu leio, eu me concentro, eu perco a noção de tudo que está no meu redor. Eu estava sem noção do que estava acontecendo. Aí quando eu fui levantar o rosto do livro, eu vi que só tinha os meninos na classe **e o menino tinha baixado a minha frente.** Aí eu fechei o livro e saí. **Depois disso piorou muito.** Eu acho que eu tinha uns 11 ou 12 anos. (Amanda, 2024, grifo nosso).

O grupo de meninos abusadores dentro do ambiente escolar reflete o que Segato (2003, p. 33) denomina de uma das três referências que são utilizadas por estupradores ao relatarem suas condutas criminosas: demonstração de força e virilidade perante seus pares na comunidade. Seria o discurso para o outro, onde a exibição da virilidade e da sexualidade é mais importante que o prazer sexual.

A atitude da escola em relação ao fato foi de invisibilização de Amanda e do fato ocorrido. Essa certeza de impunidade que os meninos já experimentam desde cedo contribui para fomentar as relações de abusos sexuais no ambiente institucional.

Eu lembro que eu **até fui falar com a coordenação**, mas eu não sabia quais eram os meninos, mas eu tenho dificuldade também sobre o nome de todo mundo, da minha classe, enfim, aí eu estava todo mundo na classe também não soube identificar, daí eles até passaram a diretora. Ela chamou todos os meninos para conversar uma coisa assim, mas só piorou, **também não aconteceu nada com eles.** (Amanda, 2024, grifo nosso).

Ao ser indagada pela pesquisadora sobre como foi a acolhida da coordenação da escola em relação ao ocorrido, Amanda explica que a situação se inverteu, deixando com ela a culpa pelo ocorrido, como acontece em muitos casos nos quais a mulher é vítima de abusos sexuais.

Acharam muito estranho eu não saber os nomes, eu não sabia explicar direito, mas é que tem a questão do autismo, sabe? Ouviram, tentaram fazer por pouco, né? E na época eu achei que estava OK, mas se pensar, **não teve uma conversa, não teve um acolhimento, não teve uma conversa comigo depois**. Às vezes, fazer uma interferência na escola era muito melhor ou conversar ou chamar os meus pais mesmo para conversar, que eu acho que não foi feito. (Amanda, 2024, grifo nosso).

As atitudes repetidas pelo grupo de meninos da escola, nos fatos narrados por Amanda, se enquadram nas provas de competências de suas masculinidades perante os amigos, pelas quais são testados o tempo inteiro pela sociedade. Para Rita Segato (2003, p. 33) a demonstração de força sexual e física faz parte de um horizonte mental do agressor, que necessita demonstrar a seu grupo o seu potencial viril.

A situação foi abafada. Eu acho que eu fiquei mesmo com a sensação de “pede respeito, mas você não dá o respeito”. Mas eu estava na situação, você tenta falar ou tenta alguma coisa, **ninguém me ouve**. Como é que você vai? Muitas vezes eu não tinha noção do que estava acontecendo ao meu redor, não é? Então estava bebendo água no bebedouro, **daí vinha o cara passava a mão... eu ficava meio assim**. (Amanda, 2024, grifo nosso).

O ambiente escolar pode se tornar um espaço de multiplicação de violência e capacitismo, assim como qualquer espaço institucional. Leonora, narra uma situação em que sua irmã, que também é cega, foi molestada por um professor quando ainda era adolescente. Ele se aproveitou da vulnerabilidade delas e passou as mãos em seus seios.

Uma vez minha irmã atrasou com o dever na escola, estudava lá em cima no (nome da escola). Eu acho que eu era a quinta, ou sexta série, ela era a quarta série. Aí eu fiquei na sala com ela esperando ela terminar de fazer o dever. Quando, de repente, **uma pessoa entrou assim**, ó (faz gesto de quem entra na ponta dos pés). O que a gente que é cego, a gente percebe o movimento entendeu? [...] Aí a gente sentiu. Então eu estava com ela, assim, tipo, naquelas carteirinhas, né. A gente percebeu, alguém chegando assim, bem devagarinho, devagarinho. Aí eu falei, ué, tem alguém aqui? **Aí meu peito! Alguém pegou no peito dela e saiu devagarinho e eu acredito, até hoje, que era um professor**. O que o cheiro era o mesmo dele. Ela tinha peitinho, já tinha. [...] **Agora vai a Leonora e fala, pelo cheiro foi o fulano, vou ser desacreditada**. Não, mas ela falou. Ela falou na escola, **mas de jeito nenhum, ninguém acreditou nela**. Ela é outra que sofreu vários tipos de violência. (Leonora, 2024, grifo nosso).

Qual a chance uma adolescente cega teria em relação a um professor abusador? Essa descredibilidade, além de diminuir a pessoa por sua deficiência, acaba por proteger o violador, que na situação era o próprio professor. O ambiente escolar precisa ser acolhedor e protegido, precisa educar para a alteridade e para o respeito

com todas as pessoas, mas se o próprio professor é um abusador, a ideia de respeito ao outro não será observada.

A institucionalização das crianças em ambientes escolares foi, nas palavras de Foucault (2013, p. 224) um modo de controle de seus corpos. “Faz dois séculos que nos dizem: deem-nos seus filhos, mas nós garantimos a vocês que a sexualidade deles se desenvolverá num espaço controlado por vocês.”

As congregações religiosas há muito são excelentes fontes de discursos formatadores de corpos e comportamentos. Michel Foucault afirma que a imposição das regras matrimoniais, as quais colocavam o homem como o ser criado primeiro, o cabeça do casal, o guia da mulher, sendo-lhe esta, submissa e com o dever de obediência e de educação da prole, foi uma forma também de controle social da mulher.

Até o final do século VIII, três grandes códigos explícitos - além das regularidades devidas aos costumes e das expressões de opinião - região das práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Eles fixavam, cada qual a sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito. Todos estavam centrados nas relações matrimoniais: o dever conjugal, a capacidade de desempenhá-lo, a forma pelo qual era cumprido, as exigências e as violências que o acompanhavam, as carícias inúteis ou indevidas às quais servia de pretexto, sua fecundidade ou a maneira empregada para torná-lo estéril, os momentos em que era solicitado (períodos perigosos da gravidez e da amamentação, tempos proibidos da Quaresma ou das abstinências), sua frequência ou raridade: era sobretudo isso que estava saturado de prescrições. (Foucault, 2024, p. 41).

A igreja foi citada por Gabriela como doutrinadora da submissão da mulher ao marido, ao qual nunca deveria lhe negar o sexo, mesmo contra a sua vontade. “O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações.” (Foucault, 2024, p. 41).

Aí a gente achava aquilo normal, né? Inclusive, existem histórias que os casamentos acabam na própria noite de núpcias, exatamente porque tem mulheres que não conseguem suportar tanto a violência. **A gente que é criada, principalmente dentro da igreja. Eu que fui criada assim desde os 9 anos de idade, né?** O que a gente aprende na igreja é que a gente nunca pode se negar ao marido, né? A gente aprende que mesmo que você tá lá toda ***, passando o mal do cão e o desgramado do homem quer, **você é obrigada a dar.** Hoje eu discordo plenamente, quando vem um sujeito fala um negócio desse para mim, eu falo, então você quer estuprar sua mulher? Não é isso que você quer? Você não quer ter sexo com ela. **A gente é criada num conceito de que o homem é o todo poderoso.** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Bourdieu (2021, p. 141), da mesma forma, reconhece a igreja como instituição reprodutora do antifeminismo, apta a condenar as faltas das mulheres, reforçando uma visão pessimista do feminino e da feminilidade. Para o sociólogo, a igreja “inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada por valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres”.

Em uma fala de Regina, é possível notar que a instituição religiosa também se mostrou capacitista com ela. Após o término de um namoro com um rapaz que optou por seguir a vida do celibato, ela foi viver em um convento, lá permanecendo por dois anos. Contudo, não conseguiu seguir na vida religiosa porque sua deficiência a impedia de exercer as tarefas cotidianas e ela achou por bem voltar para casa.

Eu já morei num convento por dois anos, porque eu queria ser freira. A minha deficiência não permitia que eu fizesse as atividades cotidianas do convento e aí ficou difícil pra mim. (Regina, 2024).

De maneira semelhante à escola e à igreja, as instituições públicas de segurança deixam a desejar no atendimento às vítimas de violência sexual. As narrativas das entrevistadas também deixam explícito como a mulher com deficiência é recebida nas instituições públicas de segurança, quando são vítimas de violência sexual. A descredibilidade da mulher com deficiência é sempre um meio de persuadi-la a desistir ou a não acreditar em si. Gabriela narra o estupro sofrido quando ainda era bem jovem,

então, **eu fui estuprada**. Eu fui assaltada, eu estava com o João (nome fictício) nessa época. Eu tinha 18, 19, não, 20 anos. Eu comecei a namorar com ele quando tinha acabado de fazer 19 anos. Nesse dia, eu terminei com o João e a gente estava indo para casa. Só que o lugar que a gente passou, naquela época estava perigoso e a gente não tinha ideia de que tinha faltado energia no lugar e tal. Então quando a gente virou a esquina do cemitério, que eu morava mais ou menos perto do cemitério. É que nós recebemos um **é assalto, é assalto, para aí que é assalto**. Aí eu lembro, coitado, **que ele ainda falou para eles assim, não faz nada com ela não, que ela é cega**. Aí eles deram uma coronhada na cabeça dele e não acreditaram que eu era cega e levaram a gente pro cemitério. **E lá eu fui extremamente violentada**, foi feito em sexo anal, sexo oral e sexo pela vagina. Deus que me perdoe, que vou dizer que agora, mas graças a Deus que eu não era a virgem, porque se eu fosse virgem talvez o trauma seria pior, eu perder a virgindade num estupro. (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Embora saibam das mudanças da legislação sobre o valor da palavra da mulher nos crimes sexuais, elas ainda não se consideram incluídas nesse grupo que merece

crédito de suas narrativas. A pesquisadora lançou um comentário sobre o crescimento dos números de notificações de estupro, devido às mulheres estarem mais conscientes das condutas que configuram crimes sexuais. Contudo, Gabriela e Leonora falam do lugar de um lugar diferenciado, do lugar de mulheres cegas.

Sim, agora a palavra da mulher vale, se eu chegar e falar, ó fulano me estuprou e tal, ele está lascado. Mas, da mulher vidente, e da **mulher cega?** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Quando é da mulher cega, ela foi mal interpretada. (Leonora, 2024, grifo nosso).

A mulher cega é percebida pelo senso comum como uma pessoa incapaz para tarefas diárias e para emitir juízos de valor, como se a visão fosse o único sentido do corpo humano apto a perceber o mundo. O fato de não enxergar faz com que a palavra da mulher cega seja descredibilizada a todo tempo. Assim como o “louco” descrito por Foucault (2014, p. 10), para o qual “o louco é aquele cujo discurso não pode circular como dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça”.

Se eu for cega, não vou chegar a lugar algum. Pegaram os meus estupradores. Pegaram um ou dois, não sei. Questionaram, **mas como ela vai saber?** Olha que justiça ***! Como que ela vai saber quem estuprou ela? se ela não enxerga, ***, e eu não tenho, eu não posso ouvir a voz do cara? Eu não posso sentir o cheiro do cara? Eu não posso ver a roupa, lembrar da roupa que ele estava, não sei. E eu passei a mão no rosto dele todinho. Eu não reagi Maristela, por isso que eu tô viva. Eu fui muito maltratada, eu levei tapa no rosto. **Aí quando nós chegamos lá (delegacia), que eu falei que eu tinha sido estuprada no cemitério, a polícia ainda fez pouco caso tipo: Ah, quem mandou vocês irem namorar no lugar errado? Sabe como?** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Gabriela foi previamente julgada e culpada pelos policiais por ter sido estuprada. Ao chegar à delegacia para noticiar a violência sexual, fato que, por si só, já é bastante difícil para uma mulher, se surpreendeu, pois nem mesmo o fato de ser cega total não a impediu de ser responsável pela violência sofrida. O capacitismo e o fato de ser mulher pesaram sobre ela, exclusivamente. Ao contrário do que prescreve o modelo social, a deficiência foi vista como um problema individual, recaindo apenas sobre ela. Como mulher com deficiência seu corpo foi objetificado, usado e descartado. O fato de ser mulher cega e estar passando com o namorado em uma rua já a condena.

A culpa foi sua! Você foi namorar no lugar errado! Mentira, eu estava passando. Só que para não contrariar a justiça, tiveram que chamar o diretor do Luiz Braille. **Para ele dizer, para ele, confirmar e afirmar que os cegos conseguem conhecer as pessoas pelo cheiro, pela voz e pelo toque.** Aí que foram incriminar os caras, eles iam ser absolvidos. Eu não tinha como provar que eu fui estuprada pelos caras que a polícia encontrou, entendeu? Até dizerem que os caras confessaram que me estupraram porque a polícia torturou, até isso o pessoal falou. **A minha palavra não valeu de nada, porque a nossa Justiça, minha amiga, nos discrimina na maior cara dura.** (Gabriela, 2024, grifo nosso).

Outra barreira atitudinal enfrentada por Gabriela foi a necessidade do Poder Judiciário de chamar um homem, também cego, que à época era presidente da instituição de cegos para reafirmar o que Gabriela já havia dito na delegacia: que os cegos podem usar seus outros sentidos para reconhecer pessoas. Gabriela foi descredibilizada, invisibilizada e silenciada pelas instituições que, em tese, deveriam protegê-la. “Só que para não contrariar a justiça, tiveram que chamar o diretor do Instituto Luiz Braille.”

Se ela já havia dito que poderia reconhecer seus abusadores pelo cheiro e pelo tato, por qual motivo teria sido chamado o presidente da instituição para reafirmar sua palavra? A dúvida quanto à palavra de Gabriela é reflexo da assimetria de poder entre homens e mulheres, ainda que tenham a mesma deficiência e também uma amostra do sexismo estrutural nas instituições públicas.

Regina também sofreu as humilhações pelas quais as mulheres passam após a violência sexual, com reforço do estereótipo sexual da mulher promíscua, pois teve a infelicidade de conhecer o seu estuprador pela internet. Em vez de acolhimento, encontrou revitimização, violência moral e psicológica, deixando subtendida a ideia de que a mulher que busca um homem em um aplicativo de relacionamento só pode esperar ser estuprada. Como se o fato de entrar em site de relacionamento autorizasse aos homens o ato do estupro.

Essas séries de violações de direitos pelas quais as mulheres vítimas de violência sexual passam, levam-nas a sofrer um processo de “revitimização ou vitimização secundária, o fenômeno decorrente do sofrimento continuado ou repetido da vítima de um ato violento, após o encerramento deste, que pode ocorrer instantaneamente, dias, meses ou até anos depois” (Ferreira, 2023, p. 159).

Acharam a foto porque tinha no (aplicativo), ele tinha ido lanchar no Shopping. [...] **eu tive que participar de umas três audiências ou quatro, eu acho, pra chegar no dia e o pessoal falar que ele vai responder em liberdade por falta de provas.** (Regina, 2024, grifo nosso).

Além da participação em vários atos processuais, Regina relata a falta de preparo da policial no momento de atendê-la. A profissional de segurança ainda reforça o mandato patriarcal, tentando defender a conduta criminosa do violador, alegando que ele é casado e tem filhos. Esse é um exemplo clássico do homem moralmente aceito pela sociedade, que tem família, mesmo que fora do lar seja um estuprador e se aproveite da vulnerabilidade de mulheres com deficiência.

A mulher (referindo-se a atendente da delegacia) falou que ele é..., ah, mas ele tem família, ele tem mulher, ele tem dois filhos. Eu falei, e daí? Ele é empresário, tem duas empresas, sei lá. **E ainda, no dia tinha duas advogadas defendendo ele (embarga a voz, chora). E eu não tinha ninguém. Eu não tinha ninguém. Eu fui sozinha.** (Regina, 2024, grifo nosso).

O Estado que falhou ao coibir a violência sexual, deveria, ao menos, colocar à disposição das vítimas instituições dotadas de servidores capacitados no acolhimento e tratamento dessas mulheres, além de uma estrutura digna para que a revitimização fosse evitada. A realidade, porém, se queda diferente com profissionais que ainda culpam a mulher por ter sido estuprada. O Estado “veio para ratificar e reforçar as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência cotidiana da unidade doméstica” (Bourdieu, 2021, p. 143).

De acordo com a narrativa de Regina, é possível pensar na falta de preparo para o atendimento às mulheres vítimas de violência, na ausência de entendimento sobre o que é ser uma mulher com deficiência e todos os aspectos que envolvem essa condição, na falta de empatia da representante do Ministério Público que estava diante de uma mulher em situação de vulnerabilidade. Pelos órgãos públicos pelos quais passou, ela sempre esteve no papel de culpada, por ter procurado relacionamento na internet.

Quando aconteceu a situação com o rapaz. Foi porque eu comecei a entrar na internet. Queria conhecer alguém... ele conversou, conversou, aí eu lembro que em 2016, eu estava na missa de Corpus Christi... aí ele falou, já

estou indo. Eu falei, não vem mais não. **Não quero, não quero ir mais não.** Ele: Não, mas eu já a caminho. [...] . Eu falei, tá e a gente subiu pra ele beber água, aí foi o meu erro. Ele subiu a escada e trancou a porta. E dali, a princípio parecia uma coisa normal. **Mas aí ele me jogou na cama e começou a me forçar, forçar. Eu pedi pra ele parar, mas ele não parava, comecei a gritar.** E aí ele pegou em cima **da minha garganta e eu achei que eu fosse morrer aquele dia. Ele mandava eu calar a boca.** [...] Eu senti quando o esperma dele caiu na minha perna... **Eu fiquei com muito medo, meu Deus do céu, se eu engravidar de uma pessoa que eu nem conheço?** [...]. Quando ele foi embora, eu tranquei o portão e corri pra casa de uma amiga minha que morava do lado. Conte pra ele e ela me disse, **você tá doida?** Ela me deu água de açúcar e ligou ora um amigo nosso, que ele era taxista na época. Ele falou pra gente, ih, num toma banho não, vai do jeito que você tá. (Regina, 2024, grifo nosso).

Um trecho da fala de Regina desconstrói a ideia do senso comum de que a mulher provoca o estupro ao sair com roupas decotadas e curtas. “Eu estava na missa de Corpus Christi...”, ora, não se vai a igreja com trajes mínimos. Além disso, Regina é mulher que tem mobilidade bem reduzida, dependendo de muletas para se locomover, não estando entre os padrões de mulher que chama atenção pelo corpo escultural, o que aponta para uma outra referência que Segato (2003) traz em seus estudos sobre a racionalidade do estuprador.

Aos olhos deles, o desejo ou a intenção que impulsiona o ato de violência sangrenta, carece quase por completo de instrumentalidade. Sim, este delito quando é cometido contra uma pessoa conhecida, pode-se até pensar em um intento de satisfazer o desejo sexual por uma pessoa em particular. No caso de uma violação anônima, a violação não parece se dar dessa maneira. No discurso dos violadores se reforça a ideia de que se trata de qualquer corpo e – o que mais surpreende – muitas vezes de um corpo considerado abominável ou, pelo menos, não especialmente desejável. (Segato, 2003, p. 43).²⁸

Os exames pós-violência, por si só, são humilhantes, especialmente para uma mulher que viveu há poucas horas um ato de violência sexual.

Aí nós fomos, **eu tive que ir.** Eu já tinha tido bastante humilhação com o rapaz. Não sei se você sabe né..., mas é assim... **você tem que fazer exame, você tem que tomar passar pelo médico e um policial.** (Regina, 2024, grifo nosso).

²⁸ *A los ojos de éstos, el deseo o la intención que impulsa al acto de violación cruenta, callejera, carece casi por completo de instrumentalidad. Si este delito, cuando se comete contra una persona conocida, puede pensarse como un intento de satisfacer el deseo sexual referido a una persona en particular, en el caso de la violación anónima perpetrada en la calle la situación no parece darse de ese modo. En el discurso de los violadores se reitera la idea de que se trata de cualquier cuerpo y – lo cual es más sorprendente – muchas veces de un cuerpo considerado abominable o, por lo menos, no especialmente deseable.*

A falta de mulheres para atendimento das vítimas de violência sexual no Instituto Médico Legal foi motivo também de constrangimento para Regina. Essa também é uma realidade dos atendimentos dessas mulheres feitos em hospitais. Ferreira (2023, p. 158) ensina que o fato de a mulher violentada ser atendida por plantonista sem capacitação e perfil para tal demanda, pode gerar a sua revitimização. A preferência de que os atendimentos sejam realizados por outras mulheres está embasada no fato de que, na grande maioria dos casos, o estuprador é um homem, o que geraria mais constrangimento e exposição de sua intimidade, significando outro ato violador.

Dois homens, você já passou uma violência, aí você fica num consultório **com um médico, e ainda tem que ficar o policial**. Todos os dois te olhando. E aí eu, na época eu trabalhava no Hospital Santa Casa. Eu tive que ir lá pra cima. Pessoal, ainda eu pouco tenho. Tem que tomar coquetel, tem que tomar aqueles são uns quatro comprimidos que eles te dão, né? Pílula do dia seguinte, fora os coquetéis pra você num pegar uma Aids. Foi isso, eu ainda **tive que ir na delegacia**, a moça me mostrou a foto dele e perguntou, é esse rapaz? (Regina, 2024, grifo nosso).

A descredibilidade das mulheres com deficiência faz parte da sociedade capacitista e está presente nos órgãos justiça. No caso de Regina, além de desacreditada, ela foi invisibilizada em prol da proteção de um homem empresário, “pai de família”, bem típico do sistema patriarcal, no qual ao homem tudo é permitido.

Ao relatar sobre a audiência, Regina atribui a falta de credibilidade em sua palavra ao fato dela estar desacompanhada, não compreendendo que faz parte de um sistema onde seu corpo feminino despadronizado foi reificado e descartado. A sua culpabilização foi apenas a chancela da autorização para estupro dada aos homens pelo patriarcado.

Ao que parece, o ato processual foi mais um momento revitimizador, massacrante de uma mulher em alta vulnerabilidade. Percebe-se que a representante do órgão ministerial, embora também mulher, se mostrou condizente com o sistema de opressão sexista, não demonstrando qualquer empatia pela vítima, culpando-a por ter sido estuprada.

E ninguém acreditou na sua palavra? (Pesquisadora, 2024).

Não, eu fui sozinha. (Regina, 2024).

E o Ministério Público, não tinha promotor na audiência? Era homem ou mulher? (Pesquisadora, 2024).

Tinha, era uma mulher. Ela falou pra mim: Regina, **a senhora nunca mais vai procurar namorado na internet!** (Regina, 2024, grifo nosso).

No caso de Vanessa, mulher autista, ela narra que foi bem acolhida na delegacia especializada de crimes contra mulheres. E embora tenha sido atendida em algum momento por um homem, ela conta que todos os exames ginecológicos foram feitos por mulheres.

Fui acolhida e me incentivaram a fazer a denúncia. [...] Eram mulheres na **delegacia especializada**. Da delegacia eu fui encaminhada para o Pérola Byington. Minha amiga estava junto. Até hoje eu agradeço imensamente ela, sabe? **No hospital eram todas mulheres.** [...] Eu lembro que eu fui atendida, eu lembro que eu fui atendida por homens, mas quem me examinou foi mulher. (Vanessa, 2024, grifo nosso).

E os homens quando te atenderam? (Pesquisadora, 2024).

Ficaram putos com o cara [...] (Vanessa, 2024, grifo nosso).

Você se identificou como autista? (Pesquisadora, 2024).

Sempre me identifiquei. (Vanessa, 2024).

Por outro lado, percebe-se o preparo do psicólogo que acompanhou Regina durante o período de pós-violência e o seu esforço para fazê-la compreender que a culpa pela violência sexual é do homem que a pratica, nunca será da vítima.

Eu tive que ser acompanhada por um psicólogo. Eu fiquei sete mesestratando com dr. (fulano). Eu lembro que uma vez que eu cheguei na sala desse jeito. Ele falou, você não quer conversar hoje? Eu disse que não. Eu senti e fiquei uma meia hora calada. [...] depois falei assim: **dr. Tá todo mundo colocando a culpa em mim porque eu procurei namorado na internet.** Ele falou pra mim o seguinte, **Regina, eu estou aqui para dizer que a culpa não foi sua. Se a mulher falar pra um homem que ela não quer que ele dê um beijo nela, ele não pode dar.** (Regina, 2024, grifo nosso).

A insegurança de Regina em relação à falta de apoio de seus familiares se reflete no medo de contar o ocorrido e ser considerada culpada pelo estupro sofrido.

E ninguém da minha família sabe disso. Eu não contei para ninguém. E a minha irmã só sabe, porque essa minha amiga acabou contando pra ela. [...] Porque minha família vai falar que a culpa foi minha. [...] (chorando). Eu sempre fui o patinho feio na família. Eu moro sozinha. (Regina, 2024, grifo nosso).

A descredibilidade da mulher com deficiência faz com suas experiências sejam apagadas socialmente pelo desvalor de sua palavra. O discurso de que a culpa pelo estupro é da mulher se propaga durante o tempo e se reproduz nas instituições de segurança e justiça.

7 UMA VISÃO BIOÉTICA PARA UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS E MULHERES COM DEFICIÊNCIA

7.1 A POLÍTICA PÚBLICA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Muitas são as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência no território nacional, sendo possível observar que, nos últimos anos, muitos grupos específicos, como o do autismo, ganharam visibilidade na sociedade.

Alguns diplomas legais são aprovados apenas por razões politiqueras e guardam pouca coerência com os princípios da CDPD, quais sejam: o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; a não discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.

As políticas públicas para a pessoa com deficiência são ações resultantes do processo político que possuem burocracias institucionais específicas que garantem a efetividade da sua execução nos diferentes territórios considerando o aparato institucionalizado em cada unidade federativa, mediados pelo grau de empoderamento da sociedade civil. (Borges, 2021, p. 144).

A proposta da presente pesquisa é apresentar, ao final, uma política pública de enfrentamento à violência sexual contra as meninas e mulheres com deficiência. O fato de as meninas terem sido inseridas no objetivo da política deve-se ao grande número de registros e notificações desse tipo de violência e a necessidade da educação anticapacitista para o enfrentamento dessas violações.

As políticas públicas para pessoas com deficiência apresentam barreiras advindas do capacitismo estrutural da sociedade. O baixo nível de reconhecimento dessas pessoas enquanto sujeitos de direitos capazes de contribuir para a sociedade, gera a

pobreza e a exclusão social. Uma alegação bastante comum para a não empregabilidade e o descumprimento das cotas legais, é a de que não existem pessoas com deficiência qualificadas para determinadas atividades. O senso comum faz com que as empresas abram vagas apenas nos setores onde as exigências de capacitação são mínimas e os salários são baixos.

A falta de acessibilidade que impede a presença e a comunicação das pessoas com deficiência, privando-as da participação social e política, também pode ser apontada como fator de entrave para a elaboração de políticas públicas efetivas.

Existe uma falsa ideia de que as pessoas com deficiência não são um público que possa trazer retorno nas urnas, em termos de quantitativo de votos. Esse desinteresse na formulação e na destinação de emendas parlamentares para essa pauta, bem como o retrocesso das políticas públicas precisam ser revertidos, pois esse grupo está cada vez mais consciente de seus direitos e de sua importância política. As emendas parlamentares disponibilizam um montante significativo que pode ser direcionado a determinados projetos e ações em prol da acessibilidade e melhoria de vida desse grupo (Borges, 2021, p. 400).

A emenda, em si, é um instrumento importante para que as questões locais possam ter melhor atendimento, haja vista que os parlamentares, teoricamente, por ter maior conhecimento de seus municípios e estados, poderiam compreender melhor os problemas públicos a serem priorizados, alocando, assim, recursos para sua resolução. As emendas têm sido utilizadas como instrumentos políticos-eleitorais (a base do governo geralmente tem privilégios em relação à oposição), sem considerar as evidências, demandas coletivas da sociedade, assim como não há uma articulação com regras claras estabelecidas entre as instituições. (Borges, 2021, p. 399).

É certo que as políticas públicas voltadas para o público em geral contemplam as pessoas com deficiência, porém, elas muitas vezes não conseguem usufruir dos direitos ou serviços oferecidos por falta de acessibilidade dos equipamentos públicos. Um bom exemplo disso é a acessibilidade nos transportes públicos. Os ônibus são adaptados com elevadores, as pessoas sem mobilidade reduzida os utilizam normalmente, mas as pessoas usuárias de cadeiras de rodas se queixam constantemente de elevadores quebrados, de serem ignoradas pelos motoristas ao

tentar embarcar no coletivo, e da reclamação por parte dos outros passageiros sobre a demora no embarque dos cadeirantes causar atrasos na viagem.

Além disso, o percurso para se chegar até o ponto de ônibus é acidentado, com buracos e muitos obstáculos nas calçadas. A falta de capacitação dos motoristas, de empatia dos demais passageiros e de cuidados da Administração Pública com a manutenção dos veículos e calçadas são barreiras que impedem a execução da política de transporte acessível.

Para Borges (2021), o primeiro passo para a elaboração de uma política pública para pessoas com deficiência está na implementação de um modelo de direitos humanos livre de discriminação, preconceito e segregação desse grupo. “É preciso compreender as pessoas com deficiência como parte do arcabouço de luta na agenda institucional dos direitos humanos.” (Borges, 2021, p. 404).

Outros requisitos apontados por Borges (2021, p. 404-405) são a necessidade de a pessoa com deficiência estar contemplada em todas as políticas governamentais, com a necessidade de sempre se garantir a acessibilidade; a transparência deve sempre ser observada, inclusive disponibilizando os documentos e prestações de contas em formatos acessíveis para que possam ser conhecidos, discutidos e analisados pela sociedade civil; a criação e permanência dos conselhos municipais e estaduais de direitos também devem ser incentivadas, sendo importante espaço de discussão e fiscalização das políticas públicas.

A transformação da política pública de governo em política pública de estado, permanente, independente do comando governamental, pode garantir uma continuidade na melhoria dos programas e serviços voltados para esse público. Para isso, é preciso que a política pública possa ser implementada, legitimada, avaliada e monitorada constantemente, apresentando indicadores positivos para a sociedade.

A realização das conferências de direitos das pessoas com deficiência, nas três esferas de governo, também é importante mecanismo para a criação de espaços de discussão e colaboração para a fiscalização e fortalecimento das políticas públicas. No Brasil, a última Conferência dos Direitos da Pessoa com Deficiência realizada foi

entre os dias 14 a 17 de julho de 2024, fato que marcou a retomada da participação da sociedade civil nas decisões sobre seus direitos, depois de um hiato de oito anos sem conferências de direitos.

Seguindo o lema da CIDPD “Nada sobre nós, sem nós”, não é possível que se tenha a implementação de uma política sem a participação das pessoas com deficiência.

Distantes dos olhos daqueles que executam leis e decretos, com o uso do dinheiro público, estamos nós, as pessoas com deficiência. A transversalidade de nossa pauta é subjugada a espaços segregados e tutelados pelos grupos hegemônicos que pouco nos consultam, afastando-se do lema “Nada sobre nós sem nós”. Projetos mal elaborados, políticas equivocadas e dispêndio de recursos para a sua adequação às normas de acessibilidade e ao desenho universal seriam evitados, caso o princípio da participação fosse respeitado. (Freitas, 2022, p. 107).

O Novo Plano Viver sem Limites (NVSL) - Decreto 11.793/2023, tem como um de seus requisitos, para a adesão pelos Estados e municípios, a criação de uma Câmara Interministerial e seu Comitê Gestor para gestão, acompanhamento e monitoramento de suas ações e, para o diálogo entre os diversos ministérios envolvidos. Este modelo de governança poderá ser reproduzido por Estados e municípios que aderirem ao NVSL.

Art. 4º A Câmara Interministerial dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CIDPD realizará a gestão, o acompanhamento e o monitoramento das ações do Novo Viver sem Limite.

§ 1º As políticas, os programas e as ações integrantes do Novo Viver sem Limite e as respectivas metas serão estabelecidas pelo Comitê Gestor da CIDPD.

§ 2º O Comitê Gestor da CIDPD fomentará, no âmbito de suas competências, a participação social, o diálogo interfederativo e o acompanhamento do Novo Viver sem Limite pelo Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

7.2 PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Enfrentar a violência sexual contra mulheres com deficiência significa ir além de proporcionar acessibilidade em delegacias e centros de saúde. A acessibilidade é de extrema importância, mas não resolve o problema em si. Trabalhar o enfrentamento a violência requer um sistema de ações intersetoriais que tenham como propósito dar

condições adequadas para que essas mulheres possam viver com qualidade de vida e tendo os seus corpos respeitados.

Obviamente, não é apenas de violência sexual que sofrem as mulheres com deficiência. Elas sofrem de todas as violências que assaltam a existência feminina. Podemos incluir o tráfico de mulheres, a violência institucional, a não representação, a violência patrimonial, a violência doméstica, entre todos os outros modos. Mas a dimensão interseccional exige de nós uma profundidade analítica: a violência contra a mulher envolve machismo e patriarcalismo, no mínimo. Pode envolver também racismo, LGBTQI+fobia, capacitismo, outras marcas de repressão. As violências são plurais, e quanto mais distantes do “corpo típico da espécie”, “do cidadão normativo” e “do homem razoável” mais distantes das construções biopolítica de ideais normativos. (Dias, 2022, p. 229).

Uma vez detectadas, nas falas das entrevistadas as categorias da invisibilidade, da descredibilidade e do silenciamento das mulheres com deficiência, desde a sua infância e também após as violências sexuais sofridas, a elaboração de uma proposta de política pública deve prever mecanismos capazes de eliminar as condutas nocivas produtoras dessas categorias.

Seguindo a orientação do NVSL, tem-se que suas diretrizes são: I - o enfrentamento do capacitismo, do preconceito e da violência contra pessoas com deficiência; II - o reconhecimento da participação e do protagonismo das pessoas com deficiência; a garantia de acesso das pessoas com deficiência aos produtos, aos serviços e aos equipamentos públicos e privados; III - a ampliação da participação das pessoas com deficiência nas várias dimensões da vida social, mediante a diminuição das barreiras e das desigualdades sociais; IV - a prevenção das causas de deficiência; a identificação tempestiva da deficiência; V - o reconhecimento da interseccionalidade como componente constitutivo das identidades de pessoas e grupos; VI - o respeito pela diferença e pela plena inclusão das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana no País; VII - o compartilhamento pactuado de ações e estratégias com os entes federativos e com organizações e movimentos da sociedade civil; VIII - a promoção da igualdade equitativa de oportunidades e de adaptações razoáveis para as pessoas com deficiência.

O NVSL está estruturado em quatro eixos, quais sejam: I - gestão e participação social; II - enfrentamento do capacitismo e da violência contra as pessoas com deficiência; III - acessibilidade e tecnologia assistiva; e IV - promoção do direito à

educação, à assistência social, à saúde e aos demais direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Essas diretrizes e eixos devem ser observados na elaboração de uma política pública que efetivamente surta efeito na redução/erradicação da violência sexual contra meninas e mulheres com deficiência. O Plano trouxe o combate ao capacitismo e à violência contra as pessoas com deficiência como diretriz e também como eixo de atuação, o que comprova a necessidade de uma política pública nesse sentido.

Algumas ações do NVSL são estruturantes e estão alocadas no Eixo II – enfrentamento do capacitismo e da violência contra as pessoas com deficiência, tais como o Programa de Formação de Lideranças com Deficiência, que trouxe como meta formar 4.500 pessoas em liderança para atuação na defesa de direitos humanos das pessoas com deficiência nos territórios, com foco em pessoas negras, mulheres e pessoas LGBTQIA+ com deficiência; a implementação da avaliação biopsicossocial da deficiência.

Adriana Dias (2022, p. 231) alerta para a interseccionalidade que afeta a vida de mulheres com deficiência.

O capacitismo, a discriminação motivada pela concepção de que o corpo da pessoa com deficiência é menor, menos humano, menos capaz, tem na mulher com deficiência seu alvo mais frágil: ela é rejeitada por ser mulher, por ser pessoa com deficiência – e se for pobre, negra, indígena, quilombola, LGBTQI+, múltiplas rejeições serão somadas à conta de horror.

A adesão dos Estados e do Distrito Federal ao NVSL é também uma ação a ser executada, propiciando uma maior capilaridade territorial. Além disso, está prevista a construção de 90 novas policlínicas equipadas com mesas ginecológicas e mamógrafos acessíveis, o que irá ampliar a capacidade de atendimento de mulheres com deficiência na área de combate ao câncer de mama, da saúde sexual e reprodutiva.

Outra proposta é a formação de 15 mil conselheiros tutelares envolvendo o tema da Promoção de Direitos da Criança e do Adolescente com Deficiência para melhor

abordagem e intervenção nas situações que envolvem violências e violações, focando na importância da proteção à infância e adolescência.

7.3 A BIOÉTICA COMO INSTRUMENTO PARA A ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA

A proposta que será aqui apresentada está baseada na CDPD, na LBI, nas diretrizes e eixos do Novo Viver sem Limites, partindo dos princípios da Bioética. A finalidade é que a proposta alcance a maior diversidade possível de mulheres com deficiência, voltando os olhares para a realidade social da mulher com deficiência, as barreiras enfrentadas e os possíveis caminhos para a redução dos índices de violência sexual contra esse grupo.

Buscando desconstruir alguns estigmas e estereótipos dirigidos às mulheres com deficiência e consolidados ao longo dos tempos, reverter as consequências dos processos colonizadores, da imposição do sistema patriarcal, do capacitismo e racismo estruturais, entre outros fatores de discriminações sociais, a proposta pretende fortalecer e empoderar esse público, por meio da educação, do trabalho e renda, do acesso aos serviços de assistência social e de saúde e de segurança pública.

Gerard Quinn e Theresia Degener (2002) afirmam que na atualidade, o “modelo de igualdade de oportunidades” é mais apropriado e aceito na esfera das pessoas com deficiência. Para os autores, tal modelo deve estar contido dentro dos planos de ação governamentais e deve observar quatro aspectos: combater a exclusão estrutural encontrada nas áreas como transportes, equipamentos sociais, serviços públicos e comunicações, promovendo mudanças significativas para uma sociedade mais inclusiva; promover a educação das pessoas com deficiência até o máximo de suas capacidades, para que elas ocupem seus lugares na sociedade, de forma responsável e produtiva; combater a discriminação em todos os ambientes da vida diária, aprovando leis que possam ser aplicadas de forma eficiente nas esferas

administrativas e de justiça; enfrentar os estereótipos ligados à deficiência, em especial os relacionados à incapacidade do indivíduo²⁹.

As três categorias de análise da pesquisa quais sejam a descredibilidade, o silenciamento e a invisibilidade vistos como barreiras atitudinais impostas pela sociedade e, sobretudo, pelos violentadores, foram trabalhadas dentro da proposta a ser apresentada, com ações que visem à sua inversão, ampliando a visibilidade, a credibilidade e dando voz às mulheres com deficiência vítimas de violência sexual.

Não se trata de apenas punir a violência sofrida, mas de prevenir que ela aconteça por meio de ações sistematizadas que envolvam educação, saúde, assistência social, trabalho e renda e segurança pública. “As injustiças de status e econômicas suportadas por essas mulheres com deficiência só serão resolvidas por intermédio de uma política de reconhecimento de suas diferenças e uma política redistributiva de oportunidades.” (Madruga, 2016, p. 95).

Assim, é possível dizer que a Bioética se constitui como instrumento hábil para a elaboração de políticas públicas voltadas para o combate à violência sexual contra mulheres com deficiência. Dentro da perspectiva de seu campo de estudos

²⁹ (i) *Equality of opportunity entails tackling structural exclusion in such areas as transport, social amenities, public services and communications. No meaningful change is conceivable unless the social and economic processes of civil society are structured more inclusively and opened up to persons with disabilities on a genuinely equal basis. Such changes necessarily take time but the main thing is to inaugurate an irreversible process of structural change with clear goals and timetables.* (ii) *Equality of opportunity entails ensuring that persons with disabilities are trained to the very best of their abilities to take up socially responsible and productive roles in civil society. This entails putting the education system on a genuinely equal basis and supplementing it where necessary. An important point is that the process of inclusion is both an end and a means. It is a means in that children with disabilities are socialized just like other children. It is an end in that able-bodied children have a right to the presence of “others” to prepare them for a life of coping with difference and plurality.* (iii) *Equality of opportunity entails tackling instances of discrimination that exclude persons with disabilities from various spheres of everyday life. This calls for clear and easily enforceable anti-discrimination laws – covering the economy, the social sphere, public services and civic obligations – that frankly acknowledge the need for positive accommodation of the difference of disability. Many recent antidiscrimination laws focus on discrimination in employment, since economic independence is crucial for the full and effective enjoyment of countless other rights. No amount of structural improvement and high-quality education can produce real change and economic independence until space is found in the economy for persons with disabilities. Such space already exists theoretically in any market that rationally values talent, but markets are seldom rational when it comes to using the abilities of persons with disabilities. They must be prised open and prospective employers must become more focused on the abilities and merits of employees with disabilities.* (iv) *A coherent “equality of opportunity” programme entails tackling deep seated social attitudes to disability. While “good” laws can, through their educational effect, bring about a different and conducive milieu, innovative laws are liable to founder unless a sustained attempt is made to prepare the ground and to educate the public at large.*

interseccional, projetando-se como uma proposta inovadora, que respeita os corpos e os modos de os experimentar, e com potencial de ampliar seu alcance aos mais diversos problemas sociais, a Bioética é capaz de proporcionar uma visão privilegiada do problema da violência sexual contra as mulheres com deficiência.

Van Potter³⁰ (1998), em pronunciamento no IV Congresso Mundial de Bioética, ocorrido em Tóquio – Japão, proclamou a bioética global, “como uma nova ciência ética, é uma necessidade para a sobrevivência humana a longo prazo”. Para o autor, a Bioética passou por alguns estágios, sendo considerada uma ponte entre a ética e as ciências biológicas em seu primeiro estágio. Em uma segunda fase, percebeu-se a necessidade para uma Bioética que se apresentasse como uma moralidade resultante da edificação de uma ponte entre ética médica e ética ambiental.

Como vemos, a teoria original da bioética era a intuição da sobrevivência da espécie humana, em uma forma decente e sustentável de civilização, exigindo o desenvolvimento e a manutenção de um sistema ético. Tal sistema é a bioética global, baseada em intuições e reflexão circunscrita pelo conhecimento empírico de todas as ciências, mas especialmente do conhecimento biológico. Nessa afirmação, uso a palavra empírica no seu sentido usual: conhecimento empírico é o conhecimento baseado em observações e experimentos que são verificáveis independentemente.

Potter (1998) destaca que a Bioética profunda surgiu da lacuna a ser preenchida com algo que explorasse mais a fundo o empirismo, mas que também apontasse distinções interiores entre o certo e o errado e que levam tempo para serem sopesadas.

Olhando em direção ao século XXI, precisamos combinar a bioética profunda na exploração de ligações entre genes e comportamento ético com a nova bioética global, que vai além do legado de Aldo Leopold para abraçar a amplidão de um diálogo entre Hans Küng e Hyakudai Sakamoto. À medida que entro no ocaso de minha vida, sinto que a bioética ponte, a bioética profunda e a bioética global chegaram ao limiar de um novo dia, que vai muito além de tudo o quanto eu poderia imaginar ou desenvolver.

A combinação entre o conhecimento e a reflexão é, na visão de Potter (1998), o núcleo da Bioética, que deve buscar continuamente a sabedoria pela humanidade e o conhecimento para a sobrevivência humana e seu aperfeiçoamento. Assim, a Bioética seria “uma nova ciência ética, que combina humildade, responsabilidade e uma

³⁰ Tradução de Leo Pessini. Revisão de Diego Carlos Zanella. Roteiro do vídeo elaborado e apresentado no IV Congresso Mundial de Bioética (de 4 a 7 de novembro de 1998), em Tóquio, no Japão. Texto originalmente publicado em: *O Mundo da Saúde*, ano 2, v. 6, n. 6, p. 370-374, 1998.

competência interdisciplinar e intercultural, que potencializa o senso de humanidade” (Potter, 1998).

Desenvolver uma política pública direcionada para grupos específicos, tal qual se propõe neste trabalho, é uma tarefa que requer a observação de pontos que compreendam as mulheres com deficiência como sujeitos de direito, com seus diversos contextos de vida, além de trazer o conhecimento produzido pelos estudos da deficiência, procurando mesclar esses aspectos de forma sensível e eficaz.

A Bioética traz em seu bojo as possibilidades de estudos multidisciplinares e interseccionais que são propícios ao desenvolvimento de políticas públicas em diversas áreas, em especial, as voltadas para grupos vulnerabilizados e invisibilizados. A conscientização da sociedade sobre o respeito às diversas formas de estar no mundo das pessoas com deficiência e sobre como se deixar de lado condutas capacitistas, substituindo-as por gestos de empoderamento e empatia, deve fazer parte de uma política pública voltada para o combate à violência contra as mulheres com deficiência.

Para Bussinguer (2014, p. 50),

a diversidade de enfoques e de bases doutrinárias que sustentou e sustenta essas diferentes correntes, ainda quando pautadas em matrizes tão diversas quanto a laicidade ou não de seus pressupostos, tem permitido que embates teórico-metodológicos fortaleçam as escolas de pensamento bioético e deixado evidente que não é possível falar em Bioética como matriz única, comum e harmônica, mas de busca de consensos mínimos que respeitem a diversidade cultural dos diferentes grupos sociais envolvidos.

A inviabilidade de se aplicar a Bioética principialista, nascida nos Estados Unidos, para a resolução de problemas típicos dos países latino-americanos fez surgir um movimento crítico à hegemonia conceitual de países desenvolvidos. A organização do Seminário Regional “Bioética: un desafío internacional. Hacia una Declaración Universal”, em Buenos Aires, Argentina, que reuniu especialistas de países de periféricos culminou com a elaboração da Carta de Buenos Aires (Bussinguer, 2014, p. 58).

Em 2005, foi homologada a Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da Unesco, a qual, para Bussinguer (2014, p. 57), é

considerada um importante marco definidor do delineamento conceitual da Bioética, depois de sua fase inicial na década de 70 e do estabelecimento da chamada Bioética principialista, foi resultante de uma disputa entre forças que defendiam a continuidade do enfoque desenhado no Relatório Belmont, com priorização de temas ligados à tecnociência e às forças que lutavam por uma ampliação da agenda bioética por meio da incorporação de temáticas mais politizadas relacionadas com os problemas que afetam as pessoas de países periféricos, mergulhadas em questões políticas e econômicas associadas à miséria, à pobreza e à desigualdade social.

A Bioética dentro da perspectiva latino-americana mostra-se ideal para a construção de políticas públicas que tenham como escopo o combate às desigualdades sociais típicas de países em desenvolvimento, para os quais se faz necessário o estudo dos contextos diversos, contando com a diversidade de povos que habitam seus territórios. Para políticas voltadas para as mulheres com deficiência, deverão ser considerados a desigualdade de gênero e suas interseccionalidades, bem como as diferentes vivências culturais que experimentam.

Segato (2003, p. 133) alerta para o fato de ser necessária uma política pública que trabalhe a conscientização, em busca de mudanças comportamentais na sociedade dentro de uma ética feminina, o que se enquadra na proposta da utilização da Bioética como ferramenta de construção de um Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres com Deficiência.

Aqui o trabalho da consciência é lento, mas essencial. É preciso retirá-la, instigá-la, trabalhar por uma reforma dos afetos e das sensibilidades, por uma ética feminista para toda a sociedade. Os meios de comunicação de massa, a propaganda – incluo aqui a propaganda da própria lei – devem ser aliados indispensáveis nisso. O trabalho de investigação e de formulação de modelos teóricos para a compreensão das dimensões violentas das relações de gênero, mesmo em famílias mais normais e legais deve ser constante. Como já foi dito: fazer teoria sem ação é sonhar acordado, mas ação sem teoria pode se transformar em um pesadelo.³¹

³¹ *Aquí el trabajo de la conciencia es lento pero indispensable. Es necesario removerlo, instigarlo, trabajar por una reforma de los afectos y de las sensibilidades, por una ética feminista para toda la sociedad. Los medios masivos de comunicación, la propaganda - incluyo aquí la propaganda de la propia ley - deben ser en esto aliados indispensables. Y el trabajo de investigación y de formulación de modelos teóricos para la comprensión de las dimensiones violentas de las relaciones de género aun en las familias normales y legales debe ser constante. Como se ha dicho: "hacer teoría in acción es soñar despiertos, per la acción sin teoría amenaza con producir una pesadilla.*

A proposta a seguir estruturada poderá servir de base para qualquer Estado/município do território nacional, bastando que o gestor adequue às necessidades específicas de seu público. É importante frisar que a proposição se resume às ações relacionadas ao combate à violência sexual contra mulheres com deficiência, a serem inseridas em planos estaduais de ações para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência.

O Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres com Deficiência tem por base dois planos federais de ação de combate à violência e de garantia de direitos, a saber o Plano de Ação contido no Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo Decreto 11.640, de 16 de agosto de 2023, que tem o propósito de prevenir todas as formas de discriminações, misoginia e violências de gênero contra as mulheres por meio de ações governamentais intersetoriais, com perspectiva de gênero e suas interseccionalidades, e o Eixo II, do Novo Plano viver sem Limites, que trata do combate ao capacitismo e da violência contra pessoas com deficiência.

A mulher brasileira ou a que vive em território nacional e que apresenta condição de deficiência é constantemente silenciada, tem sua vida atravessada pelas violências de gênero, pela violência racial e pelo capacitismo. Essa mulher é parte de um sistema de apagamento social, que insiste em desvalorizar seu corpo, sua vivência, sua experiência. Esse sistema a faz ser desacreditada, infantilizando-a e estigmatizando-a como louca. Ela é uma mulher invisibilizada, pois suas necessidades são constantemente ignoradas, num processo de indigência, que a leva à morte social, mesmo mantendo-se viva.

As análises de falas das mulheres entrevistadas na pesquisa deixam evidenciado que as categorias do silenciamento, descredibilidade e invisibilidade permeiam os diferentes ambientes de vivência das mulheres com deficiência e que estão presentes em vários momentos de suas vidas, seja na infância, na adolescência ou na fase adulta. O combate a esse tipo de violência deve ser estruturado em ações que transformem o contexto social, derrubando estigmas e estereótipos, destruindo barreiras de acessibilidade e barreiras atitudinais, empoderando econômica e socialmente essas mulheres.

É impossível combater o capacitismo sem pensar na mulher com deficiência. Sem ouvi-la. Ela não pode comprar o corpo para o vestido da capital. Mas ela pode ensinar que o corpo sente, deixar o vestido fetiche de lado ensinar algo a todas nós: seremos verdadeiramente mulheres. Aceitar a imensa variabilidade humana não como espectro de variações entre normalidades e defeitos, mas como uma diversidade plena de significado. De sentido de humanidade. Eu Acredito no corpo. Seja ele como for, ele é muito, muito mais interessante que qualquer vestido. (Dias, 2022, p. 232).

A formulação de uma política pública precisa passar por alguns processos, sem os quais não é possível estabelecer o plano de ação para sua implementação e avaliação. A identificação do problema; formação de agenda; formulação de alternativas, tomada de decisão, avaliação e prazo são etapas importantes para que a execução do planejado se dê de forma correta e sem intercorrências que possam prejudicar seu andamento. “O ciclo de políticas públicas tem uma grande utilidade: ajuda a organizar as ideias, faz que a complexidade de uma política pública seja simplificada e ajuda políticos, administradores e pesquisadores a criar um referencial comparativo para casos heterogêneos.” (Sechi, 2012, p. 34).

A construção de uma ação voltada ao combate à violência deve ser feita com paciência, com muito diálogo e participação popular, fomentando a participação de quem vive o problema, de quem tem ideias que possam contribuir para a solução vivenciada na ponta do sistema de opressão. “É fundamental um olhar atento para transformar paradigmas construídos ao longo da história e garantir acessibilidade e inclusão buscando elaborar projetos que alcancem os cidadãos e suas várias diferenças.” (Borba, 2022, p. 115).

Quando numa reunião com associações e governo as mulheres gritam por seus direitos, gritam por melhores condições de vida, gritam por saneamento básico, gritam por atendimentos humanizados nos serviços públicos e privados, gritam por segurança em seus lares, em seus trabalhos, gritam porque estão cansadas de serem e verem suas filhas estupradas todos os dias, elas estão dizendo que suas condições de vida as colocam em um lugar de vítimas em potencial da violência. Não, as mulheres não são loucas!

7.3.1 Identificação do problema

A delimitação de uma política pública deve começar pela identificação do problema, da situação que está posta, que gera consequências sociais graves. A detecção dos problemas que serão objeto de políticas públicas pode ser feita pelo próprio governo, mas geralmente é a sociedade que se mobiliza em cobrança pela melhoria de determinada situação.

Os movimentos sociais são molas propulsoras de políticas públicas, que manifestam por meio dos conselhos de direitos, associações comunitárias, associações e sociedades de classes, seus descontentamentos com as políticas públicas ou pela falta delas, os atos de cobrança por melhoria na prestação de serviços, movendo assim o sistema de reconhecimento e da afirmação de direitos. O gestor sempre deve entender a sociedade civil como sua parceira na elaboração de planos e projetos, ouvindo-a por meio de profissionais qualificados que sejam capazes de compreender as diversidades humanas e os contextos sociais nos quais as pessoas estão inseridas.

A movimentação e a cobrança da sociedade civil por uma lei que punisse o agressor doméstico culminou na criação da Lei Maria da Penha, Lei 11.340/2006 e inaugurou um novo momento de conscientização social, tornando público um problema da esfera privada e que tem como consequência milhares de feminicídios por ano no Brasil. “Um problema público pode estar presente por muito tempo, mas não receber suficiente atenção porque a coletividade aprendeu a conviver com ele, como é o caso da favelização das periferias das grandes cidades (Sechi, 2012, p. 35).

Essa naturalização da violência doméstica, que se consolidou com a ideia de submissão da mulher trazida pelos colonizadores, se tornou um problema crônico de nossas sociedades, distribuídos por todas as camadas sociais e faixas etárias. O incentivo para que as mulheres denunciem seus parceiros ainda não foi suficiente para resultar na diminuição do número de feminicídios e outras violências perpetradas contra a mulher.

Aliado ao sistema patriarcal, o capacitismo produz muitas vítimas de violência em nosso país. A mulher com deficiência tem os piores índices de escolaridade e renda

e, majoritariamente, mora nas periferias das cidades, o que a leva a uma situação de dependência pela necessidade de sustento, e de cuidados e apoios diferenciados.

Assim, têm-se que mesmo com a existência de uma Lei que pune a violência contra a mulher, da criminalização da discriminação pela deficiência, a violência contra as mulheres com deficiência não diminuiu. Os dados das notificações aos órgãos oficiais denunciam que as meninas e mulheres com deficiência têm uma chance maior de sofrerem a violência e, que a violência sexual figura como uma das mais praticadas contra esse grupo.

7.3.2 Formação de agenda

A agenda é a pauta do momento, são os problemas que ganharam força nas mídias, na sociedade e no meio político. A imprensa é a grande fomentadora da entrada de assuntos nas pautas governamentais, sendo meio de propagação da pressão feita pela sociedade civil.

Na área da proteção aos direitos das pessoas com deficiência, a Lei 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana e a Lei 13.977/2020, a Lei Romeo Mion, são exemplos de políticas públicas que visam a garantir direitos das pessoas autistas. O movimento de conscientização sobre o autismo, que conta com uma grande força midiática e política, além de ser impulsionado pelo mercado, que viu na condição da neurodiversidade um nicho lucrativo, tem pautado as agendas governamentais.

É preciso estar atento para que não haja apropriação das pautas por políticos oportunistas, o que pode culminar com a criação de normas que promovam verdadeiro retrocesso na conquista de direitos e são contrárias aos enunciados da CDPD.

Um exemplo de retrocesso na área da educação inclusiva foi o Decreto 10.502/2020, que criou a Política Nacional de Educação Especial substituindo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva a qual foi elaborada mediante intenso debate com a sociedade civil, dentro dos princípios constitucionais. A grande movimentação da sociedade civil pautou a revogação desse decreto nos primeiros dias de 2023, já no atual governo federal.

O momento mostra-se oportuno para pautar a violência sexual contra mulheres com deficiência como agenda governamental, pois há um olhar mais atento para a questão tanto da violência contra mulheres quanto da violência sexual, o que pode ensejar a adoção da proposta apresentada por algum governo. O estupro entrou mais uma vez para a pauta das Casas Legislativas, desta vez em virtude da discussão a respeito do aborto da mulher estuprada. Discute-se, mais uma vez o corpo da mulher, se ela pode ou não abortar o fruto de uma violência, mas a discussão para redução imediata dos números de estupros queda-se estagnada, como se tal conduta fosse algo natural dentro da sociedade.

Para Sechi (2012, p. 36), existem três condições para que um problema se torne agenda governamental (agenda formal), a saber: atenção de vários atores sociais que percebem e entendem necessária uma intervenção estatal; as ações propostas devem ser consideradas necessárias e de execução provável; o problema deve permear as áreas de responsabilidade pública.

7.3.3 Formulação de alternativas

A proposta deve apresentar alternativas de execução da política, possibilitando que a ação seja executada de forma correta, garantindo satisfação da sociedade com sua implementação.

Para Sechi (2012, p. 37-38), a fase de construção de alternativas é destinada elaboração de métodos, programas, estratégias ou ações que visem ao objetivo estabelecido. Existem várias formas de se concretizar um objetivo. A escolha da alternativa ideal vai depender de quais recursos humanos, técnicos, ambientais e financeiros estarão disponíveis no momento. O autor entende que as políticas também podem se utilizar de quatro mecanismos que auxiliam na indução de comportamentos sociais. São modos diferentes de realizar as políticas e podem ser recebidos pela população com mais ou menos aprovação. São eles (Sechi, 2012, p. 38):

- a) premiação: essa é uma técnica de estimular que boas práticas sejam multiplicadas e reconhecidas como de grande contribuição social. Por meio

- de um estímulo positivo, a premiação pode trazer grandes parcerias para o estado. (editais de premiação de boas práticas de inclusão social);
- b) coerção: imposição de comportamentos, com associação de uma sanção administrativa, cível ou penal (Lei Maria da Penha);
 - c) conscientização: essa é uma técnica de influenciar comportamentos com apelos ao senso de dever moral, de modo que a pessoa é levada a refletir sobre determinada conduta (campanha de conscientização sobre o respeito aos idosos, gestantes e pessoas com deficiência no transporte público);
 - d) soluções técnicas: são soluções encontradas para que o comportamento seja induzido de forma indireta (mudança de sentido de uma rua para redução de acidentes e atropelamentos).

A partir das alternativas de ações, passa-se à fase de tomada de decisão que deve ser feita com muita responsabilidade social, atentando para a ampla participação social e atendendo aos princípios constitucionais.

7.3.4 Tomada de decisão

Na tomada de decisão sobre políticas públicas para pessoas com deficiência há um imperativo a ser observado: a participação plena desse grupo em todos os momentos da construção e implementação da política. Cada momento na elaboração precisa ser discutido com a sociedade civil, e as decisões a serem tomadas devem passar pelo crivo da sociedade civil, em especial dos conselhos de direitos nas esferas municipal, estadual e federal.

O “Nada sobre nós, sem nós” é expressão de ordem no movimento das pessoas com deficiência e a legitimação ou não de determinadas políticas vai passar obrigatoriamente pela maior ou menor participação social. Essa cobrança pela plena participação é baseada em histórico de exclusão e de silenciamento pelos qual esse grupo foi submetido.

Alvo prioritário de violências diversas, em quaisquer dos espaços sociais observam-se barreiras que anteparam a sua participação. Além de social, a violência é também epistêmica, Dado que pouco se produz sobre essas pessoas, e mesmo esse pouco produzido, frequentemente advém de um olhar exterior objetificando as pessoas e destituindo as no processo de sua

humanidade. A não participação de pessoas, cuja representação social é profundamente estigmatizada, deturpa a qualidade e a fidedignidade do conhecimento resultante e não permite embasar suficientemente o questionamento à violência social que marca seus cotidianos, tampouco possibilita traçar caminhos alternativos para construir uma estrutura societária que respeite e valorize diversidade humana. (Costa; Amorim; Getner, 2022, p. 56).

A tomada de decisão também pode indicar qual o melhor momento para a implementação de determinadas políticas e, se tratando de políticas transversais, elas podem ser articuladas dentro de um cronograma de ações, para um efeito mais concreto e duradouro.

A acessibilidade plena deve ser garantida nos espaços de discussões das políticas públicas, não apenas quando se tratar de políticas públicas direcionadas para pessoas com deficiência. Há um equívoco social que sustenta a crença de que apenas em eventos onde se discutam direitos e ações direcionados às pessoas com deficiência deve ser providenciada a acessibilidade, como se essas pessoas se interessassem apenas por assuntos relacionados à deficiência, e estivessem alienados de problemas como meio ambiente, saúde, economia, tecnologia etc.

As pessoas com deficiência estão em todas as áreas, se ocupam de todos os assuntos e somente não estão mais incluídas porque a própria sociedade as exclui ao não disponibilizar acessibilidade física, comunicacional, tecnológica e atitudinal.

Todas as alternativas à disposição para o desenvolvimento das políticas públicas, bem como os riscos e suas consequências, precisam estar expostas de forma objetiva, em linguagem simplificada, em formatos acessíveis a todas as pessoas, proporcionando inclusive tempo maior de consulta pública, em respeito às pessoas com limitações decorrentes da idade ou da deficiência.

7.3.5 Avaliação e monitoramento de políticas públicas

A etapa da avaliação e monitoramento das políticas públicas é uma etapa imprescindível para sua manutenção. Proporcionar que as avaliações sejam feitas tanto pela área técnica quanto pelos destinatários da política é o método honesto e

dinâmico que auxilia em decisões de alteração, ajustes, encerramento ou continuidade de programas e ações criados para resolver o problema detectado.

É preciso que as avaliações se deem nos âmbitos interno e externo, mas sempre deverão estar sintonizadas para uma análise conjunta. As comissões de avaliação e monitoramento interno, que contam com os setores envolvidos no desenvolvimento e implementação da política precisam analisar como o fluxo de trabalho, as melhorias a serem realizadas internamente, como o alocamento ou deslocamento de servidores especializados para a atuação no projeto; as melhorias estruturais como o investimento em recursos humanos e tecnologias para maior eficiência do trabalho, a fiscalização dos valores investidos etc.

Já nos comitês de avaliação e monitoramento, com formação paritária entre sociedade civil e governo, devem tratar dos assuntos relacionados à boa prestação do serviço proposto, à melhoria na utilização de equipamentos públicos, na recepção positiva ou negativa de determinadas políticas na comunidade, de sugestões de melhorias, da fiscalização da utilização dos recursos investidos etc.

Consultas públicas, formulários de avaliações, reuniões presenciais para a escuta ativa com os grupos envolvidos podem ser bons instrumentos de avaliação. Nesses momentos pode-se utilizar de alguns critérios avaliativos como a economicidade, eficiência econômica e administrativa, eficácia, equidade de distribuição dos benefícios.

Apesar de suas potencialidades, avaliações completas e significativas são difíceis de realizar. Levando-se em consideração as informações e o tempo necessários, a avaliação sistemática é uma tarefa dispendiosa. Basta imaginar que a produção e a manutenção constantes de dados atualizados para as tarefas de avaliação requerem esforços organizativos, materiais e humanos. Na falta desses recursos, as avaliações acabam se traduzindo em verificação de alguns indicadores básicos que frequentemente não mostram aspectos qualitativos dos processos e resultados produzidos. (Sechi, 2012, p. 51).

Contar com avaliações que possam contribuir com a melhoria, a continuidade da política é essencial ao processo. Admitir que projetos desenvolvidos possam ser executados sem que haja um controle social rígido, capaz de influenciar em toda a sua existência é retroceder no processo democrático e na luta por afirmação de

direitos humanos. Quando focados nas pessoas com deficiência, a sua não participação fomenta o processo de violações pelo qual esse grupo é submetido historicamente.

7.3.6 Período de validade e extinção da política pública

Os ciclos das políticas públicas podem variar de acordo com seus objetivos e complexidade de problemas a serem resolvidos. As constantes avaliações e monitoramentos podem trazer indicadores de que o resultado pretendido está próximo de ser obtido.

Avaliações também podem trazer que a política foi ineficaz, não colaborando com a redução ou resolução do problema. Após as avaliações, cumprimento de cronograma proposto no projeto inicial, três possibilidades podem surgir: o problema foi entendido como resolvido; as normas que se originaram a partir da política foram julgadas ineficazes ou o problema foi resolvido parcialmente e passa a não preencher mais as agendas governamentais.

Sechi (2012, p. 53) alerta que o tempo de maturação de uma política pública, em geral, é de dez anos após a sua implementação. As políticas precisam de determinado período para ajustes, reconhecimento, assimilação e mudança comportamental esperada pela população e pelos agentes públicos.

Muitas campanhas são realizadas no âmbito interno das Administrações Públicas para mudanças comportamentais dos servidores em relação aos atendidos. Essa é uma das peculiaridades das ações voltada para a efetivação de direitos fundamentais. Formações em melhorias no atendimento do público pertencente às minorias vulneráveis faz com que as pessoas se sintam acolhidas, possam usufruir de direitos em igualdade com as demais pessoas.

Borba (2022, p. 115) entende que há uma necessidade premente de que as instituições públicas desconstruam as barreiras que reduzem a participação desse grupo, por meio da capacitação contínua dos servidores para que tanto a fase de

elaboração quanto a fase de efetivação e avaliação das políticas públicas possam ser desenvolvidas sem discriminações, capacitismo ou vitimismo dos sujeitos envolvidos.

O fim de uma política pode representar uma perda sensível para determinados grupos, por isso a importância da avaliação para tornar boas políticas de governo em políticas de estado, perpetuando planos de ações, independentemente de qual grupo político estará no poder, a política de proteção deverá continuar.

7.4 A PROPOSTA DE POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA SOB A ÓTICA DA BIOÉTICA

Elaborar uma proposta de política para um público tão vulnerabilizado é desafiador, pois exige uma intersecção de conceitos e estudos multidisciplinares. Combater a violência sexual contra mulheres com deficiência é, sobretudo, tentar destruir ideias há muito tempo inculcadas na sociedade.

Derrubar as barreiras atitudinais não significa apenas trabalhar contra o capacitismo estrutural, mas também desconstruir a pedagogia da crueldade, tal como Rita Segato (2021) denomina

todos os atos e práticas que ensinam, habitam e programam os sujeitos a transformar o vivo e sua vitalidade em coisas. Nesse sentido, esta pedagogia ensina algo além do matar, ensina a matar de uma morte desritualizada, de uma morte que deixa apenas resíduos em lugar do defunto. (Segato, 2021, p. 13, tradução livre).³²

Para Segato (2021, p. 13), a repetição da violência produz um efeito de normalização do quadro de crueldade, que tem como consequência baixos limites de empatia, que restam por alimentar a empresa predadora. Há um projeto histórico de satisfação por meio da obtenção de coisas, o que traz sentido a ideia de coisificação dos sujeitos, alimentada pelo gozo narcisista e consumista.

³² *Llamo pedagogías de la crueldad a todos los actos y prácticas que enseñan, habitúan y programan a los sujetos a transmutar lo vivo y su vitalidad en cosas. En ese sentido, esta pedagogía enseña algo que va mucho más allá del matar, enseña a matar de una muerte desritualizada, de una muerte que deja apenas residuos en lugar del difunto.*

Com base nas análises das falas das mulheres entrevistadas, nos estudos feministas decoloniais, na Bioética e estruturada conforme o Novo Plano Viver sem Limites (NVSL) e no Pacto Nacional de Prevenção ao Femicídio (PNPF), apresenta-se a seguinte proposta para o Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Mulheres com Deficiência.

7.5 PLANO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA

Apresentação

A violência contra as pessoas com deficiência é um problema que precisa ser enfrentado imediatamente. Não é mais possível encobrir o que os números passaram a mostrar. Mais uma vez, o Atlas da Violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA), publicado em junho de 2024 trouxe dados alarmantes sobre a violência contra esse grupo. Não sem surpresas, as mulheres com deficiência são a maioria das vítimas.

É importante ressaltar que as mulheres são as mais afetadas em todos os grupos de deficiência em comparação com os homens, **sendo que as mulheres com deficiência intelectual enfrentam taxas que ultrapassam em mais que o dobro as dos homens na mesma condição**, exceto no caso da deficiência visual, em que os valores são mais próximos. (IPEA, 2024, p. 69, grifo nosso).

Os dados atualizados confirmam a urgência de discussão sobre a violência sexual contra as mulheres com deficiência. No que diz respeito à diferença, “o número de notificações de violência de natureza sexual chegou a ser quase sete vezes maior para mulheres do que para homens (3.064 notificações para mulheres e 442 para homens)” (IPEA, 2024, p. 69).

Ainda que seja urgente o combate à violência sexual, sabe-se que em se tratando de Administração Pública, resultados imediatos são difíceis de serem alcançados. Buscando resultados a médio e longo prazo a proposta pretende agregar os 3 Eixos Estruturantes do Plano de Ação contido do PNPF, dentro das ações do Eixo II - enfrentamento do capacitismo e da violência contra as pessoas com deficiência, do

NVSL. Essa congruência se faz necessária porque a mulher com deficiência tem necessidades diferenciadas que precisam de um olhar atento no momento da elaboração de uma política pública.

Dentro do Eixo II do NVSL, preconiza-se o enfrentamento do capacitismo e a violência e estabelecendo uma ação de atenção primária, em conexão com o PNPf, a qual deverá estar voltada à prevenção da violência, trabalhando a mudança de atitudes, preconceitos e comportamentos, eliminando os estereótipos de gênero, promovendo a cultura anticapacitista e de não discriminação, que vise ao respeito às diferenças e o combate à misoginia e à violência de gênero e baseada na deficiência.

Antes de criar ou executar as ações de enfrentamento à violência sexual contra mulheres, é importante que o governo crie uma condição de governança dessas ações, com setor interno capaz de coordenar as políticas nas diversas áreas em que ela esteja incorporada, além de um comitê gestor, com participação paritária entre governo e sociedade civil é peça fundamental para o bom andamento da política.

Eixos de ação

Eixo 1: conscientização do papel das pessoas com deficiência na sociedade

Dentro do eixo 1, na **ação primária** está o trabalho para a conscientização das crianças, adolescentes e adultos sobre a importância da inclusão de todas as pessoas na sociedade; educação voltada para a proteção contra o abuso sexual, com adesão de projetos educativos com linguagem acessível, capacitação de profissionais da educação em temas que envolvam os direitos da pessoa com deficiência e condutas anticapacitistas, formação de mulheres com deficiência líderes comunitárias, que serão multiplicadoras do conhecimento para prevenção, identificação e encaminhamento das vítimas aos órgãos competentes, bem como a capacitação de servidores das áreas da saúde, segurança e assistência social para um atendimento que não revitimize essa mulher.

A ação primária estará voltada para o enfrentamento à violência sexual contra mulheres com deficiência com ações sistemáticas, que envolvam a escola, Estado, comunidade e família na conscientização sobre a importância da inclusão social de

todas as pessoas com deficiência e ações de empoderamentos de meninas e mulheres com deficiência. Compreende-se que a educação de meninas para a sua proteção contra os abusos deve começar tão logo elas tenham condições para sua compreensão.

Iniciativas que merecem servir de modelo são o curso de Fortalecimento da Liderança e o Empoderamento das Mulheres com Deficiência na Região da América Latina e Caribe³³ e os cursos regionais sobre Liderança e Empoderamento de Mulheres e Jovens com Deficiência³⁴, realizados com o apoio da Rede Latino-americana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiências e suas Famílias (RIADIS), com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

Outro projeto que merece destaque sobre a educação para a proteção do abuso sexual é o Eu me Protejo, que foi elaborado por uma jornalista e mãe de uma jovem com T21 (Síndrome de Down) preocupada com a proteção da filha contra a violência sexual. O projeto já está adotado por vários municípios e Estados, pois tem imagens e linguagem simples, de fácil compreensão por crianças com deficiência intelectual. O projeto tem sido adotado por vários municípios brasileiros (Apêndice 3).

Diretrizes:

- a) desconstrução de ideias capacitistas, racistas e sexistas no âmbito da sociedade e serviço público;
- b) empoderamento de meninas e mulheres com deficiência por meio da educação para o enfrentamento da violência sexual.

Educação:

- a) capacitação de servidores da área da educação para o atendimento humanizado às crianças, adolescentes e adultos com deficiência. Esses

³³ *Fortalecimiento del liderazgo y empoderamiento de mujeres con discapacidad de la Región de América Latina y El Caribe.*

³⁴ *Liderazgo y empoderamiento de mujeres y jóvenes con discapacidad, realizados con apoyo de La Red Latinoamericana de Organizaciones no Gubernamentales de Personas con Discapacidad y sus Familias – RIADIS, con el apoyo del Fondo de Población de las Naciones Unidas - UNFPA y la Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo – AECID.*

profissionais não atuam em sala de aula, mas compõem o ambiente escolar, como assistentes e técnicos de secretaria, merendeiros, pessoal da limpeza e segurança;

- b) capacitação de coordenadores e professores para a conscientização sobre a importância de não se utilizar de expressões e atitudes capacitistas, bem como não reproduzir violências do cotidiano contra essas pessoas;
- c) introdução no currículo escolar de projetos que possam levar a todas as crianças e adolescentes, com e sem deficiência, noções de como se proteger de abusos sexuais;
- d) projetos de conscientização de pais, alunos e comunidade escolar sobre a importância do combate ao capacitismo, por meio de campanhas que utilizem materiais lúdicos, como a elaboração de vídeos, cartazes, peças teatrais etc.;
- e) ações que fomentem o empoderamento político das meninas e a igualdade entre meninos e meninas. Por meio de projetos pedagógicos lúdicos, pode ser estimulada a participação paritária entre gêneros, de crianças e adolescentes com e sem deficiência, estimulando a formação de lideranças. (Ex.: processo eleitoral simulado, grêmios estudantis, eleição de lideranças de turmas);
- f) oferecimento de transporte escolar acessível em todos os níveis de escolaridade, inclusive na Educação de Jovens e Adultos (previsto no NVSL);
- g) formação de professores de salas comuns na "Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva" (previsto no NVSL);
- h) capacitação de profissionais que trabalhem em ambientes escolares em Língua Brasileira de Sinais (Libras), melhorando a inclusão das pessoas surdas usuárias dessa língua;
- i) campanhas de conscientização sobre a importância da valorização e respeito pela mulher e todas suas formas de existência, visando à quebra de estereótipos e estigmas naturalizados com o sistema patriarcal e até hoje reproduzidos;
- j) campanhas de conscientização sobre o capacitismo no ambiente familiar e suas consequências para uma vida adulta independente;

- k) priorizar a formação acadêmica e técnica de mulheres com deficiência em várias áreas do conhecimento, visando ao seu empoderamento.

Saúde:

- a) capacitação de profissionais médicos e de enfermagem para atendimentos às mulheres com deficiência, de modo humanizado e anticapacitista;
- b) capacitação de profissionais que trabalhem em todo o sistema de saúde para um tratamento humanizado às mulheres e meninas com deficiência, observando suas diversas necessidades de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, tecnológica e de informações;
- c) campanhas educativas em prol da saúde sexual e reprodutiva das mulheres com deficiência e contra o capacitismo;
- d) construção de novas policlínicas com macas e mamógrafos acessíveis para mulheres com mobilidade reduzida (previsto no NVSL);
- e) implementação de Central de Intermediação de Libras para atendimento às mulheres surdas usuárias de Libras nos ambientes de atendimento e cuidados com a saúde;
- f) campanhas de conscientização dos profissionais de saúde sobre direito das pessoas com deficiência a um acompanhante durante as consultas médicas e odontológicas e às pessoas surdas à intermediação em Libras;
- g) acessibilidade nos locais de atendimento em saúde com painéis sonoros e visuais, pisos e informações táteis em Braille, rampas e elevadores, banheiros acessíveis de acordo com as normativas legais;
- h) oferecimento de serviço de orientação sobre os possíveis sinais de alerta na criança quando vítimas de abuso sexual.

Direitos Humanos:

- a) campanhas de conscientização sobre o capacitismo nas famílias, por meio de mídia acessível;
- b) formação de lideranças para atuação na defesa de direitos humanos das pessoas com deficiência nos territórios, com ênfase em pessoas negras, mulheres e LGBTQIA+ com deficiência – Programa de Formação de Lideranças com Deficiência (previsto no NVSL);

- c) campanha de orientação sobre a utilização do DISQUE 100 para denúncias sobre capacitismo;
- d) formação de conselhos de direitos das pessoas com deficiência em todos os municípios do território nacional;
- e) formação dos conselheiros de direitos humanos;
- f) formação de conselheiros tutelares;
- g) implementação de Central de Intermediação em Libras para pessoas usuárias de Libras;
- h) campanhas de educação de mulheres com deficiência sobre seus direitos e garantias legais;
- i) campanhas voltadas para o empresariado, a fim de ampliar as contratações de mulheres com deficiência em situação de violência doméstica;
- j) garantir a participação de pessoas com deficiência em todos os conselhos de direitos estaduais e municipais.

Assistência Social:

- a) implementação de Central de Intermediação em Libras;
- b) acessibilidade em todos os centros de atendimento da assistência social;
- c) capacitação de servidores da área da assistência para o enfrentamento ao capacitismo;
- d) capacitação de servidores para o enfrentamento à violência contra a mulher com deficiência;
- e) campanhas de combate ao capacitismo dentro dos ambientes institucionais;
- f) criar fluxo de encaminhamento de mulheres com deficiência para a educação formal, técnica ou acadêmica, na rede pública ou em parcerias com outras instituições, incentivando a saída dessas mulheres da linha de pobreza e da dependência econômica de seus parceiros.

Segurança Pública:

- a) capacitação de servidores para atendimento e acolhimento humanizado de mulheres com deficiência em situação de violência;
- b) implementação de atendimento em Libras, por meio de Central de Intermediação e de servidores presenciais para atendimentos dos casos de violência contra mulheres;

- c) disponibilidade de profissionais do sexo feminino para atendimento de ocorrências contra as mulheres com deficiência;
- d) capacitação de profissionais de segurança pública na Língua Brasileira de Sinais (Libras) (previsto no NVSL);
- e) campanhas públicas de prevenção à violência sexual em formatos acessíveis a todas as pessoas;
- f) capacitação de profissionais de segurança pública na atuação policial frente às pessoas com deficiência psicossocial e outros grupos vulneráveis (previsto no NVSL).

Departamento de Trânsito:

- a) oferecer incentivo e condições de prioridades e acessibilidade para a habilitação para condução de veículo por mulheres com deficiência em situação de violência, abrindo assim o leque de oportunidades de trabalho.

Eixo 2: prevenindo o agravamento das situações de violência contra as mulheres com deficiência

Dentro do eixo 1, na **ação secundária** estão elencadas ações que visam à intervenção precoce e qualificada com intuito de prevenir a repetição e o agravamento das condutas de discriminação, misoginia, violência de gênero, violência sexual em especial das mulheres e meninas cujas vidas são atravessadas por marcadores sociais de raça, classe social, orientação sexual, baixa escolaridade etc.

Entende-se que a intervenção precoce pode frear ou evitar uma violência potencialmente mais grave. Ao menor sinal de violência sexual contra mulheres com deficiência os profissionais de atendimento devem estar preparados para um enfrentamento ágil, eficaz e o oferecimento de orientação, acolhimento e encaminhamento correto dessas mulheres.

A falta de empatia e de apoio foi relatado pelas mulheres entrevistadas como uma segunda violência, na qual os servidores a culpavam de terem sido estupradas. Essa ideia machista deve ser combatida por meio de campanhas educativas dos servidores envolvidos.

No PNEF destacam-se algumas ações como a construção e equipagem de unidades de Casas da Mulher Brasileira, Centros de Referência da Mulher Brasileira e Casa da Mulher Indígena; além da estruturação, ampliação e entrega de unidades móveis de atendimento para as mulheres do campo, floresta, águas, quilombolas, indígenas e ciganas, e da qualificação e capacitação de profissionais da segurança pública e da rede de atenção psicossocial (Brasil, 2023).

De forma sistematizada, os órgãos envolvidos devem trabalhar para o evitamento e o pronto atendimento dessas mulheres. Abaixo, as sugestões de ações sistematizadas nas áreas envolvidas.

Diretrizes:

- a) prevenção de situações que possam culminar em violência sexual contra mulheres com deficiência;
- b) oferecimento de espaços acessíveis de acolhimento para mulheres com deficiência vítimas de violência sexual.

Educação:

- a) capacitação de professores sobre a violência sexual em crianças, adolescentes e adultos com deficiência, possibilitando uma possível detecção precoce das violações;
- b) promoção de campanhas de incentivo à denúncia anônima ou não das violências sexuais sofridas ou conhecidas.

Ações:

Saúde:

- a) acessibilidade dos locais de atendimento às mulheres com deficiência em situação de violência;
- b) capacitação dos profissionais de saúde para a rápida detecção de sinais de violência sexual contra meninas e mulheres com deficiência;
- c) campanhas de conscientização dos profissionais da saúde sobre a importância da notificação das violências contra meninas e mulheres com deficiência;

- d) capacitação dos profissionais da saúde para atendimento humanizado de mulheres com deficiência vítimas de violência, sem o uso de expressões ou condutas capacitistas;
- e) disponibilidade de macas e equipamentos de atendimento acessíveis;
- f) orientação sobre a saúde sexual e reprodutiva para mulheres com deficiência.

Assistência Social:

- a) encaminhamento de mulheres em situação de violência aos serviços de atendimento de saúde e segurança;
- b) criação de mais vagas para mulheres com deficiência em casa de apoio para mulheres em situação de violência, garantindo o sigilo sobre seus dados e sua proteção contra o violador;
- c) encaminhamento de meninas e mulheres em situação de violência sexual aos serviços de proteção, quando ameaçadas;
- d) conscientização dos profissionais de assistência social sobre as condutas capacitistas, para que o atendimento não seja novo modo de violações de direitos;
- e) protocolo de qualificação e monitoramento dos espaços de acolhimento às pessoas idosas e com deficiência (previsto no NVSL).

Segurança Pública:

- a) disponibilização de servidoras públicas, preferencialmente mulheres com deficiência, para o atendimento de mulheres com deficiência em situação de violência;
- b) promoção de acessibilidade no atendimento às mulheres surdas, por meio de vídeo chamada com intérpretes de Libras, preferencialmente mulheres;
- c) promoção de acessibilidade nas delegacias e postos de atendimento de segurança pública;
- d) criação de grupos para o atendimento nas delegacias e em residências de mulheres com deficiência vítimas de violência sexual que tenham dificuldades de mobilidade;
- e) protocolo de atendimento e encaminhamento de denúncias de violações de direito de pessoas com deficiência (previsto no NVSL).

Eixo 3: Promoção de garantias de direitos e acesso à justiça

Para atenção terciária estão previstas ações que tenham por objetivo promover a garantia de direitos, de reparação e o acesso à Justiça, garantindo a efetivação de direitos humanos. No PNEF estão previstas a implementação do Decreto 11.430/2023, que estabelece percentual mínimo, em contratações públicas, de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e uma política de reparação de danos aos filhos sobreviventes e aos familiares das vítimas de feminicídio.

Diretrizes:

- a) garantir o acesso à Justiça por meio de ações integradas para apuração dos fatos e punição dos autores do delito;
- b) garantia de reparação de danos às mulheres com deficiência vítimas de violência sexual e a seus familiares.

Ações:

Educação:

- a) criação de campanhas e projetos de educação que levem aos adolescentes e a seus pais a importância e os meios para o acesso à justiça quando ocorrerem situações de violência contra mulheres com deficiência;
- b) criação de projetos em educação de direitos humanos que englobem, obrigatoriamente, a promoção, proteção e defesa de direitos humanos, envolvendo temas relacionados à igualdade racial, diversidade sexual e gênero, proteção de crianças e adolescentes, e pessoas com deficiência.

Saúde:

- a) garantir atendimento prioritário às mulheres e meninas vítimas de violência sexual, com prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e danos ao sistema reprodutor devido à violência sofrida;

- b) garantir atendimento às mulheres com deficiência que tenham sido vítimas de violência sexual, preferencialmente por profissionais da saúde que sejam mulheres, a fim de se evitar constrangimento desnecessário;
- c) garantir a presença de profissional intérpretes de Libras no locais de atendimento às mulheres surdas vítimas de violência, preferencialmente, por intérpretes mulheres.

Assistência Social:

- a) garantir o atendimento prioritário de mulheres com deficiência vítimas de violência sexual para encaminhamento aos programas de assistência e acolhimento institucional, em casos de violência sexual praticada dentro do ambiente doméstico;
- b) garantir encaminhamento de crianças e adolescentes com deficiência vítimas de violência sexual aos órgãos de proteção e acolhimento institucional, nos casos de violência sexual praticada dentro do ambiente doméstico.

Direitos Humanos:

- a) estruturar os conselhos de direitos das mulheres, das pessoas com deficiência, da criança e adolescente;
- b) formar conselheiros de direitos humanos que possam auxiliar no enfrentamento da violência sexual contra mulheres com deficiência;
- c) formar conselheiros tutelares na temática do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes vítimas de violência.

Segurança Pública e Justiça:

- a) promover acessibilidade nas delegacias e órgãos do sistema de Justiça voltados para o atendimento de mulheres vítimas de violência;
- b) garantir intérpretes de Libras para o atendimento nos locais de atendimento do Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público;
- c)
- d) qualificar membros e servidores do Ministério Público, do Judiciário, Defensoria Pública sobre capacitismo e violência sexual contra meninas e mulheres com deficiência;

- e) capacitação de servidores para combate ao capacitismo dentro dos ambientes institucionais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização europeia ocorreu de forma abrupta em toda a América Latina, provocando alterações substanciais nos modos de vida dos povos originários. O sistema do patriarcado implementado pelos estrangeiros trouxe as ideias de pecado, de pornografia, de pertencimento e dominação sexual do homem sobre a mulher, a divisão sexual do trabalho e o recolhimento da mulher ao ambiente privado. A reificação da mulher trouxe em seu bojo a autorização para as violações sexuais.

O crescente aumento da violência sexual contra as mulheres com deficiência denuncia a pouca efetividade das políticas públicas existentes para o enfrentamento desse problema social. Compreender as especificidades desse grupo, dentro do contexto social brasileiro, é fundamental para a elaboração de projetos e ações eficazes na redução dos números de casos de estupros de meninas e mulheres com deficiência.

A violência de gênero é herança do sistema patriarcal trazido ao nosso país pelos colonizadores, que também impuseram a ideia de raça como marcador de diferenças sociais. Impondo o padrão homem, branco, heterossexual, sem deficiência como dominador, a sociedade brasileira se desenvolveu naturalizando a violência de gênero, o racismo, o capacitismo e a desigualdade social.

Conseqüentemente, as pessoas que não atendiam a esse padrão dominador foram sendo excluídas e ficando à margem da sociedade, inchando as camadas mais pobres da população, com empregos subalternos e poucas possibilidades de saírem do ciclo de manutenção da pobreza.

Da necessidade de um olhar diferenciado para essas mulheres, que experienciam viver em um corpo despadronizado, surgiu a ideia de trazer a Bioética como ferramenta capaz de auxiliar na elaboração de uma proposta de política pública para o enfrentamento da violência sexual, mas sob um viés decolonial, procurando desconstruir os estigmas e estereótipos a elas aderidos ao longo do tempo.

A realização de entrevistas com sete mulheres com deficiência, que declararam ter sofrido violência sexual, possibilitou a detecção de três categorias de análise, quais sejam a invisibilidade, o silenciamento e a descredibilidade das mulheres com deficiência. Durante as entrevistas foi possível compreender que o capacitismo está presente na vida das pessoas com deficiência desde a infância e, em interseccionalidades com outros marcadores sociais, traz graves consequências para suas vidas.

A Análise do Discurso, sob a ótica foucaultiana, foi utilizada com o intuito de se encontrar elementos sensíveis que pudessem, de algum modo, auxiliar na elaboração de um projeto de política pública para o enfrentamento à violência sexual contra mulheres com deficiência.

O capacitismo se mostrou presente nas falas de todas as entrevistadas, embora elas estejam inseridas em diversos contextos sociais, o que aponta que esse não é um problema presente em determinadas classes sociais, mas, sim, está na estrutura da concepção da pessoa com deficiência como incapaz, assexuada e desumana, e se renova na reprodução impensada dos estereótipos negativos e nos estigmas que insistem em etiquetar as pessoas desse grupo vulnerabilizado.

A invisibilidade, a descredibilidade e o silenciamento dessas mulheres também foram uma constante em suas narrativas, em especial após a violência sexual sofrida. Uma questão é importante trazer que, embora três mulheres tenham relatado que sofreram estupro, apenas a mulher branca teve um acolhimento na delegacia considerado satisfatório, as outras duas, mulheres negras, foram culpadas pela violência sofrida.

A invisibilidade é produzida por meio de ideias capacitistas de infantilização, de incapacidade de tomar decisões e fazer escolhas, da desnecessidade de oferecer uma educação sexual para uma vida saudável das pessoas com deficiência e, também pela falta de acessibilidade nos equipamentos públicos, que vai desde uma simples rampa até a indisponibilidade de intermediação em Libras.

A descredibilidade de suas falas perante a família, a escola e as instituições públicas e privadas as desestimulam a falar das experiências vividas, agravando sua

invisibilidade social. Cotidianamente, o estereótipo da mulher louca é utilizado para descredibilizar suas falas, tática que substituiu a internação das mulheres que desafiam os padrões sociais, nos antigos hospícios.

O silenciamento de suas vozes pode ser notado na baixa representatividade de mulheres com deficiência nos ambientes públicos, como é o caso das casas legislativas, no Poder Judiciário e no Poder Executivo. Entre homens e mulheres com deficiência também pode ser observada a tática do silenciamento delas nos fóruns e associações representativas desse grupo.

A baixa taxa de escolaridade, os empregos subalternos, as diferenças salariais em relação aos homens, a falta de autonomia e independência são alguns dos exemplos que podem ser apontados pela falta de oportunidades geradas pelo capacitismo estruturado na sociedade.

A vulnerabilidade das mulheres com deficiência decorre não só de sua condição física, intelectual ou sensorial diferenciada, mas também da sua dependência econômica e de cuidados cotidianos. Esse fato a coloca em posição de inferioridade para com as outras pessoas, o que pode configurar um facilitador para que ela sofra a violência sexual.

A Bioética foi utilizada como ferramenta para questionar os entrelaçamentos dos marcadores sociais com a deficiência e para a compreensão de que a diversidade humana deve ser respeitada e protegida, considerando as condições de desigualdade social no Brasil.

O modelo biopsicossocial da deficiência, apresentado por ocasião da assinatura da CDPD, impõe uma avaliação da deficiência por meio da detecção das barreiras físicas e atitudinais encontradas por elas ao longo de sua vida, possibilitando uma distribuição mais igualitária de oportunidades a essas pessoas. O modelo biopsicossocial também quebra o velho paradigma da deficiência como um problema da esfera privada do indivíduo e o compartilha com a sociedade, passando a inclusão a ser uma responsabilidade de todas as pessoas.

Desta forma, considerando que vivemos em um país colonizado, que ainda vive sob os padrões normalizadores para corpo, sexo, gênero, cor de pele e classe social, e que as pessoas com deficiência necessitam de um olhar diferenciado, encontrado na Bioética, para a compreensão de suas diferentes formas de vida e compreensão do mundo, foi apresentada uma proposta de política pública para o enfrentamento da violência sexual contra as meninas e mulheres com deficiência.

Trata-se de uma proposta, a ser obrigatoriamente discutida com as mulheres com deficiência, nos conselhos de direitos e nas suas associações representativas, em respeito ao direito à plena participação e ao lema da CDPD “Nada sobre nós, sem nós”.

A proposta busca o enfrentamento da violência sexual contra meninas e mulheres com deficiência, com resultados a médio e longo prazo, agregando os três Eixos Estruturantes do Plano de Ação contido do Pacto Nacional de Enfrentamento ao Femicídio (PNEF), dentro das ações do Eixo II - enfrentamento do capacitismo e da violência contra as pessoas com deficiência, do NVSL.

A proposta deverá ser apresentada, discutida e chancelada pelas pessoas com deficiência, em especial, as mulheres com deficiência, do Estado ou município no qual será implementada, levando em consideração o contexto social das diferentes regiões de nosso país, respeitando sempre a diversidade humana, em todos os seus aspectos.

Nada sobre nós, sem nós!

REFERÊNCIAS

ABREU, Arthur Emanuel Abreu; FRANCISCHETO, Gilsilene Passon P. Direito fundamental à educação de qualidade: a pedagogia dos multiletramentos e o pensamento decolonial diante das diferenças. **Revista Linguagem, Educação e Sociedade**, Teresina, ano 24, n. 42, maio/ago. 2019. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/LES_42_21_AGO_2019_120190902105128.pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA AÇÃO POR DIREITOS DAS PESSOAS AUTISTAS (ABRAÇA). **Manifesto Sou autista, tenho minha voz!** 2014. Disponível em: <https://abraca.net.br/sou-autista-tenho-a-minha-voz/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA AÇÃO POR DIREITOS DAS PESSOAS AUTISTAS (ABRAÇA). **Manifesto Sou Autista, tenho direito ao meu próprio corpo.** 2017. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1BlqIp9o7YRe7jgn34BE6K-jojw3JUgKyUP9CCTRq0hg/edit?pli=1>. Acesso em: 2 fev. 2024.

ADOLFO, Kalel. Sentidos que transcendem: o despertar sexual de PCDs. **Revista Cláudia**, mar/2023. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/amor-e-sexo/sexualidade-pcd-relatos>. Acesso em: 3 abr. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil tem mais de 18 milhões de pessoas com deficiência:** dados são da PNAD Contínua de 2022. Jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-07/brasil-tem-mais-de-18-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>. Acesso em: 8 jul. 2023.

AGENCIA GOV. **Brasil registra quase 52 mil denúncias de violação de direitos contra pessoas com deficiência neste ano.** Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202310/brasil-registra-quase-52-mil-denuncias-de-violacao-de-direitos-contra-pessoas-com-deficiencia-nos-primeiros-nove-meses-de-2023#:~:text=O%20Disque%20100%20pode%20ser,canais%20de%20WhatsApp%20e%20Telegram%20>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 2, p. 63-70, ago. 1995. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1995000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2022.

ARANTES, Maristela. O abandono paterno de filhos com deficiência: um olhar do constitucionalismo feminista para as mães-solo atípicas. *In*: MARTINS, Francisca Jeane; GASPARI, Renata. **Constitucionalismo feminista: narrativas de mulheres juristas**. Belo Horizonte: RTM, 2023.

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BALMAS, Luana. Maju de Araújo, modelo com Síndrome de Down, desfila pelo segundo ano consecutivo no SPFW. **GShow**, 26/05/2023. Disponível em: <https://gshow.globo.com/moda-e-beleza/noticia/maju-de-araujo-modelo-com-sindrome-de-down-desfila-pelo-segundo-ano-consecutivo-no-spfw-2023.ghtml>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BANDVALE. **Vereadora cadeirante de Taubaté denuncia ameaça**: “Estupro vai fazer você andar”. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/band-vale/noticias/vereadora-cadeirante-de-taubate-denuncia-ameaca-estupro-vai-fazer-voce-andar-16627226>. Acesso em: 30 jan. 2024.

BARBOSA, Jaqueline Almeida Guimarães; SOUZA, Marina Celly Martins Ribeiro de; FREITAS, Maria Imaculada de Fátima. Violência sexual: narrativas de mulheres com transtornos mentais no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 37, n. 4-5, p. 273-278, 2015.

BERTOLINI, Jeferson. O conceito de biopoder em Foucault: apontamentos bibliográficos. **Revista Saberes**, Natal RN, v. 18, n. 3, p. 86-100, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937#:~:text=Em%20resumo%2C%20biopoder%20%C3%A9%20uma,o%20dimensiona%20em%20nossos%20dias>. Acesso em: 15 set. 2023.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista eletrônica dos pós-graduandos em sociologia política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 3, 2005. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/37478285/Aprendendo_a_entrevistar_como_fazer_entrevistas_em_Ciencias_Sociais-libre.pdf. Acesso em: 5 jan. 2024.

BORBA, Letícia. Por que a sociedade precisa ser ouvida? *In*: COSTA, Laís Silveira *et al.* **Itinerários de reflexões práticas de acessibilidade e inclusão**: a potência do fórum interinstitucional. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/ENSP/Fiocruz, 2022.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Decreto 7.612**, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional da Pessoa com Deficiência. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL. **Decreto 11.487**, de 10 de abril de 2023. Institui o Grupo de Trabalho sobre a Avaliação Biopsicossocial Unificada da Deficiência no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.487-de-10-de-abril-de-2023-476014756>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto 11.793**, de 23 de novembro de 2023. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Novo Viver sem Limites. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11793.htm. Acesso em: 3 maio 2024.

BRASIL. **Lei 10.216**, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. **Lei 10.708**, de 31 de julho de 2003. Institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais egressos de internações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.708.htm. Acesso em: 13 out. 2016.

BRASIL. **Lei 13.146**, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 23 ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde. **Viva**: instrutivo de notificação de violência interpessoal e autoprovocada [recurso eletrônico]. 2. ed. Brasília: MS, 2016. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/viva_instrutivo_violencia_interpessoal_a_utoprovocada_2ed.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. **Propostas aprovadas**. Disponível em: <https://www.5cndpd.org/propostas>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRESOLIN, Keberson. Gadamer e a reabilitação dos preconceitos. **Intuitio**, v. 1, n. 1, p. 63-81, 2008. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuitio/article/view/3671>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Matheus Silveira de. A abordagem direito e políticas públicas: temas para uma agenda de pesquisa. **Sequência**, Florianópolis, v. 43, n. 90, p. e85500, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/VZ9b5j6chf7tPL3RB3qXsxh/#>. Acesso em: 6 ago. 2024.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. **A teoria da proporcionalidade de Robert Alexy**: uma contribuição epistêmica para a construção de uma bioética latino-americana. 2014. Tese (Doutorado em Bioética) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; NASCIMENTO, Hiata Anderson Silva do; ROHR, Roseane Vargas. **Os "monstros" estão entre nós**: problematizações acerca da categoria "humano". Brasília, v. 5, n. 2, p. 115-125, jul./dez., 2016. Disponível em: <http://repositorio.fdv.br:8080/handle/fdv/275>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; ARANTES, Maristela Lugon. O estigma da loucura como fator usurpador da dignidade humana: uma análise na perspectiva do direito à saúde. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 4, n. 2, p. 9-20, 2016. DOI: 10.17564/2316-381X.2016v4n2p9-20. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/2821>. Acesso em: 5 mar. 2024.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Exploring internalized ableism using critical race theory. **Disability e Society**, March 2008. DOI: 10.1080/09687590701841190. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/29467719_Exploring_Internalized_Ableism_Using_Critical_Race_Theory/link/02e7e51535096a755a000000/download. Acesso em: 22 set. 2021.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado internacional dos direitos humanos**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003. v. 1.

CARDOSO, Flávia Pieretti. **Silenciadas**: em busca de uma voz. Documentário. 34 min. Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xa9moW4WawY>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CARVALHO, Giovanni. O maior desafio da mulher com deficiência é sair da invisibilidade. **Jornal Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefatoce.com.br/2022/03/21/entrevista-o-maior-desafio-da-mulher-com-deficiencia-e-sair-da-invisibilidade>. Acesso em: 5 fev. 2024.

CHAVES, Denisson Gonçalves; WILSON GAMA RAIOL, Raimundo. Deficiência em conflito: mutações constitucionais sobre os direitos das pessoas com deficiência pós-1988: Constitutional changes on the rights of people with disabilities post 1988. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 22, n. 2, p. 115-160, 2022. DOI: 10.18759/rdgf.v22i2.1920. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1920>. Acesso em: 25 dez. 2023.

CHURCHILL, Paola. Leandrinha Du Art: achavam que, por ter deficiência, meu corpo não podia ser sexual. **Revista MarieClarie**, dez. 2022. Disponível em: <https://www.terra.com.br/vida-e-estilo/autocuidado/moda/casa-de-criadores-tem-nudez-fake-e-leandrinha-de-joelhos,e932e9268997c560884cf0ea1ad8a98bdbnbpk6wa.html>. Acesso em: 3 fev. 2024.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

CONGRESSOEMFOCO. **Secretaria da mulher da Câmara denuncia deputado que chamou mulher de “louca”**. Disponível em:

<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/secretaria-da-mulher-da-camara-denuncia-deputado-que-chamou-colega-de-louca/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

COORDOWN. **Assume that I can**. World Down Syndrome Day 2024. Disponível em: <https://youtu.be/9HpLhxMFJR8>. Acesso em: 2 maio 2024.

COSTA, Fernando Braga da. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COSTA, Laís; AMORIM, Aníbal; GETNER, Sônia. Fórum como instância de participação social e produção de conhecimento. *In*: COSTA, Laís *et al.* **Itinerários de reflexões práticas de acessibilidade e inclusão**: a potência do Fórum Interinstitucional. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/ENSP/Fiocruz, 2022.

COVRE-SUSSAI, Maira; SOARES, Jair; SENTO-SÉ, Isadora Vianna. Interseccionalidade, deficiência e os pilares da desigualdade: o exemplo da discriminação salarial. *In*: COSTA, Laís *et al.* **Itinerários de reflexões práticas de acessibilidade e inclusão**: a potência do Fórum Interinstitucional. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/ENSP/Fiocruz, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos de discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, p. 171-188, 2002/01. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Sousa; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 20, n. 4, p. 555-568, out. 2014.

DEGENER, Theresia. Disability in a human rights context. **Laws**, p: 5-35, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/laws5030035>. Acesso em: 22 mar. 2022.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. *In*: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA – SEDPcD/Diversitas/USP Legal, junho/2013, São Paulo, **Anais [...]**, p. 6.

DIAS, Adriana. Das violências que todas vivemos, das violências que nós mulheres com deficiência vivemos: algumas notas de uma antropóloga com deficiência. *In*: COSTA, Laís *et al.* **Itinerários de reflexões práticas de acessibilidade e inclusão**: a potência do Fórum Interinstitucional. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/ENSP/Fiocruz, 2022.

DIAS, Maria Clara; GONÇALVES, Letícia; SOARES, Suane (org.). **Feminismos decoloniais**: homenagem a María Lugones. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2020. (e-book)

DIAZ, Sharon *et al.* Deconstrucción del sujeto de la discapacidad desde la perspectiva decolonial. *In*: DANIEL, Paula Mara; RAMÍREZ, Berenice Pérez; RÍOS, Alexander Yarza de los. **¿Quién es el sujeto de la discapacidad?** Exploraciones, configuraciones y potencialidades. Buenos Aires: CLACSO, 2021. p. 35-70.

DINIZ, Debora. **Modelo social da deficiência**: a crítica feminista. Série Anis, Brasília, v. 28, p. 1-10, 2003. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28\(diniz\)deficienciafeminismo.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa28(diniz)deficienciafeminismo.pdf). Acesso em: 18 fev. 2024.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense. 2007.

DINIZ, Debora; BARBOSA, LÍVIA; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sur/a/fPMZfn9hbJYM7SzN9bwzysb/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

DINIZ, Debora. Estereótipos de gênero nas cortes internacionais – um desafio à igualdade: entrevista com Rebecca Cook. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 451-462, maio 2011.

DUARTE, Carolina Bessa. O estereótipo da loucura como instrumento de controle biopolítico sobre a mulher nos primeiros anos da república brasileira. **Revista Escrita da História**, ano VIII, v. 8, n. 15, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://www.escritadahistoria.com/index.php/reh/article/view/238/237>. Acesso em: 26 jan. 2024.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Uberaba**: mulher com deficiência auditiva denuncia trio por estupro contra ela. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/13/interna_gerais,1481111/mulher-com-deficiencia-auditiva-denuncia-trio-por-estupro-contra-ela.shtml. Acesso em: 23 dez. 2023.

FACCINI, Gabriel de Mesquita. **Virilidade vigilante**: representação de masculinidades brasileiras contemporâneas a partir do longa-metragem *O Doutrinador* (2018). 2022. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2022.

FERREIRA, Mariana da Silva. Violência sexual e revitimização. **Revista Internacional de Vitimologia e Justiça Restaurativa**, v. 1, n. 2, 2023. Disponível em: <https://revista.provitima.org/ojs/index.php/rpv/article/view/41/33>. Acesso em: 10 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 18. ed. São Paulo: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. 3. ed. *In*: MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Ditos e Escritos**. Rio de Janeiro: [s/e], 2014. v. V.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4**: confissões da carne. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. 15 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz&Terra, 2024.

FREITAS, Cinthya. Espaços de participação política e controle social. In: COSTA, Laís *et al.* **Itinerários de reflexões práticas de acessibilidade e inclusão**: a potência do Fórum Interinstitucional. Rio de Janeiro: IdeiaSUS/ENSP/Fiocruz, 2022.

FRIZZERA, Mariana Paiva; MOREIRA, Nelson Camatta. Movimento feminista e reconhecimento das donas de casa na obra de Clarice Lispector. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí-RS, v. 7, n. 14, p. 232-248, jul./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21527/2317-5389.2019.14.232-248>. Disponível : <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/9012>. Acesso em 07/03/2025.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (UNFPA). **Relatório Situação da População Mundial 2021**. Meu corpo me pertence: reivindicando o direito à autonomia e à autodeterminação. 2021. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/swop2021-report-br_web_0.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

GARRAFA, Volnei; PORTO, Dora. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. In: GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: poder e injustiça. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

GARRAFA, Volnei; CUNHA, Thiago Rocha da; MANCHOLA-CASTILLO, Camilo. Ensino da ética global: uma proposta teórica a partir da Bioética de Intervenção. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação** [online], v. 24, e190029, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/Interface.190029>. <https://doi.org/10.1590/Interface.190029>. Acesso em: 2 maio 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONTIJO, Danú. **La viralización de violencia**: género, medios, mimesis, reexistencias. Buenos Aires: Prometeo, 2023.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO BARESI. **Tudo que eu faço é por você** – a primeira mesa. Março 2014. Disponível em: <https://institutobaresi.wordpress.com/2014/03/10/tudo-que-eu-faco-e-por-voce-a-primeira-mesa/>. Acesso em: 15 fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com eficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. PNAD contínua. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37317-pessoas-com-deficiencia-tem-menor-acesso-a-educacao-ao-trabalho-e-a-renda>. Acesso em: 24 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pessoas com Deficiência e as desigualdades sociais no Brasil**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html>. Acesso em: 24 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro DE Segurança Pública (org.). **Atlas da violência 2021**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 20 out. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). **Atlas da violência 2023**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (org.). **Atlas da violência 2024**. Rio de Janeiro: IPEA, FBSP, 2023. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1650-atlasviolencia2024.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

JORNAL EXPRESSÃO. **Chamada de louca por presidente de sindicato, vereadora Mazéh exige retratação**. Disponível em: <https://www.expressaonoticias.com.br/chamada-de-louca-por-presidente-de-sindicato-vereadora-mazeh-exige-retratacao/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

KYRILLOS, Gabriela M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>. Acesso em: 28 dez. 2023.

LANNA JUNIOR, Mário Cléber Martins (comp.). **História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <https://www.inclusivenews.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Movimento1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2024.

LÔBO, Edilene; MENDIETA, David; DE AGUIAR, Daiane Moura. Gender political violence and the unfulfilled promise of substantial democracy: a look at Brazil and Colombia. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 21, n. 3, p. 185-208, 2020. DOI: 10.18759/rdgf.v21i3.1826. Disponível em:

<https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1826>. Acesso em: 5 ago. 2024.

LÔBO, Edilene; MENDIETA, David; DE AGUIAR, Daiane Moura. Violência política de gênero e a promessa incumprida de democracia substancial: um olhar sobre o Brasil e a Colômbia. **Revista EJEF**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, 2023. Disponível em: https://ejef.tjmg.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/revista-ejef-n3-artigo_02.pdf. Acesso em: 13 jun. 2024.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**: ótica da diferença e ações afirmativas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MARQUES, Giovanna Chencchi. **Mulher por inteiro**: a deficiência no cotidiano delas. 2018. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Comunicação Social) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

MATOS DE SOUZA, Rodrigo; MEDRADO, Ana Carolina Cerqueira. Dos corpos como objeto: uma leitura pós-colonial do 'Holocausto Brasileiro'. **Saúde em Debate**, v. 45, n. 128, p. 164-177, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/v9vGDrqDPfQt3KJkS5Kjndc/#>. Acesso em: 4 ago. 2024.

MELLO, Anahí Guedes de. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

MELLO, Anahí Guedes; AYDOS, Valéria; SCHUC, Patrice Schuch. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 64, p. 7-29, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/tvSdXddtyn4vNzwtTRFXLNp/>. Acesso em: 22 dez. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes *et al.* Gramáticas do capacitismo: diálogos nas dobras entre deficiência, gênero, infância e adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 10, p. 3949-3958. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.07402022>. Acesso em: 23 mar. 2023.

MOREIRA, Nelson Camatta. **Fundamentos de uma teoria da constituição dirigente**. Florianópolis, Conceito. 2010.

MORTARI, Claudia *et al.* Colonialidad y decolonialidad combativa: entrevista com Nelson Maldonado-Torres. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, v. 26, n. 2, p. 141-164, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teoria/article/view/78165>. Acesso em: 3 ago. 2024.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **A ONU e as pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/#:~:text=A%20ONU>

%20e%20as%20pessoas,para%20a%20invisibilidade%20dessas%20pessoas. Acesso em: 6 ago. 2020.

NASCIMENTO, Wanderson Flor; GARrafa, Volnei. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 287-299, 2011.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; MARTORELL, Leandro Brambilla. A bioética de intervenção em contextos descoloniais. **Revista Bioética**, v. 21, n. 3, p. 423-431, set. 2013.

NSCTOTAL. **Câmara apura denúncia de assédio de vereador contra colega em Criciúma**. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/colunistas/denis-luciano/camara-apura-denuncia-de-assedio-de-vereador-contra-colega-em-criciuma>. Acesso em: 30 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez., 2006a.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez., 2006b.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **World report disability**. 2011. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/world-report-on-disability>. Acesso em: 24 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS/ MULHERES. **Aceitando o desafio: mulheres com deficiência: por uma vida livre de violência. Um olhar inclusivo e transversal**. 2021. Disponível em: https://lac.unwomen.org/sites/default/files/Field%20Office%20Americas/Documentos/Publicaciones/2021/09/Documento_Aceitando-o-desafio%20PT%20WEB.pdf. Acesso em: 2 mar. 2024.

OTTONI, Ana Carla Vieira; MAIA, Ana Claudia Bortolozzi. Considerações sobre a sexualidade e educação sexual de pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 14, n. esp. 2, p. 1265-1283, 2019. DOI: 10.21723/riaee.v14iesp.2.12575. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12575>. Acesso em: 5 maio 2024.

PASSOS, Regina Lucia; TELLES, Fernando Salgueiro Passos; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. Da violência sexual e outras ofensas contra a mulher com deficiência. **Saúde em Debate**, v. 43, n. esp. 4, p. 154-164, 2019.

PESSINI, Leo; SGANZERLA, Anor; ZANELLA, Diego Carlos. **Van Rensselaer Potter: um bioeticista original**. São Paulo: Edições Loyola, 2018.

PINHEIRO, Priscila Tinelli; FRANCISCHETO, Gilsilene Passon P. A pesquisa jurídica: para além da revisão bibliográfica. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 19, n. 2,

maio/ago 2019. Disponível em:
<https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/6927>.
Acesso em: 3 ago. 2024.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e Justiça Internacional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PORTAL G1. **Menina Yanomami de 11 anos sofre estupro coletivo após ser embriagada dentro de Casa de Saúde Indígena**. 2023a. Disponível em:
<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/12/19/menina-yanomami-de-11-anos-sofre-estupro-apos-ser-embriagada-dentro-de-casa-de-saude-indigena.ghtml>.
Acesso em: 2 set. 2023.

PORTAL G1. **Mulher deficiente é vítima de estupro coletivo durante festa na zona rural do Acre; suspeitos são vizinhos**. 2023b. Disponível em:
<https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2023/06/22/mulher-deficiente-e-vitima-de-estupro-coletivo-durante-festa-na-zona-rural-do-acre-suspeitos-sao-vizinhos.ghtml>.
Acesso em: 2 set. 2023.

PORTAL G1. **Polícia de Matão investiga estupro de mulher com deficiência mental: pai é suspeito**. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/11/19/policia-de-matao-investiga-estupro-de-mulher-com-deficiencia-mental-pai-e-suspeito.ghtml>. Acesso em: 2 set. 2023.

PODER JUDICIÁRIO DO ACRE. **Irmão é condenado por estupro vulnerável contra irmã deficiente**. 2023. Disponível em: <https://www.tjac.jus.br/2023/10/irmao-e-condenado-por-estupro-vulneravel-contra-irma-deficiente/>. Acesso em: 23 dez. 2023.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-126. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7232729/mod_resource/content/1/Quijano.pdf. Acesso em: 4 ago. 2024.

QUINN, Gerard; DEGENER, Theresia. **Human rights and disability: the current use and future potencial of United Nations humans rights instruments in the contexto f disability**. New York and Geneva: United Nations, 2002.

RIBEIRO, Sheila Santos Carvalho. **Sentidos e significados sobre corpo e deficiência: territórios heterotópicos demarcando as perspectivas das crianças e dos adultos**. 2023. 270 f. Tese (Doutorado em Educação) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth; ALMEIDA, Suely Souza. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTH, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTH, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANCHES, Mario Antônio; MANNES, Mariel; CUNHA, Thiago Rocha da. Vulnerabilidade moral: leitura das exclusões no contexto da bioética. **Revista Bioética**, v. 26, n. 1, p. 39-46, jan. 2018. disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/wkP33ZtyK9ZgfCk6bKwBwjx/?lang=es&format=html#>. Acesso em: 6 ago. 2024.

SANTOS, Vivian Mathias dos. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia & Sociedade**, n. 30, e200112, 2018. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30200112>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SCHULZE, Marianne. **Understanding the UN convention on the rights of persons with disabilities**. 3 ed. Nova York: Handicap International, 2010. Disponível em: https://www.internationaldisabilityalliance.org/sites/default/files/documents/hi_crpd_m anual2010.pdf . Acesso em: 5 jul. 2024.

SECHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. El sexo y la norma: frente estatal, patriarcado, desposesión, colonidad. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 2, p. 593-616, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/VXwhTGTqySw5YR77FTpcTrN/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

SEGATO, Rita Laura. **Contra-pedagogías de la crueldad**. 3. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeu Libros, 2021.

SEGATO, Rita Laura. **Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SGANZERLA, Anor; ZANELLA, Diego Carlos. **A bioética de V.R. Potter: 50 anos depois**. Curitiba: PUCPRESS, 2020.

SILVA, Wellington Amâncio da. Foucault e indigência – as formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. **Problemata**, v. 6, n. 3, p. 111-121, 2015.

SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: a prática implícita de incitação à violência sexual contra mulheres. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 9-29, abr. 2017. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000100009&lng=pt&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p9>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SOUSA, Mónica José Abreu; MOLEIRO, Carla Marina Matos. Homens gays com deficiência congênita e/ou adquirida, física e/ou sensorial: duplo-fardo social. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 72-90, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2015.20.07.a>. Acesso em: 14 abr. 2024. Epub May-Aug 2015.

TERRA. “**Basta ser mulher para sofrer violência política**”, **avalia candidata à vice-presidência, Mara Gabrilli**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/nos/basta-ser-mulher-para-sofrer-violencia-politica-avalia-candidata-a-vice-presidencia-mara-gabrilli,4d718e62c6076d672561fda934d4588bad3b6ldg.html>. Acesso em: 30 jan. 2024.

UNICEF BRASIL. **Seen, counted, included**: using data to shed light on the well-being of children with disabilities. 2021. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/children-with-disabilities-report-2021/>. Acesso em: 5 mar. 2024.

VASCONCELOS, Ana Carolina. Mães de crianças com deficiência relatam os desafios do cuidado com os filhos. Rotina exaustiva de tarefas no cuidado, em muitos casos, recai exclusivamente sobre as mulheres. **Brasil de Fato**, dez. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/maes-de-criancas-com-deficiencia-relatam-os-desafios-do-cuidado-com-os-filhos>. Acesso em: 18 fev. 2024.

VEJA. **Evento divulgado online promete “resgate da masculinidade patriarcal”**. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/evento-divulgado-online-promete-resgate-da-masculinidade-patriarcal>. Acesso em: 20 jun. 2024.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão**: para uma construção do imaginário do desvio. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. Joaçaba: **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA (FDV)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO **(TCLE)**

Prezada Colaboradora,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa CORPOS OBJETIFICADOS: UMA PERSPECTIVA BIOÉTICA DA INVISIBILIDADE, SILENCIAMENTO E DESCREDIBILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA, sob a responsabilidade da doutoranda MARISTELA LUGON ARANTES e da profa. Dra. Elda Coelho de Azevedo Bussinguer. Nós pretendemos ouvir mulheres com deficiência que já foram vítimas de violência sexual.

Entendemos que a violência sexual é qualquer ato que tenha te ofendido como mulher. Pode ser um beijo forçado, toques íntimos indesejados, exposição de órgãos sexuais, palavras pornográficas ou qualquer outra coisa com que você tenha se sentido violentada. Nós queremos ouvir você para saber como podemos ajudar a evitar que esses fatos aconteçam com outras mulheres com deficiência. Queremos propor ao governo formas de evitar que essa violência aconteça com mulheres com deficiência.

Nossas entrevistas serão presenciais, para que possamos te compreender melhor. A Maristela Lugon, uma das pesquisadoras, irá até você. A sua participação é gratuita e nada será cobrado de você.

PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA: A sua participação nesta pesquisa será uma entrevista pessoal. A entrevista será gravada no celular ou em um gravador de voz, depois ela será digitada e guardada por cinco anos pela pesquisadora Maristela Lugon em um arquivo digital (pen drive ou HD externo) e pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Você não será identificada durante todo o processo de entrevista e de divulgação da pesquisa. Seu nome, endereço e documentos não serão divulgados publicamente.

Lembramos que a sua participação é voluntária. Você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a entrevista, sem nenhum prejuízo para você.

Ao participar da pesquisa você não abre mão de nenhum direito previsto nos artigos 927 a 954 (reparação de danos) da Lei 10.406/2002 (Código Civil) e no artigo 19 da Resolução CNS no 510 de 2016 (obrigação do pesquisador de precaução e proteção das pessoas participantes da pesquisa).

RISCOS E DESCONFORTOS:

A entrevista pode incluir perguntas que te façam lembrar momentos ou eventos desagradáveis da sua vida, o que pode gerar emoções fortes e sofrimento. Se isso acontecer, a pesquisadora vai tentar diminuir esse sofrimento, mudando a forma de perguntar ou propondo que você desista e não responda às perguntas. Se você precisar de algum tratamento, orientação ou encaminhamento por causa da entrevista, ou sofrer algum dano decorrente da mesma, a pesquisadora verificará com você a melhor forma de garantir seu bem-estar, encaminhando você a atendimento na rede de saúde, se necessário, ou continuando a pesquisa, se você quiser.

BENEFÍCIOS:

Os benefícios esperados com a pesquisa representam uma oportunidade de reflexão e aprendizado para toda a sociedade, e também servirá de base para futuras pesquisas. Esse estudo servirá para o enfrentamento dos estigmas e preconceitos ligados às mulheres com deficiência e para auxiliar em proposta para política pública de enfrentamento à violência sexual contra mulheres com deficiência.

CONFIDENCIALIDADE:

Todas as informações obtidas por meio desta entrevista serão utilizadas somente para esta pesquisa. Suas respostas e dados pessoais ficarão em segredo e o seu nome não aparecerá em lugar nenhum dos(as) questionários e roteiros de entrevistas utilizados nem quando os resultados forem apresentados.

ESCLARECIMENTOS:

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável.

Nome do pesquisador responsável: Elda Coelho de Azevedo Bussinguer

Contato: 27 99989-0273 (profa. Elda Bussinguer) / 27 99942 7990 (Maristela Lugon)

E-mail: eldacab@gmail.com / marislugon@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Direito de Vitória – 27 3041 - 3672

RESSARCIMENTO DAS DESPESAS: Caso você aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO:

Se você estiver de acordo em participar deverá preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-esclarecido que se segue, em duas vias, sendo que uma via ficará com você.

O presente projeto de pesquisa foi aprovado pelo CEP/FDV por meio do parecer nº
CAAE: 75925123.6.0000.5073

=====

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, a Sra.

portadora da cédula de identidade _____,
declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas,
esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores, ciente da sua
participação enquanto sujeito nesta pesquisa e, não restando quaisquer dúvidas a respeito
do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar
voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante / Ou Representante legal

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B - CONVITE PARA A PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA, FEITO VIA REDE SOCIAL WHATSAPP

LEIA COM ATENÇÃO!

Prezada mulher com deficiência,

Eu me chamo Maristela Lugon Arantes, sou pesquisadora da área de Direitos e Garantias Fundamentais pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). A minha tese de doutorado trata da invisibilidade, descrédibilidade e silenciamento das mulheres com deficiência que sofreram algum abuso sexual.

O objetivo da pesquisa é a elaboração de uma política pública de combate à violência sexual contra mulheres com deficiência, baseada nos fatores que as tornam as maiores vítimas de abusos sexuais.

Qualquer atitude de uma pessoa em relação ao seu corpo pode ser relatada: um beijo forçado; uma passada de mão sem a sua autorização; violência contra a sua dignidade sexual como estupro ou qualquer outro ato pelo qual você tenha se sentido constrangida e violentada.

A pesquisa se realizará em forma de entrevista pessoal, eu posso ir até você para conversarmos. Todos os seus dados serão guardados sob sigilo e a pesquisa já está aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da FDV.

Você pode me ajudar? A pesquisa vale para todo o país, não importa onde você more. Será lido um termo de consentimento livre e esclarecido pra você antes da entrevista e todo cuidado foi tomado para que a pesquisa se desenvolva dentro dos parâmetros de segurança de dados exigidos.

Saiba que você contribuirá para que a violência contra mulheres com deficiência não se perpetue.

Caso você queira participar da entrevista, por gentileza, entre em contato comigo pelo WhatsApp: 27 99942 7990.

APÊNDICE C – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA****PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
DA FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA (FDV)****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Considerando que a confidencialidade é um meio capaz de impedir que terceiros se apoderem de forma ilegítima das informações obtidas nas entrevistas realizadas durante a pesquisa para tese de doutoramento de Maristela Lugon Arantes, intitulada CORPOS OBJETIFICADOS: UMA PERSPECTIVA BIOÉTICA DA INVISIBILIDADE, SILENCIAMENTO E DESCREDIBILIDADE NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES COM DEFICIÊNCIA, sob a responsabilidade da doutoranda MARISTELA LUGON ARANTES, desenvolvida na Faculdade de Direito de Vitória (FDV), sob a orientação da professora doutora Elda Coelho de Azevedo Bussinguer, bem como da intelectualidade gerada nesta instituição, sendo isso uma preocupação da comunidade acadêmica. O profissional abaixo-assinado, na qualidade de profissional participante como intérprete de Libras da participante da pesquisa, poderá vir a ter acesso a informações consideradas confidenciais e compromete-se a manter sigilo em relação a tais informações. Compromete-se ainda a usar as informações sigilosas a que tiver acesso apenas com o propósito de tradução para a pesquisa, não revelando as mesmas a qualquer título e sob nenhum pretexto ou meio. Deverá ainda garantir a proteção adequada das informações confidenciais contra revelação, cópia ou uso indevido e não autorizado. Desde já está ciente que toda a forma de informação e conteúdo gerados durante a produção da tese contém dados relativos à pesquisa e são de propriedade da doutoranda envolvida no projeto aqui citado. E que todos os materiais: visuais, modelos, protótipos, e/ou outros de quaisquer naturezas são de propriedade da pesquisadora responsável pelo projeto em questão. A obrigação ora assumida exclui aquelas informações que estejam sob domínio público antes da data de assinatura deste termo. O presente compromisso será válido até que os direitos dos envolvidos tenham sido devidamente protegidos sob as cautelas legais exigíveis, ou tornado público pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI. Caso o abaixo-assinado descumpra quaisquer obrigações previstas no presente termo, deverá indenizar o titular da pesquisa, nas implicações e sanções de cunho civil e criminal cabíveis. E PARA TODOS OS EFEITOS, firma o presente termo na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Vitória/ES _____ de _____ de 2024.

Tradutor/ intérprete de LIBRAS.

Nome legível:

CPF:

Testemunhas:

1- _____ CPF: _____

2 - _____ CPF: _____

APÊNDICE D – EMP ESCOLA ED 12